



III SEMINÁRIO
“ENSINO, PESQUISA & CIDADANIA EM
CONVERGÊNCIA”

VOLUME 06: ADMINISTRAÇÃO, DIREITO E ECONOMIA



III SEMINÁRIO ENSINO, PESQUISA & CIDADANIA EM CONVERGÊNCIA

Volume 06: Administração, Direito e Economia

ORGANIZAÇÃO DA COLETÂNEA

Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

EDITORAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DA COLETÂNEA

Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

ISBN: 978-10-799-9651-7

FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS

Avenida Governador Roberto Silveira, nº 910

Bom Jesus do Itabapoana-RJ

CEP: 28.360-000

Site: www.famescbji.edu.br

Telefone: (22) 3831-5001

Projeto Gráfico da Capa: A Japonesa (1915-1916) de Anita Malfatti. Museu de
Arte Contemporânea, Rio de Janeiro



O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade exclusiva dos autores.

A reprodução dos textos é autorizada mediante citação da fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca Marlene Henriques Alves – Famesc

S471e Seminário Ensino, pesquisa e cidadania em convergência (3. : 2019 : Bom
v. 6 Jesus do Itabapoana, RJ) Ensino, pesquisa e cidadania em convergência
: volume 6. Administração, direito e economia organização Tauã Lima
Verdan Rangel e Neuza Maria de Siqueira Nunes. – Bom Jesus do
Itabapoana, RJ: Faculdade Metropolitana São Carlos, 2019.
8 v.

Modo de acesso: World Wide Web: <http://www.famesc.edu.br/biblioteca/>.
ISBN: 978-10-799-9651-7

1. UNIVERSIDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS –
CONGRESSOS 2. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – BOM JESUS DO
ITABAPOANA (RJ) – CONGRESSOS 3. ENSINO SUPERIOR –
PESQUISA 4. ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR DO
CONHECIMENTO I. Faculdade Metropolitana São Carlos II. Rangel,
Tauã Lima Verdan (org.) III. Nunes, Neuza Maria de Siqueira (org.)
IV. Título

CDD 378.1554098153

PREFÁCIO

Prezado Leitor!

Com imensa alegria, prefaciamos o conjunto de produções oriundos do III Seminário sobre “*Ensino, Pesquisa & Cidadania em convergência*”, capitaneado pelos professores Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes e Dr. Tauã Lima Verdan Rangel em suas práticas e técnicas de ensinagem cotidianas, desenvolvidas no ambiente da Faculdade Metropolitana São Carlos, campus de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

Pensar, contemporaneamente, no processo de ensino-aprendizagem perpassa, de maneira obrigatória, pela capacidade dos docentes se reinventarem e mediarem o conhecimento como algo dinâmico, multifacetado, fluído e com interações diretas com a realidade em que os discentes estão inseridos. Inclusive, neste aspecto, sobreleva mencionar a missão da Faculdade Metropolitana São Carlos como agente de desenvolvimento local, direcionando sua atenção para os matizes e as peculiaridades existentes na região do noroeste fluminense, em especial o Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

Assim, o ambiente acadêmico deve ser um espaço democrático de contribuições recíprocas, reflexões crítico-científicas e heterogêneo, a fim de compreender dinâmicas e temáticas dotadas de relevância no contexto atual. A partir de tal ótica, o projeto supramencionado se apresenta como instrumento capaz de promover a inclusão dos discentes como protagonistas do processo de ensino-aprendizagem;

atores centrais responsáveis por conferir materialidade e pensamento crítico-reflexivo ao conteúdo ministrado.

Desta feita, o Seminário sobre “*Ensino, Pesquisa e Cidadania em convergência*”, em sua terceira edição, perpetua a apresentação de resultados robustos e frutíferos, o quê, em grande parte, se deve ao envolvimento dos discentes na dinamicidade do processo de ensino-aprendizagem, abandonando o cômodo *status* de sujeitos passivos da apreensão do conhecimento e passando, de maneira direta, influenciar na construção, na reflexão e na propagação do saber científico.

Convidamos todos à leitura!

Prof. Dr. Carlos Oliveira de Abreu
Diretor Geral da Faculdade Metropolitana São Carlos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel	
ADMINISTRAÇÃO	13
Crise de 1929: A recessão econômica no capitalismo mundial - Flávia Ribeiro Aquino Ferreira, Silvania Gomes da Silva, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	14
E-commerce: a importância da evolução no período 2013-2018 – Carlos Delatorre Ferreira, Guilherme Poeys Nascimento, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	20
Dólar: impactos das flutuações para a importância e exportação brasileiras – Jean Carlos Martins Gomes Ferreira, Wallace Dominik Silva do Nascimento, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil.....	28
A exportação de café no Brasil 2017-2019 – João Coletto Sudré de Sousa, Marlene Gomes da Silva Lepre, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil.....	35
As mudanças das indústrias farmacêuticas após a Segunda Guerra Mundial – Laylla Santos Rodrigues Assis, Amanda de Souza Fonseca, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil.....	40
A soja no mercado brasileiro e sua exportação no período de 2017-2019 – Lucas Araujo Silva, Adrielle Marques Amuy, João Guilherme Andrade Dias, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	47
A exportação de carne bovina no período compreendido de 2016-2018 – Lucas Figueiredo Egidio, Pedro Victor Oliveira Rodrigues, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil.....	53
A relevância da economia solidária no Brasil – Taisa de Fátima Brambila Silva, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil.....	59

A desigualdade salarial entre homens e mulheres – Khristian Martins Dutra de Freitas, Rony Silva Ferreira da Cunha, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	65
DIREITO	70
A exportação da cachaça brasileira nos últimos 30 anos – Thiago Xavier de Oliveira, Sabrina da Silva Campos, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	71
O papel da biotecnologia no crescimento das indústrias – Amanda de Oliveira Silva, Luana de Paula Freitas, Felipe Estácio Souza, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	78
A reforma da previdência social: avanço ou retrocesso econômico – Carulini Polate Cabral, Gustavo de Souza, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	85
O veganismo e a pecuária brasileira: há possibilidade de coexistência entre ambos? – Beatris Guimarães Mathias, Raphael Cunha Santos, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	93
Produção e consumo do açaí entre os anos de 2004 a 2016 no Brasil – Brenda Ferreira Sobral, Amélia Clara da Silva Oliveira, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	101
Automação na agricultura de precisão – Gabriel Rosa Fernandes, Sylvio Barreto Veras, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	107
A venda de <i>smartphones</i> no Brasil em 2017 – Gabriela Caetano Freitas, Rafael Oliveira Dantas, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	113
O cultivo e a exportação do café no Brasil no período de 2012-2018 – Glauco Barroso Pimentel, Lidiane Medeiros Souza, Thiago da Silveira Ferraz, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	119

Inflação no Brasil: tipos, causas e consequências para o país – Jefferson da Rocha Poses Júnior, Alexsanderson Zanon de Oliveira Melo, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	126
O consumo de alimentos fora do domicílio no Brasil no período de 2002-2003 – Jéssiane Schitini Cabral, Vivian Almeida Gonçalves, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	132
O cenário de competitividade entre os países exportadores de soja e a importância do produto para a economia brasileira – João Vitor Lobato Santos, Gabriel Dutra Cadei, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	138
Os malefícios econômicos causados por parasitas na bovinocultura – Lucas Nunes Lepre, Victor Hugo Menezes Boechat, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	145
Biodiesel: os benefícios de sua utilização como fonte alternativa – Tito Nunes da Silva Neto, Gabriel Batista Musquim Cerqueira, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	152
As distorções do sistema penitenciário brasileiro – Udson André Sousa Silva, Maycon Sousa Santos, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil.....	158
Bitcoin: herói ou vilão – Albert Lima Machado, Maria Giovanna de Almeida Aquino, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	164
Importância dos tributos para a prestação dos serviços públicos – José Guilherme Campos Barreto, Júlia Teixeira Vaillant, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	171
O desenvolvimento econômico do Brasil no período de 2003-2010 – Kathleen de Almeida Muruci, Ana Carolina Zanardi Pimentel, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil.....	178
Citricultura: a exportação da laranja no período de 2010-2015 – Lívia Castanheira Marçal, Éllida de Souza Batista Silva, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	184

Os possíveis impactos da tragédia de Brumadinho na economia em 2019 – Matheus Sena Quimer, Carlos Roberto Jacomino Lepre Júnior, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil.....	190
A judicialização da saúde e o impacto econômico nos cofres públicos – Michele Aparecida Coelho da Fonseca, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	199
A crise de 1929: os vestígios da grande depressão – Regiane Cardoso da Silva Fonte Boa, Ana Lourdes Pereira Moura, Neuza Maria de Siqueira Nunes & Maria Margarete Salvate Brasil	208

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), ciente da necessidade de formar profissionais que atendam as demandas da região, idealizou e programou cursos com o objetivo de inovar na concepção do perfil dos seus egressos: conscientes de seu papel e de suas responsabilidades na contribuição para o crescimento da região e para o fortalecimento de suas raízes históricas. No que concerne à missão institucional, tem-se: “A FAMESC tem como missão formar profissionais de nível superior, garantindo qualidade, solidez, segurança e modernidade, visando ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da região na qual está inserida”.

O III Seminário sobre “Ensino, Pesquisa & Cidadania em convergência” visa estabelecer um espaço heterogêneo e multifacetado de trocas de experiências e aprendizados recíprocos. Para tanto há uma integração entre os conteúdos teóricos e a prática, a inserção no contexto regional e no compromisso social. Dessa forma, há, a partir da perspectiva convergente, um diálogo de primordial importância entre o espaço acadêmico, sobretudo na condição de ambiente crítico-reflexivo, com os eventos e singularidades sociais, enquanto laboratório dinâmico de instigação e refinamento do conhecimento.

São ofertadas aos discentes para a conquista de habilidades que caracterizam o seu perfil profissional, no qual se fundem a competência técnica e conceitual, a capacidade de administrar percepções, disponibilidade para ouvir e a habilidade para negociar; com mente aberta para entender as mudanças e flexibilidade suficiente para se adaptar a elas; do trabalho em equipe, criativo, cooperativo e colaborativo; do domínio de línguas e da

tecnologia e, principalmente, a capacidade de pensar estrategicamente e propor soluções inovadoras e decisões profissionais embasadas na ética, no bem-comum e na preocupação com as mudanças da sociedade em busca de desenvolvimento sustentável.

O perfil dos Cursos da IES se inspira e se volta para o contexto sócio regional das Regiões Norte e Noroeste Fluminense em que se insere, bem como regiões circunvizinhas de grande expressão e busca, através da atuação de seus egressos, a formulação de novos conhecimentos e na sua ação extensionistas, consolidar e aperfeiçoar o processo de crescimento da cidadania e das Instituições que compõem tais regiões.

A partir de tais variáveis para a formação diferenciada de profissionais alinhados com um cenário contemporâneo que reclama novas perspectivas formacionais, o III Seminário sobre “Ensino, Pesquisa & Cidadania em convergência”, como iniciativa do Curso de Direito, se apresenta como uma proposta diferenciada de qualificação dos discentes.

O escopo de tal projeto visa promover um contato imprescindível entre os discentes e o cenário acadêmico, a partir de bancas, constituídas por docentes do Curso e membros convidados. Para tanto, a iniciativa do projeto avalia, além dos tradicionais componentes indissociáveis dos projetos de pesquisa, elementos diferenciadores e colaboradores para o ambiente acadêmico, a exemplo de: criticidade sobre temáticas contemporâneas, vanguardismo para abordagem das propostas eleitas, interdisciplinaridade com áreas que desbordam do Direito e de sua visão dogmático-tradicional.

Nesta seara, em sua primeira edição e em processo de consolidação institucional, o III Seminário sobre “Ensino, Pesquisa e Cidadania em convergência” materializa importante instrumento de perspectiva arrojada que culminará na confecção de pesquisas capazes de contribuir para a Comunidade Acadêmica e para o cenário em que a Instituição se encontra inserida.

Desejamos uma boa leitura a todos!

Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel
*Coordenador Geral do III Seminário “Ensino, Pesquisa
& Cidadania em convergência”*



ADMINISTRAÇÃO



CRISE DE 1929: A RECESSÃO ECONÔMICA NO CAPITALISMO MUNDIAL

FERREIRA, Flávia Ribeiro Aquino¹

SILVA, Silvania Gomes da²

NUNES, Neuza Maria de Siqueira³

BRASIL, Maria Margarete Salvate⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever os principais efeitos da crise econômica mundial ocorrida no ano de 1929, persistindo durante os anos de 1930 e tendo seu término apenas com a Segunda Guerra Mundial. A grande depressão econômica foi considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX, também conhecida como crise de 1929, e assim causando várias consequências e fazendo com que milhares de acionistas perdessem tudo da noite para o dia. Ocorreu o aumento das taxas de desemprego, a queda nas vendas de produção, a paralização do comércio, ocasionando queda das ações na bolsa de valores. Na época, os preços das ações caíram em diversos países do mundo, atingindo outros que dependiam da economia americana para alavancar a sua.

O pânico tomou conta da população que em decorrência da crise veio o efeito cascata, como o aumento dos desempregados. Diante do medo e da insegurança, aos poucos, o país se constituiu novamente e se recuperou lentamente nos anos seguintes com a adoção de medidas de ajustes na economia. No decorrer do tempo, no período de recessão, do colapso do capitalismo e do liberalismo econômico, conhecido como a crise da superprodução, marcou a queda da economia liberal.

¹Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: flavia.ferreira280898@live.com;

²Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: silvania-bji@hotmail.com;

³Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com

⁴ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODO

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e artigos científicos que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A grande crise financeira que ocasionou a depressão econômica teve como ponto de partida os Estados Unidos. Em consequência, veio a primeira guerra mundial em que a Europa teve toda infraestrutura devastada e a economia falida. Com isso, a Europa ficou dependente da tecnologia, de todo capital e dos mercados dos Estados Unidos.

As somas que esta nação pedirá emprestadas aos Estados Unidos da América nos próximos seis a nove meses são imensas, correspondem a tantas vezes na nossa dívida nacional que será necessário apelar a cada classe e setor investidor desse país... Não é um exagero dizer que o Executivo e o público norte americano estarão numa posição de ditar o que este país deve fazer em relação às questões que nos afetam bem mais do que às que afetam a ele (KEYNES, 1920 *apud* FRIEDEN, 2008, p. 174).

O que mais motivou o avanço econômico dos EUA foi o fornecimento de matérias-primas, de armas e de alimentos para os países em guerra. Assim, enquanto a guerra resultava em enormes prejuízos para os países da Europa para os EUA, impulsionou a prosperidade, pois estavam em uma situação melhor para suprir as demandas por armamentos e por alimentos. No período de agosto de 1914 a abril de 1917, menos de três anos, as exportações do país cresceram duas vezes mais, acumulando a maior parte do dinheiro vindo do comércio com os aliados (FRIEDEN, 2008, p.146).

A supremacia econômica dos EUA, antes da primeira guerra mundial, foi desfeita pela queda de 1929, pois a prosperidade de anterior estava frágil com a desregulamentação do crédito e com indicativos de que a economia estava em rápido declínio. Segundo Grieco (1999), o aumento de investimentos em ações não era correspondido com o aumento da

produção, revelando uma falsa expansão de crédito, que gerou uma crise econômica.

A especulação nas Bolsas começou a crescer desenfreadamente. Nos Estados Unidos o índice de ações cresceu de 100 (1926) para 291 em setembro de 1929. Os preços das ações industriais em Londres subiram de 120 (1927) para 150 (1929) e na Alemanha de 40% no mesmo período. Ocorreram aumentos substanciais, nos demais centros europeus, dos preços de novas subscrições ou de emissões puramente especulativas. As primeiras falências começaram a surgir na Europa antes do que nos Estados Unidos. Rotschild viu-se obrigada a retirar fundos de Nova York para salvar seu banco vienense. Bancos da City e investidores particulares começaram a vender suas ações americanas, deslançando o processo da Grande Depressão (GRIECO, 1999, p. 171).

Para combater a crise de 1929 o governo implementou a política do “New Deal” (Novo Acordo), procurando reestabelecer toda a economia americana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Rezende (2008), a grande depressão desencadeou a quebra da Bolsa de Nova York, desestruturando totalmente o mercado financeiro mundial. A crise do capitalismo ocasionou consequências em toda estrutura política e econômica que eram vigentes antes de 1929, em níveis internos e externos. O Brasil que se destacava como agroexportador sofreu também um forte colapso econômico e buscou recursos para alterar a estrutura política e econômica como forma para reagir à crise (FURTADO, 1963, p.101).

Após a Primeira Guerra Mundial, a Europa estava se recuperando e retomando bem lentamente o crescimento econômico financeiro, e os EUA, nos anos de 1920 a 1922, obtiveram um crescimento contínuo até o ano de 1929 (REZENDE, 2008, p. 202). Assim, elencando motivos para o desenvolvimento econômico e financeiro dos EUA, podem se destacar as taxas absurdas e altas de acumulação de capital e investimentos, o desenvolvimento demográfico, a expansão do crédito, o reforço hegemônico mundial, as condições de produtores de carvão, a eletricidade, o ferro e o aço fundidos e o petróleo. Em destaque também como pioneiros do consumo de massa de bens duráveis e de tecnologias

modernas. Tudo isso, incrementava produtos que afetava a nação como um todo, embora a distribuição de renda não fosse uma regra equivalente em todos os meios sociais (PARKER, 2009, p. 30-31).

Com a queda do consumo na Europa e a consequente diminuição da produção, logo houve aumento do desemprego, observado no gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1: Curva de desemprego



Fonte: (ROSA, 2019)

De acordo com o gráfico 1, a curva de desemprego teve variações no período 1929 a 1942. Em 1929, a taxa de desemprego foi aumentando de forma contínua até 1933 e, só após o “*New Deal*” ser implementado, começou a retroceder. A partir de 1937 a 1938 houve o retorno do aumento da taxa de desemprego pela recessão, para depois recuar até 1942 (SOUZA, s. p., s.d.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Grande Depressão Americana foi representada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, estabelecida em 1929 e conhecida como a “Crise de 1929”, afetou todo o mundo e gerou milhões de desempregados.

A expansão de crédito com as taxas de juros artificiais criou um caos nas reservas de créditos, que estavam ancoradas na poupança. Os investidores da bolsa de valores de Nova Iorque eram especuladores com recebimento falso da expansão de crédito, que na expectativa do ganhar mais, investiam mais, ampliando seus negócios e aumentando salários. Como consequência, esse processo gerou um “caos inflacionário”, em 1929, escondendo a situação artificial econômica em que havia muito dinheiro sem valor real e sem produção.

Mediante às consequências da crise, veio o desemprego em massa, a falência das empresas, a redução da produção nos setores agrícola e industrial, gerando pobreza para a maior parte da população americana. Os países que estavam em parceria com o sistema de crédito americano também sofreram recessões econômicas em grande proporção. No Brasil, queimaram-se sacas de café para valorizar o preço. A solução para combater a crise veio pela implementação política do “New Deal” (Novo Acordo), o qual procurou replanejar toda a economia americana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRIECO, Francisco de Assis. **O Comércio Exterior e as Crises Financeiras**. São Paulo. Ed. Aduaneiras, 1999. Disponível em:
<<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0711260059.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2019.

FRIEDEN, Jeffry A., **O Capitalismo Global História Econômica e Política do século XX**. Tradução Vivian Mannheimer, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2008. Disponível em:
<<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0711260059.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963. Disponível em:
<<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1509.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2019.

PARKER, Selwyn. **O Crash de 1929: as lições que ficaram da grande depressão**. São Paulo: Globo, 2009. Disponível em:
<<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0711260059.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2019.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **História econômica geral**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0711260059.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2019.

ROSA, Éderson da. **Crise de 1929**. Mundo História, 2019. Disponível em: <<https://www.mundoedu.com.br/uploads/pdf/538d0e88dd29d.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

SOUZA, Rainer Gonçalves. **Idade Contemporânea**. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/o-professor-ao-longo-do-tempo.htm>> Acesso em: 13 jun. 2019.

E-COMMERCE: A IMPORTÂNCIA E A EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2013 - 2018

FERREIRA, Carlos Delatorre⁵
NASCIMENTO, Guilherme Poeys⁶
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁷
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁸

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a importância e o impacto do comércio virtual ou e-commerce na realidade do Brasil, bem como expor o seu crescimento no período entre 2013 a 2018, revelando que, em geral, é um meio positivo e saudável para as transações comerciais. Com os avanços tecnológicos atuais, ambas as áreas do conhecimento se tornaram afiliadas e até dependentes da tecnologia.

Dessa forma, desde o começo do século XXI, o comércio tornou-se digital, sendo tanto comum as compras *online* quanto em lojas físicas. Muitas são as vantagens do *e-commerce*, como a facilidade, a rapidez na entrega (em grande parte dos casos de apenas alguns dias úteis), a qual não é tão instantânea quanto a compra em uma loja física, mas se prova muito eficaz e em constante processo de evolução, comparada aos anos anteriores, além da capacidade de realizar o procedimento em sua própria casa ou em qualquer lugar que possua conexão com a *internet*, levando-se em conta a facilidade de acesso trazida pelos *smartphones*, *tablets* e outros *gadgets* ao mundo moderno.

⁴ Graduando do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: carlosdelatorre2000@hotmail.com;

⁶ Graduando do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: guilherme.poeys@hotmail.com;

⁷ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com

⁸ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Para que o crescimento do *e-commerce* seja abordado, necessita-se mencionar a importância da globalização, que se trata de um processo potencializado pelas grandes navegações no século XV a XVII, descrito por Santos, em 1996, como a dialética entre o padrão racional mundial e local em cada país na economia, cultura e política, caracterizando-se, não por uma homogeneização dessas áreas, mas como dito por Ortiz (2006), um processo no qual surgiu através da conjunção de várias identidades populares distintas, ocasionando o nascimento da cultura mundial; e também a Terceira Revolução Mundial, que se tornou possível pela existência de mecanismos de telecomunicação e transporte mais tecnológicos, possibilitando a fragmentação e escoação da produção, utilização da *internet* como meio de venda pelas lojas e a comunicação a distância. Ambos acontecimentos foram responsáveis e vitais para o nascimento e progressão do comércio tecnológico brasileiro.

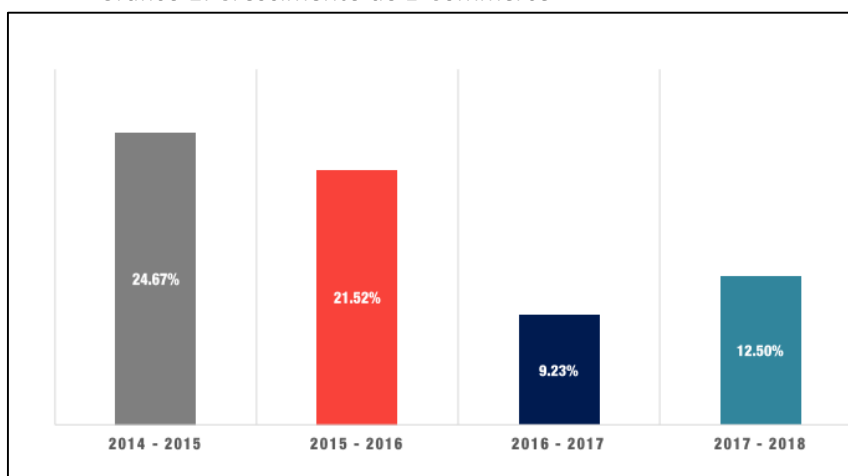
De acordo com dados divulgados pela *E-bit*, na primeira metade do ano de 2013, as vendas pela *internet* realizadas no país somaram um valor de R\$ 12,7 bilhões, que representa, para a América Latina, de acordo com o site *E-Commerce* (2018) “um total de 60% das transações feitas no período, além de um ganho de 24% na comparação anual”. No período de janeiro a julho de 2013, foram realizadas mais de 35 milhões de transações, o que representa um crescimento anual de 20%. Comparada à primeira metade de 2012, a média de compras feitas *online* cresceu 4%, atingindo a marca de R\$ 359,49. Totalizando 13,7% das transações do período, o setor de Moda e Acessórios foi o líder de vendas. Seguido pelo setor de eletrodomésticos, que totalizou 12,3%, cosméticos e perfumaria com 12,2%, computação com 9%, e livros e revistas, com 8,9% (RONDINELLI, 2018, s. p.).

Em 2016, dados realizados pela *E-bit* demonstram que ao menos uma transação foi feita por mais de 37,5 milhões de pessoas, trazendo um lucro de mais de 44 bilhões de reais. Parte dessa incrível evolução deu-se aos celulares que agregavam mais que 21% das compras realizadas em 2016, ocasionando uma diferença de 22% em relação ao ano de 2015. O ano de 2017 também foi um sucesso, contando com mais de 15% no aumento das compras em relação aos dados anteriores. Acompanhando o estudo da *Webshoppers*, foi possível verificar um acréscimo de 10,5 milhões de aquisições na quantia de pessoas comprando ao menos um produto naquele ano, tal fato confirma a crescente na projeção do E-commerce com o passar dos anos (*E-BIT*, 2017, p.12).

De acordo com a pesquisa realizada pela *BigData Corp*, a pedido do *PayPal* Brasil, entre maio de 2017 e maio de 2018, o *e-commerce* brasileiro teve um crescimento de 12,5%. A pesquisa de título “O Perfil do *e-commerce* brasileiro 2018” verificou que foram abertos 75 mil *sites* de vendas entre maio de 2017 e maio de 2018. Segundo o *CEO* da *BigData Corp*, Thoran Rodrigues, o resultado revela uma maturação do mercado no Brasil. Consoante à pesquisa, entre maio de 2014 e maio de 2016 houve um faturamento expressivo de 24% de aumento entre 2014 e 2015, e entre 2015 e 2016, um aumento de 21%. Entretanto, houve uma queda de crescimento no período seguinte, apresentando somente 9,23% de 2016 para 2017 (*E-BIT*, 2017, p. 14)

Por outro lado, a quantidade de *e-commerces* de grande porte teve um aumento, bem como as lojas médias. Respectivamente, estes representaram 7,53% e 9,99% das lojas *online* no ano de 2018. Abaixo, no gráfico 1, mostra o nível de crescimento comparativo do *e-commerce* entre 2014 e 2018:

Gráfico 1: Crescimento do *E-Commerce*



Fonte: (RONDINELLI, 2018)

Houve também um crescimento exponencial nos *sites* compatíveis com dispositivos móveis – *sites* otimizados para qualquer tipo de dispositivo e tela, principalmente celulares – de 24% em 2017 para 76% em 2018. (RONDINELLI, 2018, s. p.)

Em 2016, dados realizados pela *E-bit* demonstraram que ao menos uma transação foi feita por mais de 37,5 milhões de pessoas, trazendo um lucro de mais de 44 bilhões de reais. Parte dessa incrível evolução deu-se aos celulares que agregavam mais que 21% das compras realizadas neste ano, ocasionando uma diferença de 22% ao de 2015. Já em 2018, os *smartphones* foram responsáveis por aproximadamente 37% das transações *online* em comparação ao ano de 2017 com 27,3%. No ano de 2018, o crescimento de compradores foi menor quando comparado ao ano anterior, contudo, apresentando aumento de 5 milhões de indivíduos, realizando transações pelo e-commerce de acordo com a pesquisa feita pelo *E-bit*. (*E-COMMERCE*, 2018, s. p.)

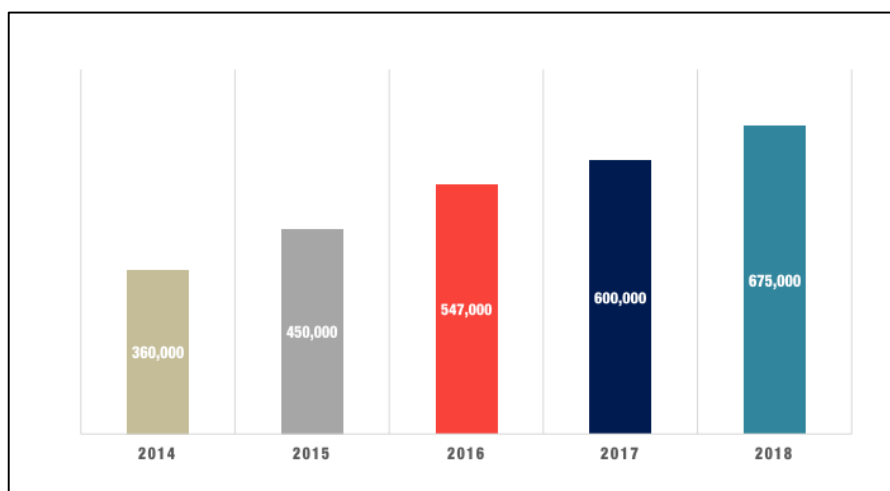
Interessados pelo desenvolvimento ocorrido pelo *e-commerce* nos últimos anos, muitos portais de vendas eletrônicas sentiram a necessidade de explorar a nova realidade em desenvolvimento, fazendo com que novas oportunidades conseguissem alcançar o comércio *online* e trazendo melhor infraestrutura e recursos para a sua realidade. Com isso, as empresas de médio e pequeno porte são as detentoras da maior taxa de crescimento anual. As empresas brasileiras mais sucedidas são compostas de diversos produtos como

eletrodomésticos, móveis, cosméticos, entre outros recursos pessoais e para o lar, o que se comprova diferente de outros países, os quais geralmente são especializados em cada categoria de produtos. Diante disso, previu-se que, caso o cenário continuasse a favor e positivamente tendencioso, haveria o aumento de 15% do *e-commerce*, acarretando em 220 milhões de pedidos e um faturamento de R\$ 69 bilhões de reais. (DINO, 2018, s. p.)

RESULTADO E DISCUSSÃO

É notável a dependência do comércio para com as formas de tecnologia atualmente, não só no sentido de vendas, mas também no controle de ações cotidianas. Essa situação fica ainda mais evidente quando analisa-se a quantidade de *sites* de *e-commerce* no Brasil nos últimos anos, como mostra o gráfico 2:

Gráfico 2: Quantidade de Sites de E-Commerce



Fonte: (RONDINELLI, 2018)

Em maio de 2018, as 675 mil lojas *online* ativas – contra 600 mil existentes no ano de 2017 – foram responsáveis por 5,63% dos *sites* no Brasil. É válido destacar que ocorreu uma diminuição dos pequenos *e-commerces* quando comparados aos médios e grandes. Porém, de acordo com a pesquisa realizada pelo *Paypal*, 82% do comércio eletrônico brasileiro em 2018 era representado pelos pequenos *sites*, contra 97% em 2017. Logo, é

papel dos diretores e dos gestores de empresas se atentarem para as áreas de desenvolvimento e distribuição *online*, pois estas claramente trazem benefícios não só para a empresa, gerando um alcance maior de clientes, mas também para os consumidores, que podem comprar os produtos no conforto de suas casas através de seus celulares ou computadores. Além disso, na maioria dos casos, as lojas conseguem repassar aos clientes produtos com preços menores, levando em conta o fato de não ser necessário que paguem por custos de manutenção de uma loja física, e também o fato de que o frete é normalmente custeado pelo comprador (PAYPAL BRASIL, 2018, s. p.).

Desse modo, vale frizar a necessidade de cuidados com os setores de compras e atendimentos *online*, pois como dito por Jeff Bezos, presidente, fundador e *CEO* da *Amazon.com*, um dos maiores e mais importantes sites de comércio eletrônico dos Estados Unidos e do mundo inteiro, “Se você construir uma ótima experiência, os clientes contam uns aos outros sobre isso. O boca-a-boca é muito poderoso”, mostrando como um tratamento adequado e atendimento de qualidade pode incentivar que seus clientes voltem a comprar ou consumir dos seus serviços, e também indiquem para outros interessados. Outra questão importante, também levantada por Jeff Bezos e mencionada na matéria de Morgan Housel é em relação às inovações:

Eu frequentemente me perguntava: ‘O que vai mudar nos próximos 10 anos?’ E essa é uma pergunta muito interessante. E nunca ouvia a pergunta: ‘O que não vai mudar nos próximos 10 anos?’ E eu lhe digo que essa segunda questão é realmente a mais importante das duas. Porque você deve construir sua estratégia de negócios em torno do que será estável... No varejo online sabemos que o cliente quer preços baixos, e eu sei que isso ainda será verdade daqui 10 anos. Eles querem entregas rápidas, muitas opções de produtos. É impossível imaginar um futuro daqui 10 anos, onde um cliente chega e diz: ‘Jeff, eu amo a Amazon, eu só queria que os preços fossem um pouco maiores.’ ou ‘Eu amo a Amazon, só gostaria que entregasse um pouco mais devagar’. Impossível. Assim, o esforço que colocamos são nestas coisas. (HOUSEL, 2013, s. p.)

Isso mostra a importância da manutenção dos setores implantados *online*, maximizando os resultados e a satisfação de seus consumidores, fidelizando-os. A era de serviços e do comércio online trouxe para a população inúmeros benefícios e facilidades,

porém trouxe também novas exigências para os comerciantes, que precisam alcançar esses conhecimentos para que todo o processo seja executado de forma correta e segura. (HOUSEL, 2013, s.p.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos abertos pelo *e-commerce* merecem destaque, tendo em vista seu crescimento anual, que continua sendo positivo mesmo com as oscilações do mercado. O comércio eletrônico se mostrou essencial para os comerciantes e empresários da atualidade inovar seus negócios e expandi-los, chegando a atender todo o país graças ao alcance significativamente maior com o uso de operações *onlines*. Bem como, é notável a constante melhora na relação das empresas com o consumidor através de *chats*, correspondência de *e-mail* ou SAC, os quais estão em constante processo de evolução, a fim de que tudo seja mais próximo, chamativo e principalmente confiável para o cliente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A. O. **Tecnologia, Revoluções Industriais e o Negócio do Jornalismo em Processo de Transformação**. Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/AUM/article/viewFile/8309/5984>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

DINO. **Segundo dados, E-commerce cresce 12% em 2017 e tem projeção de 15% em 2018**. Exame, 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/segundo-dados-e-commerce-cresce-12-em-2017-e-tem-projecao-de-15-em-2018/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

E-BIT. **Webshoppers – o mais completo relatório sobre o mercado de e-commerce**. E-bit, 2019. Disponível em: <<https://www.ebit.com.br/webshoppers>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

E-COMMERCE. **Brasil é responsável por 60% do e-commerce na América Latina no primeiro semestre**. *E-commerce de Sucesso*, 2018. Disponível em: <<https://ecommercedesucesso.com.br/compras-online-ate-o-final-de-2018/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

HOUSEL, Morgan. **The 20 Smartest Things Jeff Bezos has ever said**. The Motley Fool, 2013. Disponível em: < <https://www.fool.com/investing/general/2013/09/09/the-25-smartest-things-jeff-bezos-has-ever-said.aspx>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

ORTIZ, Renato. **Globalização**: notas sobre um debate. Scielo, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a10v24n1.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

PAYPAL BRASIL. **Pesquisa**: 4ª edição do Perfil do *E-commerce* Brasileiro. Blog PayPal Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.paypal.com/stories/br/pesquisa-4-edico-do-perfil-do-e-commerce-brasileiro>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

RONDINELLI, Júlia. ***E-commerce* brasileiro cresce 12,5% e entra em período de estabilidade, diz PayPal**. *E-Commerce* Brasil, 2018. Disponível em: < <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/e-commerce-entra-em-estabilidade/> >. Acesso em: 05 mar. 2019.

REDAÇÃO *E-COMMERCE* BRASIL, **Compras online: Brasil terá 60 milhões de consumidores até o final de 2018**. *E-Commerce* Brasil, 2013. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/brasil-responsavel-60-commerce-america-latina-semester/>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

RIBEIRO, W. C. **Globalização e geografia em Milton Santos**. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124h.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

.

DÓLAR: IMPACTOS DAS FLUTUAÇÕES PARA A IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO BRASILEIRAS

FERREIRA, Jean Carlos Martins Gomes⁹
DO NASCIMENTO, Wallace Dominik Silva¹⁰
NUNES, Neuza Maria de Siqueira¹¹
BRASIL, Maria Margarete Salvate¹²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o impacto da variação do dólar para a importação e exportação brasileiras e as vantagens e as desvantagens das alterações dos valores da moeda americana no mercado nacional.

O valor do dólar ou da taxa de câmbio influencia toda a economia mundial. No Brasil, as constantes flutuações da moeda americana atingem de diversas formas o mercado, e o setor que acaba sendo mais impactado por essas mudanças é o de exportação, tanto positivamente quanto negativamente. Qualquer pequena alteração pode fazer toda diferença na balança comercial. Quando ocorre flutuação no dólar, alguém sempre sai ganhando, em contrapartida, o outro lado acaba ficando na desvantagem. Por isso é necessário uma avaliação correta de como o dólar pode influenciar no comércio, a fim de definir as melhores decisões ou prevenir contra o aumento da moeda.

⁹Graduando do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: jeancmgf@gmail.com;

¹⁰ Graduando do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: wallacedominik50@gmail.com;

¹¹ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

¹² Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil comercializa com vários países, gerando uma receita adicional para o país e permitindo que o país tenha acesso a alguns produtos que seriam mais difíceis de produzir. A taxa de câmbio ou o preço do dólar acaba regulando o fluxo de comércio com o exterior. Segundo Trevizan (2018), múltiplos fatores influenciam a valorização e a queda da moeda americana em relação à moeda brasileira, entretanto, podemos dizer que a principal delas é a relação de oferta e demanda. No momento atual, com a economia nacional numa situação complicada por causa da crise de 2014 e, com as taxas de desemprego, segundo Chade (2019), atingindo os 12,5% no final de 2018, a capacidade de consumo das famílias caiu e, assim, existem menos demanda e menos renda. Então, os empresários e as grandes indústrias veem a possibilidade de vender para fora, exportando grande parte da sua produção.

Para Shostak (2012), vendendo os produtos para o exterior, recebe-se o pagamento em moeda estrangeira, geralmente o dólar. Se a mesma custa mais que o real, significa que estarão recebendo mais pelo produto do que está sendo exportado e, se o dólar vale menos que o real, significa que estaria recebendo menos pelo mesmo produto exportado. Com isso, o preço do dólar é de extrema importância para definir se as empresas irão exportar mais seus produtos ou se preferirão vender dentro do próprio país.

Em contrapartida, de acordo com Chinelato (2018), do ponto de vista das pessoas ou das empresas que importam produtos, a alta no dólar não é nada interessante, porque se o dólar fica mais caro, estarão pagando mais pelos produtos importados, tornando, assim, mais caro o processo de importação em que o valor é repassado para o consumidor final,

que acaba sendo o mais prejudicado. Isso também inclui produtos que têm algum componente importado, como um simples pão, por exemplo, de acordo com Tooge (2015), apenas 30% de todo o trigo nacional serve para a produção de pães, o restante vem do exterior.

Contudo, segundo Silva (2018), também existem brasileiros cujo trabalho é recebido em dólar e beneficiados com o preço alto da moeda, como por exemplo, os *youtubers*, pessoas cuja profissão se baseia na criação de conteúdo para *sites* de vídeos na internet, em que a sede principal fica no exterior, com isso, o dinheiro recebido é beneficiado pela maior valorização.

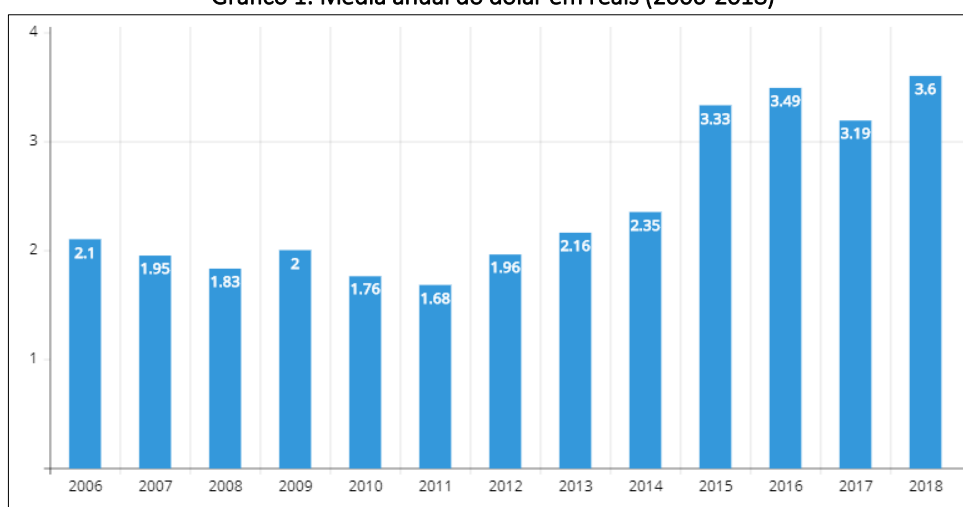
Um dado curioso sobre o peso do valor do dólar no bolso dos brasileiros nas importações é levar em consideração o valor pago por produtos vindo do exterior, antes quanto o dólar não estava tão alto, e depois da alta. De acordo com Neves (2017), citando como exemplo os celulares da empresa *Apple*, o primeiro *Iphone* foi anunciado por volta de US\$ 599 no ano de lançamento, em 2007. Com a cotação do dólar por volta de R\$ 2,10, o valor total aproximado seria de R\$ 1.260, em conversão direta, sem a implementação dos impostos. Nos dias atuais, em 2019, com o valor do dólar em reais, atualmente em torno de R\$ 3,78, o mesmo produto, se ainda estivesse à venda, teria um valor aproximadamente de R\$ 2.268, também em conversão direta e sem a inclusão de impostos brasileiros. Dessa forma, nota-se que houve um aumento significativo no valor pago pelo mesmo produto e, assim, a importação do mesmo tornou-se mais cara.

Segundo Chinelato (2018), para que a economia funcione da melhor forma, é necessário que exista um equilíbrio no cenário do dólar, para que ambas as partes sejam beneficiadas. Não é melhor que o dólar seja baixo para beneficiar só os importadores e nem alto demais para beneficiar apenas os exportadores. Quando somente um lado tem muita vantagem na balança, o outro lado estará em desequilíbrio, a moeda afetará o lado que tecnicamente estaria na vantagem, o que não é bom para o mercado, pois precisa tanto dos compradores quanto dos vendedores para o sucesso do negócio.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Quando há grandes variações na moeda americana, o setor de importação e de exportação também sofre mudança na balança comercial. A seguir, no gráfico 1, os valores médios anuais do dólar americano, em reais, entre 2006 a 2018.

Gráfico 1: Média anual do dólar em reais (2006-2018)

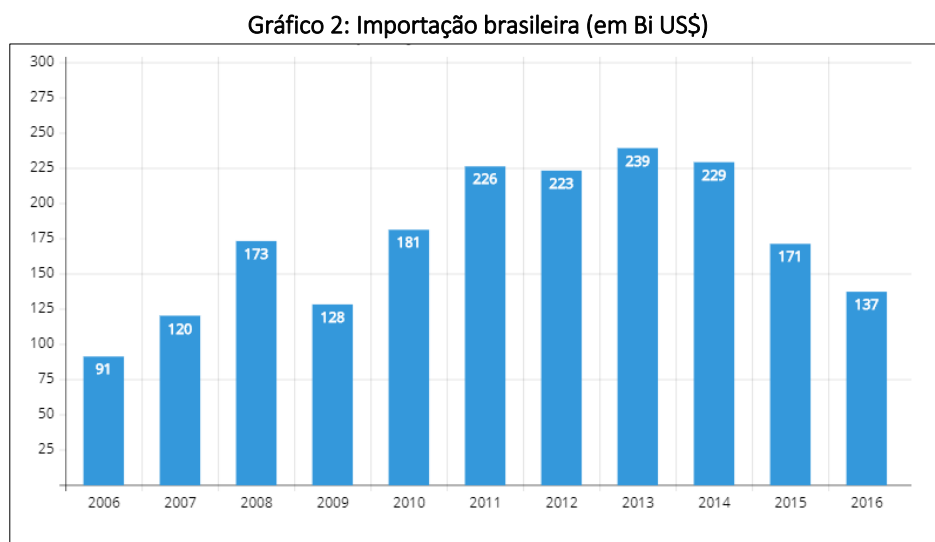


Fonte: (OEC, 2019)

No gráfico 1, observa-se os valores medianos que o dólar obteve no período de 2006 a 2018, notando que no ano 2006 até o ano de 2013 houve pouca variação. A mudança perceptível inicia-se no ano de 2014, quando o Brasil começou uma crise econômica e os estrangeiros, incertos do futuro da economia brasileira, deixaram de investir, de comprar ações ou títulos nacionais. Com menos oferta, resultado da menor entrada de dólar no país, o preço da moeda americana aumenta consideravelmente, trazendo grande impacto para o mercado.

Dentre os setores de importação e de exportação, o que mais obteve mudança e sofreu com a variação do dólar foi o de importação. De acordo com o gráfico 2, a partir do ano de 2014, percebe-se que houve uma queda considerável, em bilhões, com gastos com a importação. A queda ocorreu pelo recuo das compras realizadas pelo Brasil, representada

por mais de 19%, apenas em aquisição de bem de consumo, visto que com a valorização do dólar os produtos ficam mais caros, diminuindo a demanda.



Fonte: (OEC, 2019)

Não só a importação teve problema, mas a exportação, conforme Gasparin (2011), também houve uma queda considerável em 2009, entretanto, o recuo ocorreu devido à crise de 2008, que atingiu todo o mundo, e não foi “culpa” da variação do dólar. O principal fator foi a diminuição de demanda da China por produtos brasileiros, visto que o país era o principal foco de exportação do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O valor da moeda americana tem impacto direto na economia brasileira, principalmente para o mercado de importação e exportação. Um aumento ou um recuo extremo pode acabar resultando num desnivelamento, deixando assim que uma parte possua um pouco mais de vantagem em relação à outra.

Quando a alteração da cotação deixa o dólar valendo mais que o real resulta que o lado do mercado exportador adquire vantagem, deixando um desequilíbrio para o mercado importador. Os mais afetados são os consumidores finais, tendo em vista que vários

produtos comercializados em território nacional são importados ou contêm algum componente estrangeiro, cujo valor é repassado para os compradores.

O importante para uma economia saudável é que exista um equilíbrio entre as moedas, para que assim tenha demanda tanto interna quanto externa, para que, dessa forma, não apenas um lado do mercado cresça, mas ambas.

REFERÊNCIAS

CHADE, J. **Desemprego no Brasil vai cair em 2019 e 2020, diz OIT**. Economia, Estadão, 2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-no-brasil-vai-cair-em-2019-e-2020-diz-oit,70002719557>>. Acesso em: 22 de abr. 2019.

CHINELATO, F. **Alta do dólar e o impacto para os exportadores e importadores brasileiros**. Administradores, 2019. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/alta-do-dolar-e-o-impacto-para-os-exportadores-e-importadores-brasileiros/110890/>>. Acesso em: 15 de abr. 2019.

GASPARIN, G. **Entenda como a crise de 2008 influenciou a vida dos brasileiros**. G1 Globo, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2011/09/entenda-como-crise-de-2008-influenciou-vida-dos-brasileiros.html>>. Acesso em: 23 mai. 19.

NEVES, A. **10 anos de iPhone: veja a evolução dos modelos e os preços de lançamento**. Canal Tech, 2016. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/smartphone/10-anos-de-iphone-veja-a-evolucao-dos-modelos-e-os-precos-de-lancamento-96070/>>. Acesso em: 07 de abr. 2019.

OECD. **Balança comercial**. *Observatory of Economic Complexity*, 2019. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/bra/#Balan%C3%A7a_comercial>. Acesso em: 23 de abr. 2019.

SHOSTAK, F. **Desvalorizar o câmbio estimula o crescimento econômico?**. Mises Brasil, 2012. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1308>>. Acesso em: 23 de mai. 2019.

SILVA, G. **Você conhece a profissão Youtuber?** Educa + Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/carreira/voce-conhece-a-profissao-youtuber>>. Acesso em: 23 mai. 19.

TOOGE, R. **Por que o Brasil importa tanto trigo?** Canal Rural, 2015. Disponível em: <<https://canalrural.uol.com.br/noticias/por-que-brasil-importa-tanto-trigo-59141/>>. Acesso em: 05 de abr. 2019.

TREVIZAN, K. **Veja o que faz o dólar subir ou cair em relação ao real.** G1 Economia, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/educacao-financeira/noticia/veja-o-que-faz-o-dolar-subir-ou-cair-em-relacao-ao-real.ghtml>>. Acesso em: 06 de abr. 2019.

A EXPORTAÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL 2017-2019

SOUSA, João Coletto Sudré de¹³
LEPRE, Marlene Gomes da Silva¹⁴
NUNES, Neuza Maria de Siqueira¹⁵
BRASIL, Maria Margarete Salvate¹⁶

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever a introdução da cultura do café no Brasil e a importância do produto para o país. O café adaptou-se ao clima do país, ganhou posição de destaque e, por consequência, o aumento da produção contribuiu para a exportação do excedente. Com a utilização de tecnologia e com métodos adequados de manejo, o produto conquistou superioridade na qualidade e conquistou novos mercados. Sendo assim, o Brasil se tornou um dos maiores produtores de café do mundo, contribuindo para a balança comercial brasileira.

O Brasil tem exportado, desde 2017, mais de 35 milhões de sacas de café, levando em consideração todos os tipos de grãos produzidos no Brasil. A exportação tem gerado lucro e emprego no setor.

MATERIAL E MÉTODO

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

¹³Graduando do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: joaocoletosousa@gmail.com

¹⁴ Graduanda do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: marlennylepre@gmail.com;

¹⁵ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

¹⁶ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

DESENVOLVIMENTO

Segundo Pinto (2019), o café chegou ao Brasil em 1727, mais precisamente em Belém, trazido pelo sargento Mor Francisco de Mello Palheta e, naquela época, já possuía um grande valor comercial. Devido às condições climáticas favoráveis, o cultivo de café se espalhou rapidamente, passando por Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

Num período relativamente curto, o produto tornou-se a base da economia brasileira. Em 1779, o Brasil aumentou significativamente a produção e, mesmo sendo em pequena escala, passou a exportar o produto com maior regularidade. Apesar da crise de 1929, logo após, a cafeicultura nacional se restabeleceu e os produtores, indústrias e exportadores voltaram a alimentar esperanças de um futuro melhor (PINTO, 2019, s. p.).

Segundo Sousa (2019), foi emitido um relatório pelo Cecafé (Conselho dos Produtores de Café no Brasil) com os seguintes dados: no ano de 2018, o Brasil exportou 35,2 milhões de sacas de café, considerando a soma de todos os tipos de café produzidos no Brasil (café verde, solúvel, torrado e moído). Isso representa um crescimento de 13,9% em relação a 2017.

A receita com as exportações de café em 2018 atingiu US\$ 5,1 bilhões, representando uma queda de 3% em relação ao ano de 2017 e o preço médio foi de US\$ 144,53, evidenciando a queda de 14,9% sobre o valor de 2017 (SOUSA, 2019, s. p.). O presidente do Cecafé afirma que:

Dezembro registrou boas notícias para a exportação de café. Os volumes apontaram não só uma boa performance no mês, como também para os resultados de fechamento do ano civil. As exportações de 2018 marcaram uma recuperação fantástica em relação a 2017, com incremento de quase 14% (CECAFÉ, 2019, s. p.).

Segundo Cheng (2019), de acordo com o IBGE, o Brasil colheu, em 2018, uma safra recorde de 3,438 milhões de toneladas de café. Isso demonstra um avanço de 0,4 % em relação ao que previa para o mês de maio, segundo o Levantamento Sistemático da

Produção Agrícola de junho, publicado pelo IBGE. No Brasil o estado que mais produz café é o Espírito Santo, sendo responsável por 64,9% de todo o café *conillon* a ser colhido no país (CHENG, 2019, s. p.).

Sousa (2019) diz que o presidente do Cecafé, Nelson Carvalhaes, espera que as decisões do governo brasileiro, que está atualmente no poder, em relação às exportações estejam em harmonia com o setor. Conforme o Cecafé, o resultado das exportações em 2018 ficou acima do esperado, ano marcado pela recuperação do café no comércio global. O Brasil tem na estrutura de sua cadeia cafeeira condição de sustentar uma boa performance, uma vez que o consumo global cresce numa média de 2% ao ano, podendo chegar a 170 milhões de sacas até 2020 (SOUSA, 2019, s. p.).

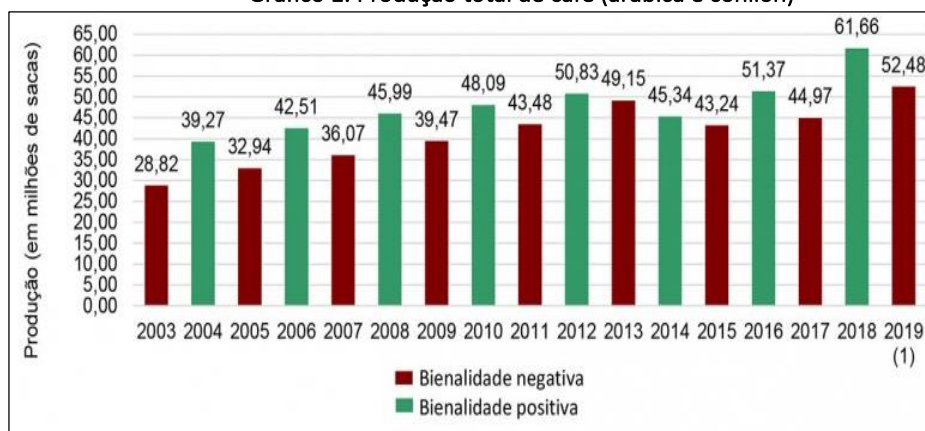
RESULTADO E DISCUSSÃO

Cheng (2019) divulgou uma afirmação feita por Nelson Carvalho, o presidente do Cecafé, que assevera:

As estatísticas mostram que o Brasil manteve sua posição de liderança mundial e tudo indica que em 2019 os resultados serão ainda melhores, com a possibilidade de bater novo recorde. O Brasil tem, na estrutura de sua cadeia cafeeira, condições de sustentar essa performance, uma vez que o consumo global cresce numa média de 2% ao ano, podendo chegar a 170 milhões de sacas até 2020. O café brasileiro é o mais sustentável do mundo e deverá atender 40% do mercado global em poucos anos, oferecendo um produto com total segurança e qualidade, graças a sua alta competência e ao foco na sustentabilidade (CHENG, 2019, s. p.).

De acordo com o Cecafé (2019b), a CONAB possui uma estimativa de que a produção de café chegue em até 50,48 e 54,48 milhões de sacas no 1º levantamento da safra de 2019/2020. O gráfico 1, a seguir, mostra a produção total de café estimada:

Gráfico 1: Produção total de café (arábica e conilon)



Fonte: (CECAFÉ, 2019b)

A partir da análise do gráfico 1, observa-se que a produção do café arábica e *conilon*, no período de 2003 a janeiro de 2019, teve variações na produção. O avanço e o desenvolvimento tecnológico contribuíram para a melhoria do grão e para que as indústrias cafeeiras aumentassem a produção e a exportação de maiores quantidades de sacas de café (CECAFÉ, 2019b, s. p.).

A produção da safra 2019/2020 do café tipo arábica está estimada entre 36,12 e 38,16 milhões de sacas, redução entre 23,9% a 19,6%, respectivamente, na comparação com a safra anterior. O estado responsável por mais da metade do volume de café colhido no país é Minas Gerais, podendo alcançar entre 26,4 e 27,7 milhões de sacas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da chegada do grão de café no Brasil evidencia que as plantações trouxeram riquezas para o país. O grão foi trazido diretamente da Guiana Francesa para o solo brasileiro, resultando em grande adaptação e provocando crescimento na produção e na exportação.

Com o crescimento da produção de café, com o aumento da tecnologia e com as novas formas de meios de transporte, a exportação de café tornou-se cada vez maior, elevando o nível de produção, mas também a qualidade dos grãos.

Assim, com o passar dos anos, o café tornou-se um produto importante para o Brasil, adaptando-se ao solo e ao clima. Os produtores brasileiros, com manejo adequado para o grão, tornaram-se de qualidade, conquistando o mercado interno e tendo reconhecimento mundial.

REFERÊNCIAS

CECAFÉ. **Brasil exporta maior volume de café dos últimos dois anos.** Cecafé, 2019a.

Disponível em: <<http://www.cecafe.com.br/publicacoes/brasil-exporta-maior-volume-de-cafe-dos-ultimos-dois-anos-20190115/>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CECAFÉ. **CONAB estima a produção de café entre 50,48 e 54,48 milhões no seu o 1º levantamento da safra 2019/2020.** Cecafé, 2019b. Disponível em:

<<http://www.cecafe.com.br/publicacoes/noticias/conab-estima-a-producao-de-cafe-entre-5048-e-5448-milhoes-no-seu-o-1o-levantamento-da-safra-2019-2020-2-20190117/>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CHENG, Diana. **Exportação de café chega a 35,2 milhões de sacas em 2018, recorde dos últimos 2 anos.** *Money Times*, 2019. Disponível em:

<<https://moneytimes.com.br/exportacao-de-cafe-chega-a-352-milhoes-de-sacas-em-2018-recorde-dos-ultimos-2-anos/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PINTO, Tales dos Santos. **Raízes do café no Brasil.** Brasil Escola, 2019. Disponível em:

<<https://brasilecola.uol.com.br/historia/o-cafe-no-brasil-suas-origens.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SOUSA, Thais. **Exportação de café do Brasil aos árabes cresceu 19% em 2018.** Anba, 2019.

Disponível em: <<https://anba.com.br/exportacao-de-cafe-do-brasil-aos-arabes-cresceu-19-em-2018/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

AS MUDANÇAS DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

ASSIS, Laylla Santos Rodrigues¹⁷
FONSECA, Amanda de Souza¹⁸
NUNES, Neuza Maria de Siqueira¹⁹
BRASIL, Maria Margarete Salvate²⁰

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar as características e as tendências das indústrias farmacêuticas mundiais e brasileiras após a Segunda Guerra Mundial. No início do século XX, verificou-se que a indústria farmacêutica apresentava uma estrutura homogênea e uma oferta reduzida de produtos. No período seguinte da Segunda Guerra Mundial, a produção de medicamentos baseada na síntese química, e na diversificação da oferta e da procura fez o mercado farmacêutico, composto até então por várias empresas, passar a fazer parte de um mercado de oligopólio, caracterizado por existir poucos vendedores para muitos compradores.

Na década de 90, essas indústrias ampliaram-se para outras áreas de saúde, como a de animais, a de produtos de higiene e a de nutrição. A partir do ano de 2000, a indústria farmacêutica mundial fortaleceu o processo de ampliação, devido à prescrição das patentes dos medicamentos e passou a investir no segmento dos remédios genéricos, comprando empresas nos mercados emergentes. No Brasil, o setor farmacêutico seguiu os caminhos da indústria farmacêutica mundial, passando a investir na produção de medicamentos genéricos e no avanço dos biotecnológicos, com financiamento público do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

¹⁷Graduanda do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: layllarodriguesassis@gmail.com;

¹⁸ Graduanda do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: aamandasf1234@gmail.com;

¹⁹ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

²⁰ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica para comprovar teoricamente o tema abordado com bases de dados *online*. A metodologia empregada foi de caráter qualitativo.

DESENVOLVIMENTO

No final do século XIX, as indústrias farmacêuticas mundiais começaram a se organizar com o objetivo promover uma revolução química. Entre 1820 e 1880 surgiu a primeira geração de inovações farmacêuticas iniciadas pela escola francesa de química e por Lavoisier. No período de 1880 a 1930, ocorreu na Europa a segunda geração da inovação farmacêutica, no intuito de desenvolver soros e vacinas, produzidos pelas indústrias suíças, alemães, francesas e pelos laboratórios públicos de pesquisas médicas. A terceira geração de inovação deu-se no início dos anos de 1930 até 1960, que elaborou os antibacterianos, os corticosteróides, os hormônios sexuais e a síntese de vitaminas (ACHILLADELIS, ANTONAKIS; CINES, 1990, p. 8).

A terceira geração de inovação correspondeu à intensificação da pesquisa com a legitimação de métodos de *marketing* destinados às áreas de lucro. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, embora muitas empresas europeias estivessem em processo de falência, aconteceu um crescimento explosivo dos farmacológicos com o surgimento das indústrias farmacêuticas norte-americanas, que herdou o espólio do setor farmacêutico alemão. Dessa maneira, o setor farmacêutico se estabilizou e, com isso, deu início à produção em massa, como consequência acarretou a lei da oferta e da demanda de medicamentos. Com isso, as indústrias farmacêuticas começaram a se reorganizar, planejando melhor suas estratégias de *marketing* e comercialização, especialidades farmacológicas, produções industriais das mesmas e outros (ACHILLADELIS; ANTONAKIS; CINES, 1990, p. 3).

Paralelo aos acontecimentos intensificados, surgiu a quarta geração, resultando mudanças científicas nas indústrias químicas e de farmacologia com a ciência da vida. No

ano de 1980, iniciou-se o quinto e último ciclo de inovação do setor farmacêutico mundial, que teve como base a descoberta da biotecnologia, tendo como prioridade produzir proteínas fisiológicas, utilizadas na terapia ou no diagnóstico de variadas doenças. Houve impactos significativos devido às operações das indústrias farmacêuticas transnacionais sobre o mercado externo de medicamentos, e também o interno. A aquisição se caracteriza pela compra de um controle de um agente econômico por outro agente (ACHILLADELIS; ANTONAKIS; CINES, 1990, p. 1-4).

Os processos de fusão tiveram início no século XX, nos EUA, na década de 1940, acontecendo o Joint Venture que se constitui em um acordo entre duas ou mais empresas para a formação de uma nova empresa, cujo controle é comum, desejando um negócio conjunto e dividindo os resultados, sejam eles lucros ou prejuízos. Dentre as fusões, em 1940, a *holding American Home Productis*, de origem americana, fundiu-se com a *Wyeth Ayerst, McKenna e Harrison Ltd.*, do Canadá. Nos anos 1950, houve a fusão da indústria farmacêutica *Merck & Co.* com a *Sharp & Dohme*; na década de 1970, a *Sandoz*, de origem suíça, adquiriu a austríaca *Biochemie GmbH* (BRASIL, 2012).

Nos anos de 1960 outras importantes fusões se destacaram, assim como na década de 1980 e nos anos de 1990. Além disso, nesse período, outras operações aconteceram e, nas últimas décadas de 2000, esses processos se encontraram em pleno desenvolvimento (BERMUDEZ, 1995, p. 34).

Nos anos 2000, a indústria farmacêutica mundial, apropriado principalmente à perda de patentes, passou a se concentrar mais no segmento de inovações em pesquisa e desenvolvimentos (P&D), com maior relevância de medicamentos biotecnológicos. Nesse contexto, os Estados Unidos, a Alemanha, a Suíça e o Reino Unido integraram os principais produtores de biotecnológicos (VALOR ECONÔMICO, 2012, p. 04).

Ao dar seguimento ao cenário mundial, o setor farmacêutico, no cenário brasileiro, desde o século XX até os anos de 1930, esteve mais focado para a produção de vacinas. Nos anos de 1940 e 1950, período de vigência do Estado Nacional-Desenvolvimentista, começou a vinda de indústrias farmacêuticas transnacionais para o Brasil. Esse período favoreceu a entrada de capital estrangeiro no país. Na década de 1960 e 1970, é importante destacar a

discussão sobre a necessidade do setor público brasileiro ofertar medicamentos. Dentre ela, o plano de criação de uma empresa estatal, a Farmoquímica Brasileira S/A (Farmobrás), que na época não foi implementado, mas serviu para dar continuidade ao processo de criação de laboratórios oficiais, que ocorreu no início do século XX (BERMUDEZ, 1995, p.4).

Nos anos de 1980, houve a declaração da Constituição Federal, que indicava a saúde como direito de todos e dever do Estado, e a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto de acesso igualitário à saúde e aos medicamentos, o setor farmacêutico brasileiro tinha como característica a continuidade e a dependência de indústrias farmacêuticas transnacionais, que depositava seu interesse somente em *marketing*, não em investimentos P&D. Na década de 1990, seguindo os moldes das indústrias farmacêuticas mundiais, o setor brasileiro caracterizou-se por um alto grau de concentração, com consequentes mudanças nos seus padrões de competição. No entanto, cabe destacar e enfatizar que a indústria brasileira nesse período optou pelo investimento em medicamentos genéricos (CAPANEMA; FILHO, 2010, p. 307-318).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No século XXI, a indústria farmacêutica começou a investir em medicamentos fitoterápicos, sobretudo nos biotecnológicos, com apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O BNDES elaborou, em 2003, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROFARMA), que visava tornar acessíveis as linhas de crédito para consolidar a indústria farmacêutica brasileira (ANTUNES, 2008, p.209)

Reis, Pieroni e Souza (2010), ao seguirem a linha de raciocínio, afirmam que “além do apoio por intermédio de suas linhas de financiamento tradicionais, o BNDES tem atualmente instrumentos diferenciados para incentivar o desenvolvimento da biotecnologia para a saúde no país”. Observa-se, no quadro 1, a seguir, as principais indústrias do setor farmacêutico brasileiro nas décadas de 2000:

Quadro 1: Setor farmacêutico brasileiro nas décadas de 2000

Indústria Farmacêutica	Principais Operações	Fundação
Hypermarcas	2007: adquiriu a DM Farmacêutica. 2008: incorporou à Farmasa. 2009: incorporou à Neo Química. 2010: adquiriu a Luper. 2011: adquiriu a Mantecorp. 2011: adquiriu marcas de medicamentos de prescrição pertencentes à Sanofi-Medley.	Década de 2000: Prátika Industrial Ltda.
Libbs	2005: Adquiriu a subsidiária brasileira da australiana Mayne Pty, Mayne Pharma do Brasil. A partir dessa aquisição, uma nova unidade de negócios passou a integrar o grupo Libbs: a Disaq Farmacêutica , que substituiu a Mayne em todas as suas atividades no país. - Libbs Farmoquímica: exportar hormônios e demais matérias-primas para a Europa e para países do Mercosul.	Década de 50
Medley Indústria Farmacêutica	2009: adquirida pela Sanofi (francês).	Década de 90
Multilab	2012: adquirido pela Takeda (japonês).	Década de 80
Supera	2012: Formada pelos laboratórios: Eurofarma e Cristália.	Década de 2000
Neo Química	2009: adquirida pela Hypermarcas	Década de 50
Teuto Brasileiro	2010: sinergia: 40% de suas ações compradas pela Pfizer (norte-americana). - Exporta: América Central, América do Sul, África, Oriente Médio e Portugal.	Década de 40
União Química Farmacêutica Nacional	2007: Exporta: América Latina e África.	Década de 30: Laboratório Prata

Fonte: (KORNIS; BRAGA; PAULA, 2019)

No quadro 1 observa-se que houve maior presença das fusões e aquisições na indústria farmacêutica brasileira, mas foram tímidas se comparadas a experiência mundial. O quadro também mostra que o setor farmacêutico brasileiro se fez presente nos mercados latino-americanos e africano. A presença brasileira no mercado europeu ainda é pequena, como também no americano.

Nessa perspectiva, o BNDES, em 2012, passou a financiar uma parceria orientada para pesquisa e desenvolvimento na área de medicamentos biotecnológicos. No entanto, é relevante ressaltar, que esta parceria é uma modalidade *joint-venture* (Valor Econômico, 2012, p. 06).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os anos 1970, várias investidas foram feitas para implantar uma política que seria capaz de ampliar o acesso da população a medicamentos, o que foi extremamente difícil, pois o mercado era dominado por empresas multinacionais. As primeiras tentativas

foram empreendidas por um grupo técnico burocrático autonomista inspirado no movimento sanitarista dos anos 1960, que visava criar as condições favoráveis para o surgimento, desenvolvimento e consolidação, por meio de políticas governamentais, de uma indústria nacional de fármacos e medicamentos.

Nos anos de 1990, novas tentativas de retroceder o peso e influência das empresas multinacionais foram feitas. Contraditoriamente, ocorreu num contexto político favorável para as multinacionais, e só se tornou possível graças à vontade política de um conjunto de atores e às pressões decorrentes da política de enfrentamento da epidemia de AIDS. A exigência de aplicação dos princípios constituídos em 1988 na saúde no Brasil como um direito de todos e um dever do Estado serviu como uma arma importante para a luta contra a AIDS.

Num cenário de crescentes internacionalizações políticas, sociais e econômicas, o setor farmacêutico mundial, que desde décadas anteriores vinha passando por transformações, contribui para a consolidação de um mercado globalizado. O setor farmacêutico busca se organizar em escala global de maneira eficiente e num processo intenso de fusão das grandes companhias de caráter transnacional. O conjunto dessas mudanças influenciou na modificação dos fundamentos do setor farmacêutico, cujas competições mais intensas demandaram maior regulação na atividade econômica e sanitária do setor.

REFERÊNCIAS

ACHILLADELIS, B.; ANTONAKIS, A.; CINES, M. **The dynamics of technological innovation: the case of the chemical industry**. Research Policy, n. 19, p. 1-34, 1990. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0048733390900322>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

ANTUNES, Adelaide Maria de Souza. **Oportunidades em medicamentos genéricos-A indústria farmacêutica brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Interciência; 2008. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=Oportunidades+para+novos+gen%C3%A9ricos+e+gen%C3%A9ricos+novos+Oportunidades+em+medicamentos+gen%C3%A9ricos:+a+ind%C3%A9stria+farmac%C3%A9utica+brasileira&author=BARREIRO+E.ANTUNES+A.M.S&author=MAGALH%C3%A9S+J.L.&publication_year=2008&pages=117-209>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BERMUDEZ, J.A.Z. **Indústria Farmacêutica, Estado e Sociedade**. São Paulo: Hucitec, 1995.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000090&pid=S0102-311X200600110001200006&lng=pt.> Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. **Conselho Administrativo de Defesa Econômica**. Cade, 2012. Disponível em:

<https://www.cade.gov.br/Default.aspx?5bdb5ca46ba96ac090b>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CAPANEMA, L.X.L.; FILHO, P.L.P. A indústria farmacêutica nacional: desafios rumos à

inserção global. *In*: ALÉM, A.C.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). O BNDES em um Brasil em transição.

Rio de Janeiro: BNDES, 2010. p. 307 -318. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2019.

KORNIS, George E. M.; BRAGA, Maria Helena; PAULA, Patrícia A. Baumgratz de.

Transformações recentes da indústria farmacêutica: um exame da experiência mundial e brasileira no século XXI. Scielo, 2014. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/physis/v24n3/0103-7331-physis-24-03-00885.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

REIS, Carla. PIERONI, João Paulo. SOUZA, José Oswaldo Barros de. **Biotecnologia para saúde no Brasil**. BNDES Setorial 32, p. 193-230. 2010. Disponível em:

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1766/2/BS%2032%20Biotecnologia%20para%20sa%c3%bade%20no%20Brasil_P.pdf> Acesso em: 28 jun. 2019.

VALOR ECONÔMICO. **IMS HEALTH. Top 15 Global Corporations (2008)**. Valor Econômico, 2012. Disponível em: <http://www.imshealth.com/deployedfiles/imshealth/Global/Content/StaticFile/Top_Line_Data/Global-Top_15_Companies.pdf>

> Acesso em: 26 jun. 2019.

A SOJA NO MERCADO BRASILEIRO E SUA EXPORTAÇÃO NO PERÍODO 2017 - 2019

SILVA, Lucas Araujo²¹
AMUY, Adrielle Marques²²
DIAS, João Guilherme Andrade²³
NUNES, Neuza Maria de Siqueira²⁴
BRASIL, Maria Margarete Salvate²⁵

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever os primeiros cultivos de soja no Brasil, sua evolução no mercado e sua importância na economia. O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de soja, devido à alta produtividade e os menores custos de produção, assumindo um importante papel na economia mundial.

A soja tornou-se um produto comercialmente essencial para a economia brasileira, intensificando-se a produção ao longo dos anos. Tendo em vista sua produção crescente foi preciso investir em tecnologias para a adaptação às condições climáticas do país. A exportação do produto contribui para o aumento da balança comercial e do produto interno bruto (PIB). O mercado externo é disputado com países tradicionalmente grandes produtores de soja, como os EUA, mas o Brasil consegue colocar o produto em vários países.

²¹Graduando do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: asilvalucasaraujo7@gmail.com;

²² Graduanda do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: amamuy.18@gmail.com;

²³ Graduando do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: joguijg38@gmail.com;

²⁴ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

²⁵ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Em 1914, no município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, ocorreu o primeiro registro de soja no Brasil. Porém, somente a partir da década de 40 que o produto adquiriu importância econômica, tendo o primeiro registro estatístico nacional em 1941, no Anuário Agrícola do RS. No mesmo ano e município, o país teve a primeira indústria processadora de soja com produção de 25.000 toneladas, e em 1945, o Brasil figurou como produtor de soja nas estatísticas internacionais (EMBRAPA, 2019, s. p).

No final da década de 60 o país começa a enxergar o grão da soja como um produto comercial. Em 1966, a produção de soja no cenário comercial passou a ser uma utilidade tática, já sendo produzidas 500 mil toneladas (EMBRAPA, 2019, s.p).

Com a explosão do preço da soja, em meados dos anos 70, acabou despertando o interesse ainda mais dos produtores de soja e do próprio governo. Com o escoamento da safra brasileira ocorrendo na entressafra americana, o país ganhou uma vantagem em relação aos países produtores pelo fato dos preços subirem nesta época. Desde essa época, o Brasil começou a investir em tecnologia para adaptar a soja às condições climáticas brasileiras, sendo liderado pela Embrapa (EMBRAPA, 2019, s.p).

Em estudo feito pela Anec (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais), evidencia-se que as exportações de soja seguem firmes, impulsionadas pela formidável colheita no ano de 2017. Neste mesmo ano, entre 01 e 31 de maio, maior volume já registrado neste mês, foram embarcados 9.4 milhões de toneladas. No acumulado, as exportações totalizaram 37.1 milhões de toneladas, 15% a mais no mesmo período de 2016,

e 46% a mais ao acumulado de 2015, quando o Brasil teve o seu recorde em exportação do grão (ANEC, 2017).

Mesmo com este acréscimo de 15%, as exportações ficaram abaixo do esperado pelo mercado. Fato este devido as dificuldades na aquisição da soja pelas empresas comerciais correspondente à resistência de produtores na negociação da produção com base nos preços do mercado (ANEC, 2017, s.p).

Segundo Roessing, Sanches e Michellon (2005) a utilização de tecnologia foi um dos fatores para que a produção de soja aumentasse, colocando o país em segundo lugar como o maior produtor do grão mundial.

A exportação de soja dobrou na base anual em 2018. Em outubro, o país faturou US\$ 2,10 bilhões, mais que o dobro observado no mesmo período de 2017 (US\$ 0,93 bilhões). Neste ano de 2019, algumas empresas baixaram suas expectativas para a produção do grão, entre elas a Consultoria Agroconsult. Segundo a agência, a quebra de safra da soja 2018/19 nos Estados de Paraná e Mato Grosso do Sul foi uma das causas para a redução. Ainda, segundo a consultoria, o clima seco e quente também tem prejudicado na colheita do grão (FORMIGONI, 2018, s. p).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em recente manifestação, valendo-se de estudos da Conab e de outras agências de avaliação agrícolas, relatou que a safra de grãos será maior em 2019, que o clima será mais favorável, que o PIB do agronegócio crescerá 2% e que o Valor Bruto da Produção (VBP) será 4,3% maior (EMBRAPA, 2019, s. p).

O diagnóstico para 2019 é melhor do ocorrido no ano de 2018, cuja produção foi prejudicada pelo clima, pela greve dos caminhoneiros e por consequência do tabelamento do frete, o que promoveu uma alta nos preços dos alimentos e dos insumos agrícolas, afetando o custo da produção e a rentabilidade do produtor (DALL’AGNOL, OLIVEIRA, 2019, s.p).

Apesar das adversidades, 2018 foi positivo para o agronegócio brasileiro. De acordo com análises do Departamento de Economia Rural do Paraná (DERAL), o agronegócio brasileiro exportou US\$ 102 bilhões e importou apenas US\$ 14 bi, gerando um saldo de US\$ 88 bi, o maior saldo da história do agronegócio brasileiro. Somente a soja respondeu por US\$ 41 bi desse saldo, dos quais, a maior parte resultou da exportação de 83,6 milhões de toneladas de grãos, principalmente para a China, que beneficiou o Brasil por conta da guerra comercial com os EUA (DALL’AGNOL, OLIVEIRA, 2019, s.p).

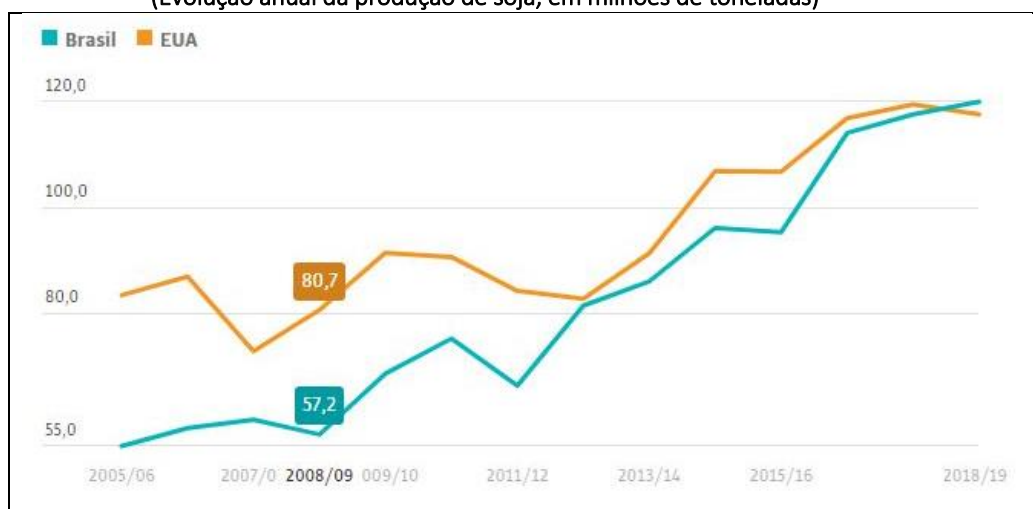
A soja é o principal produto exportado pelo Brasil, tanto em volume, quanto em termos financeiros. Embora as maiorias dos estados brasileiros produzam soja, mais de 50% da produção concentra-se em três estados: Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, pela ordem. No ciclo atual, no entanto, dada a estiagem que afetou a produção do Paraná, a safra gaúcha deverá superar a paranaense, 19,0 Mt ante 16,5 Mt, após 15 anos na vice liderança, 1996 a 2000 (EMBRAPA, 2019, s.p).

Embora a expectativa para a safra de grãos e fibras colhidos em 2019 seja de grande volume, também é de incertezas quanto à comercialização, visto que as boas condições que promoveram a safra anterior, podem não ocorrer nesta. Vale lembrar que a rentabilidade do negócio agrícola não depende apenas da boa produtividade e dos bons preços de mercado. Depende também da boa gestão da propriedade, da redução dos custos de produção e da tolerância a adversidades climáticas (DALL’AGNOL, OLIVEIRA, 2019, s.p).

Uma das formas mais assertivas de redução de custos é a utilização consciente dos agrotóxicos no controle das pragas, doenças e plantas daninhas e a prática da inoculação, em lugar de fertilizantes nitrogenados. Por outro lado, temos fatores adversos ao uso inadequado de produtos, o clima que, por conseguinte é muito menos danoso quando se faz o manejo eficiente do solo, utilizando-se corretamente o sistema de plantio direto, a integração lavoura-pecuária, dentre outras boas práticas.

O gráfico 1, a seguir, demonstra a evolução anual da produção de soja no Brasil e nos EUA.

Gráfico 1: Provável Líder
(Evolução anual da produção de soja, em milhões de toneladas)



Fonte: (ABAG, 2019)

Os dados revelam que a partir do ano 2012 aumentou a produção de soja, tanto no Brasil, quanto nos EUA. Em 2018, o Brasil ultrapassou os EUA como maior produtor de soja mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do trabalho permite concluir que os primeiros cultivos de soja no país foram realizados no Estado do Rio Grande do Sul onde houve também a construção da primeira indústria processadora do grão. Devido ao aumento no valor comercial da soja com passar dos anos o grão começou a ser comercializado por mais produtores. Com isso, o governo passa a investir em melhores tecnologias para o desenvolvimento e melhor aproveitamento da matéria prima, investimentos esses que trouxeram resultados para o país, fazendo com que se tornasse um dos maiores produtores e exportadores de soja. A exportação da soja tem relevante importância em nível econômico visto que o grão apresenta boa parte no volume do agronegócio brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABAG. **Brasil pode virar líder mundial em soja em 2019**. Associação Brasileira do Agronegócio. Abag, 2019. Disponível em: http://www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/abag-brasil-pode-virar-lider-mundial-em-soja Acesso em: 28 mar. 2019.
- ANEC. **Desempenho das exportações brasileiras de grãos**. Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, 2017. Disponível em: <http://www.anec.com.br/pt-br/informacoes/analises-das-exportacoes/125-fechamento-maio-2017> Acesso em: 29 mar. 2019.
- DALL’AGNOL, Amélio; OLIVEIRA, Arnold Barbosa de. **Os desafios do agronegócio brasileiro para 2019**. Canal Rural, 2019. Disponível em: <https://blogs.canalrural.uol.com.br/embrapasoja/2019/03/26/os-desafios-do-agronegocio-brasileiro-para-2019> Acesso em: 27 mar. 2019.
- EMBRAPA. **Na busca pelo desenvolvimento que não chega**. Canal Rural, 2019 Disponível em: <https://blogs.canalrural.uol.com.br/embrapasoja>. Acesso em: 28 mar. 2019.
- FORMIGONI, Ivan. **A exportação de soja do Brasil mais que dobrou na base anual de comparação, em outubro de 2018**. Farmnews, 2018. Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/mercado/exportacao-de-soja-11/> Acesso em: 27 mar. 2019.
- ROESSING, A. C.; SANCHES, A. C.; MICHELLON, E.; **As Perspectivas de Expansão da Soja**. Anais dos Congressos. XLIII Congresso da Sober em Ribeirão Preto. São Paulo, 2005

A EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA NO PERÍODO COMPREENDIDO DE 2016- 2018

EGIDIO, Lucas Figueiredo²⁶
RODRIGUES, Pedro Victor Oliveira²⁷
NUNES, Neuza Maria de Siqueira²⁸
BRASIL, Maria Margarete Salvate²⁹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever os países maiores exportadores de carne bovina do mundo e a importância para o Brasil como setor expressivo para a economia do país. A produção da pecuária de corte vem crescendo ano a ano, contribuindo com o aumento do PIB, fornecendo alimentos para o mundo e assumindo cada vez mais importância socioeconômica. Em 2016 o Brasil exportou cerca de 9,14 milhões de toneladas, dos quais exportou cerca de 1,4 milhões de toneladas, arrecadando uma ganho em 5 bilhões de dólares.

A localização do país em área tropical favorece a produção de alimentos, aumentando a produção nacional com a utilização de sistemas intensivos e integrados. A criação do gado por regime de confinamento, utilizando pastagens, garante qualidade e competitividade da produção brasileira, visando ao mercado interno e, principalmente, ao externo. O rebanho de gado no país conta com área de pastagens de 164,70 milhões de hectares, enquanto a área agrícola possui 58,4 milhões de hectares para plantios.

²⁶Graduando do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: lucasegidio7@gmail.com;

²⁷ Graduando do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: pedrovictor2013or@hotmail.com;

²⁸ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

²⁹ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites da internet e em artigos que discorriam sobre o assunto abordado.

DESENVOLVIMENTO

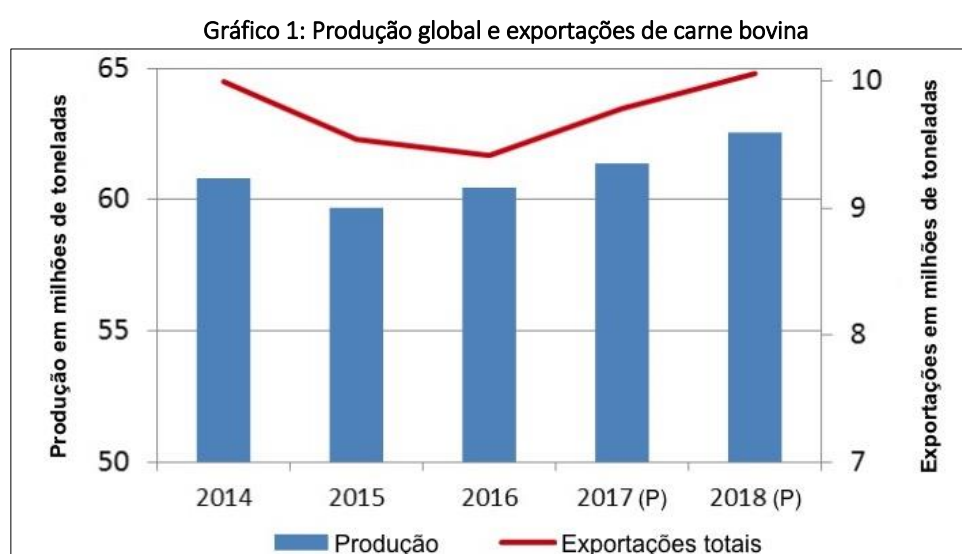
No Brasil, no ano de 2018, a receita da exportação da carne chegou ao valor de US\$ 6,57 bilhões, aumento de 7,9% quando comparado ao resultado de 2017. Apesar do Brasil ser considerado o maior exportador de carne bovina do mundo, com aproximadamente 2.2 milhões de toneladas/ ano, não é o principal consumidor do produto. Países como os Estados Unidos, o Japão e a China estão na frente em relação ao consumo. A produção da carne também é importante para a economia do Uruguai, da Nicarágua, da Rússia e do México. (ABIEC, 2018, p.1).

O mercado de exportação de carne bovina no Brasil, em relação às empresas, é bastante concentrado. As três maiores empresas de exportação de carne, a JBS, a Minerva e a Marfrig foram responsáveis por 60% da exportação em 2016. Dentre as maiores está a JBS, responsável pela exportação de mais de 500 mil toneladas de carne bovina, representando mais de 30% do que as outras duas em conjunto. Apesar da fatia de mercado dessas empresas estar diminuindo no decorrer do tempo, o número de empresas exportadoras permaneceu constante, com aproximadamente 110 empresas exportadoras de carne por ano. Isso significa que as maiores exportadoras de carne bovina estão perdendo uma parte do mercado de exportação para outras empresas (BAUCH; AYRE, 2018).

O Brasil possui mais de 212 milhões de cabeças de gado para a exportação. O rebanho nacional é formado pelas raças zebuínas, taurinas e asiáticas, tanto para produção de carne, quanto para produção de leite. Os estados que possuem o maior número de rebanho são: Mato Grosso, com 28 milhões de cabeças; Minas Gerais, com 23 milhões;

Goiás, com 21 milhões; Mato Grosso do Sul, com 21 milhões e Pará, com 19 milhões (GAZETA DO POVO, 2019).

Segundo a Fundação de Defesa da Pecuária de Goiás, (FUNDEPEC, 2017), a produção mundial de carne bovina cresceu quase 2% em 2018, representando 62,6 milhões de toneladas, conforme gráfico 1, tendo os Estados Unidos e o Brasil responsáveis por cerca da metade do crescimento.



Fonte: (FUNDEPEC-GOIÁS, 2017)

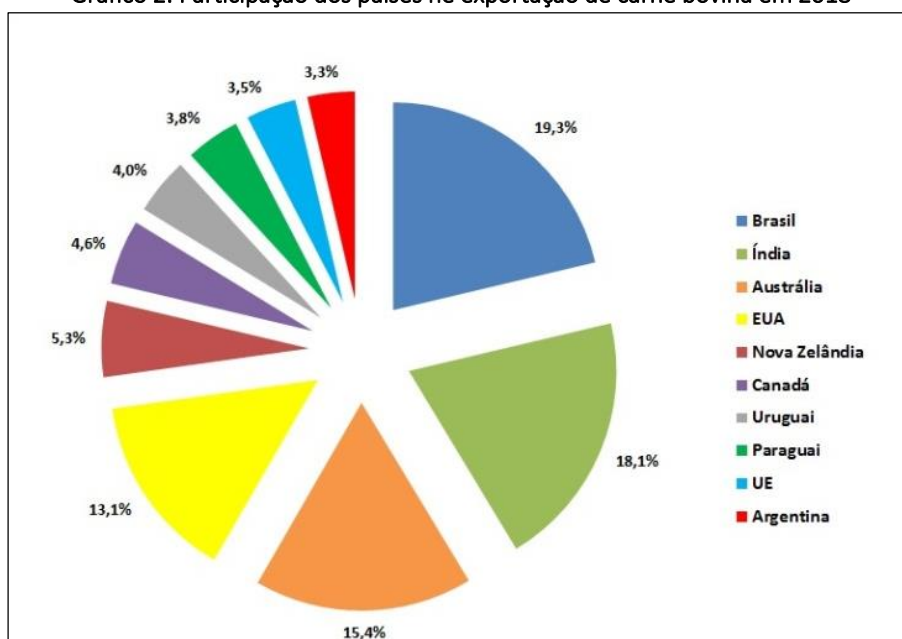
O consumo da carne bovina deve-se pelas propriedades encontradas nela, pois apresenta grande teor de proteína, além de sais minerais, zinco, ferro, ajudando na saúde do coração e do sistema nervoso. Outro motivo para a exportação é a utilização em pratos da culinária estrangeira.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A exportação de carne é importante para a economia do país, contribuindo para o aumento do PIB e trazendo rendimento para médias e grandes empresas. No decorrer dos anos a produção cresceu e melhorou a lucratividade para o país e para os empresários do ramo de exportação. De acordo com a ABIEC (2018), as exportações brasileiras de carne

bovina fecharam 2018 com 1,64 milhão de toneladas exportadas, representando um volume 11% acima do registrado em 2017. Os países que exportaram mais que 1,0 milhão de toneladas anuais de carne bovina, em 2018, estão representados no gráfico 2. Os quatro primeiros exportadores são o Brasil, a Índia, a Austrália e os Estados Unidos.

Gráfico 2: Participação dos países na exportação de carne bovina em 2018



Fonte: (FORMIGONE, 2018)

O mercado de exportação da carne bovina mundial, de acordo com a tabela 1, é liderado pelo Brasil e a participação no mercado mundial é representada por 19,29%, seguida pela Índia, com 18,15%.

Tabela 1: Exportação de carne bovina dos principais países em 2018
(em milhões de toneladas)

Rank	País	Milhões de ton.	Partic.
1	Brasil	2,02	19,29%
2	Índia	1,90	18,15%
3	Austrália	1,61	15,38%
4	EUA	1,37	13,09%
5	Nova Zelândia	0,56	5,35%
6	Canadá	0,48	4,58%
7	Uruguai	0,42	4,01%
8	Paraguai	0,40	3,82%
9	UE	0,37	3,53%
10	Argentina	0,35	3,34%
Mundo		10,47	-

Fonte: (FORMIGONE, 2018)

Os dados revelam que o Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de carne bovina, aumentando o PIB brasileiro e o crescimento da economia, além de, gerar empregos e lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil apresenta importante participação no mercado mundial de carnes, liderando como o maior exportador mundial de carne bovina, seguido da Índia, da Austrália e dos Estados Unidos. Um dos motivos do aumento da exportação brasileira é a qualidade da carne bovina, vendendo para mais de 150 países. A pecuária brasileira de corte também está diretamente ligada à agricultura, pois os bovinos contam com solos ricos e fartos, além do clima e da temperatura propícios para a atividade. A contribuição do setor está relacionada ao aumento o PIB brasileiro e ao crescimento da economia do país, além de representar uma atividade importante para pequenos proprietários, que também fazem parte da cadeia, tornando a produção de carne bovina uma das poucas *commodities* que consegue interligar agricultores familiares com o mercado global.

REFERÊNCIAS

ABIEC REDAÇÃO. **Exportações brasileiras de carne bovina fecham 2018 com recorde histórico.** ABIEC, 2018. Disponível em:
<http://www.abiec.com.br/download/exportacoes%20fecham%20com%20recorde.pdf>
Acesso em 10 mar. 2019.

BAUCH, Simone; AYRE, Bem. **Quem exporta a carne bovina do Brasil?** Beefpoint, 2018. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/quem-exporta-a-carne-bovina-do-brasil/>
Acesso em 10 mar. 2019.

FORMIGONE, IVAN. **O Farmnews apresenta os dados estimados de embarque dos principais exportadores de carne bovina no ano de 2018.** Disponível em:
<http://www.farmnews.com.br/mercado/principais-exportadores-de-carne-bovina-2/>
Acesso em: 10 mar. 2019.

FUNDEPEC-GOIÁS. **USDA: Confira relatório sobre o mercado de carnes.** FUNDEPEC--GOIÁS, 2017. Disponível em:
<http://www.fundepecgo.org.br/home/2017/10/23/usda-confira-relatorio-sobre-o-mercado-de-carnes/> Acesso em: 09 mar. 2019.

GAZETA DO POVO. **Brasil será o maior produtor do carne bovina do mundo, afirma CNA.** Gazeta do Povo, 2019. Disponível em:
<https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/brasil-sera-o-maior-produtor-de-carne-bovina-do-mundo-afirma-cna-1hdgnlfutpr2v3ov73enfsc5/> Acesso em 09 de mar. 2019.

A RELEVÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

SILVA, Taisa de Fatima Brambila³⁰
NUNES, Neuza Maria de Siqueira³¹
BRASIL, Maria Margarete Salvate³²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a economia solidária no Brasil, a qual tem se expandido ainda mais durante o período de crise que o país tem passado nos últimos anos, abordando seus principais benefícios tanto para a sociedade, quanto para o meio ambiente, em especial para aqueles que não possuem oportunidade de se ingressar no mercado de trabalho e buscam por uma organização cooperativa. Conclui-se que a economia solidária é uma maneira de produção alternativa, tendo como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital, e o direito à liberdade. É uma cooperativa com pessoas trabalhando em conjunto em prol de um mesmo objetivo que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar, com a ideia de tornar a sociedade menos desigual.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

³⁰Graduanda do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: taisabrambila28@gmail.com;

³¹Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

³² Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Batista (2018), a economia solidária é uma forma autônoma de empreender o próprio negócio, porém, de modo com que seja cooperativo e igualitário, diferentemente da economia capitalista, que busca a competitividade.

Segundo Tygel (2011), existem três medidas na qual pode ser definida a economia solidária. A econômica visa atuar como autogestão, sendo assim, os integrantes do empreendimento são, ao mesmo tempo, donos e trabalhadores, buscando sempre o trabalho em união para gerar seu lucro. A cultural tem como objetivo a utilização de produtos saudáveis, para que não haja nenhum dano ambiental e visa ao trabalho em conjunto e ao compartilhamento de conhecimentos. E, por fim, a política, que batalha pela transformação da sociedade, a fim de combater a desigualdade, proporcionando cooperação, democracia, direitos humanos e solidariedade.

Conforme Leite (2009), a economia solidária atende a diversos trabalhadores, principalmente aqueles excluídos que vivem nas cidades, onde muitas vezes as pessoas não possuem a oportunidade de se ingressar no mercado de trabalho e, assim, formam-se grupos com empreendedores capazes de montar sua própria empresa, atuando de forma cooperativa.

Para Mance, a economia solidária não busca focar apenas no lucro e sim no respeito para com a sociedade em geral, de modo especial, com o meio ambiente e com as necessidades reais dos integrantes. Tem como principais objetivos: melhor condição de vida, proporcionando, assim, moradia, educação, renda e alimentação para as pessoas envolvidas; adoção de uma nova cultura, onde a pessoa se adapta a um novo ambiente, deixando o individualismo, para assim, praticar a cooperação; inclusão dos menos favorecidos, que não conseguem obter lucro em seu próprio negócio. Não se pode esquecer dos benefícios que a economia solidária pode gerar, tais como, a formação de um indivíduo produtivo e com autoestima elevada (MANCE *apud* BRASIL, 2008).

O Brasil é um país com grande nível de desigualdade social. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de desemprego até o mês de dezembro de 2018,

foi de 11,6%. Sendo assim, ocorrem inúmeras vezes o êxodo rural, situação em que as pessoas buscam por uma boa condição de vida em cidades metropolitanas ou capitais. A economia solidária torna-se de real valor nessas ocasiões, pois faz com que os cidadãos do município se unam e trabalhem em conjunto para realizar trabalhos cooperativos e que influenciem no desenvolvimento dessas atividades de forma dinâmica (ALVARENGA; SIVEIRA, 2019)

De acordo com Carvalho (2011), a economia solidária surgiu no Brasil por volta da década de 80, mas teve grande repercussão no ano de 1990. Para Singer a história da economia solidária começou com a atuação de sindicalistas da esquerda, com uma fábrica que estava à beira da falência por causa da enorme crise e que o próprio sindicato estimulou os trabalhadores a formar uma cooperativa. Com isso, os trabalhadores que se uniram conseguiram impedir que a fábrica não fechasse (CARVALHO, 2011).

Em 2009, Elinor Ostrom recebeu prêmio Nobel por organizar a "governança econômica" e, através de seus estudos, conseguiu provar que as propriedades que adquiriram o trabalho cooperativo tiveram melhor desenvolvimento e administração quando comparadas às empresas privadas. A autora “reforça a solidariedade e a cooperação, para alcançar o bem-estar social da comunidade, no âmbito da equidade e da boa governança” (MELO; GATTO, 2014, p. 23).

As cooperativas são uma boa opção para os trabalhadores que não conseguem se ingressar no mercado de trabalho, pois os integrantes atuam de forma coletiva e conseguem obter um bom lucro. Singer explica que na economia capitalista as decisões são tomadas pelos principais responsáveis, tendo em busca a melhoria do lucro, caso a empresa alcançar lucro inferior às demais empresas capitalistas, sua posição estará ameaçada (CARVALHO, 2011).

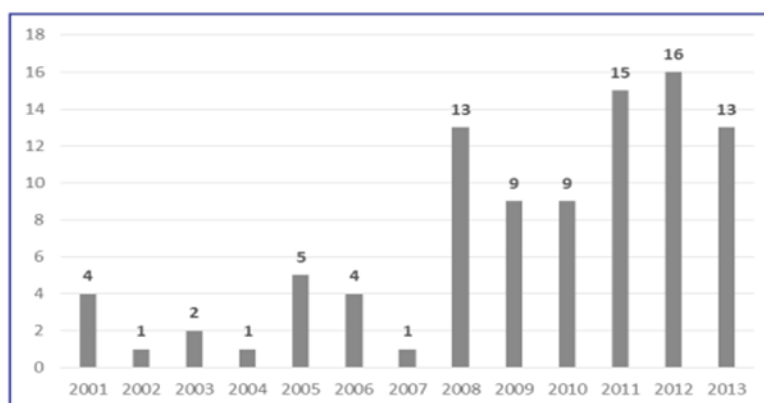
Já a economia solidária, são os sócios que decidem com o objetivo de garantir uma boa retirada para todos de maneira igualitária. Essas retiradas são feitas para suprir os custos e também servem como forma de investimento para as empresas, tais como a expansão do patrimônio da cooperativa e na educação dos próprios sócios ou pessoas que podem vir a se ingressar no meio cooperativo. Legnaioli (2019) esclarece que o escalonamento das

retiradas é decidido pelos sócios, que têm por objetivo assegurar retiradas razoáveis para todos e principalmente para a maioria que recebe as menores retiradas.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A temática da economia solidária tem se tornado um assunto bastante discorrido em diversos ramos de disciplinas, tais como psicologia, sociologia, antropologia, economia, ciência e administração. Em consequência, vários artigos científicos abordam as inúmeras possibilidades de atuação desse tipo de economia. Devido ao crescimento da importância da economia solidária, observa-se, no gráfico 1, a evolução do número de artigos publicados no decorrer de 2001 a 2013.

Gráfico 1: Número de artigos publicados ao longo dos anos



Fonte: (ALVES *et al.*, 2016)

Com base na pesquisa da Fundação EBAPE no período de 2001 a 2013, o ano que alcançou o maior número de artigos publicados relacionados à economia solidária foi o ano de 2012, com 16 artigos, seguido do ano de 2011, com 15 artigos, 2013, com 13 artigos e 2008 com 13 artigos. O gráfico 1 representa que o corpo acadêmico possui interesse em elaborar artigos teóricos relacionados ao assunto, com aumento expressivo em relação ao ano de 2007 (ALVES *et al.*, 2016).

Maria (2019) expõe em sua pesquisa que, de acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), o Brasil gera renda para 2,3 milhões de pessoas e movimenta

cerca de R\$ 12,5 bilhões por ano. Isso ocorre devido ao grande número de pessoas desempregadas que buscam por esse projeto solidário como renda para sustentar-se. Algumas pessoas veem no projeto uma oportunidade para aqueles que não conseguem se ingressar em um mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou a análise de como a economia solidária tem sido extremamente relevante para as pessoas que não conseguem empreender seu próprio negócio ou também aquelas que não possuem uma oportunidade de emprego, proporcionando igualdade para todos os envolvidos. Além disso, mostra que esse tipo de organização não busca apenas o lucro e sim o trabalho cooperativo, procurando sempre respeitar o meio ambiente. Conclui-se que na economia solidária, por ser cooperativa, ou seja, pessoas trabalhando em conjunto em prol de um mesmo objetivo, a produtividade tende a ser maior e com melhor qualificação e também possibilita a inserção de pessoas no setor produtivo.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. **Desemprego fica em 11,6% em dezembro e ainda atinge 12,2 milhões de brasileiros, diz IBGE**. G1. Globo, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/31/desemprego-fica-em-116-em-dezembro-diz-ibge.ghtml> Acesso em: 08 mar. 2019.

ALVES, Juliano Nunes; FLAVIANO, Viviane; KLEIN, Leander Luiz; LÖBLER, Mauri Leodir; PEREIRA, Breno Augusto Diniz. **A Economia Solidária no Centro das Discussões**: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. FGV EBAPE, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3232/323245783002/index.html> Acesso em: 26 mar. 2019.

BATISTA, Pollyana. **O que é economia solidária**. Terra, 2018. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/o-que-e-economia-solidaria/> Acesso em 08 mar. 2019.

BRASIL. **Formação de gestores de políticas públicas em economia solidária**. Cursos regionais, manual do técnico em economia solidária, 2008. Disponível em:

http://rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/cartilha_aluno_textos_apoio_e_compl_econsol_politicas-1.pdf
Acesso em 26 mar. 2019.

CARVALHO, Keila Lúcio. **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento. Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile.** Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf> Acesso em 08 mar. 2019.

LEGNAIOLI, Stella. **Entenda a Economia Solidária.** Ecycle, 2019. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/6269-economia-solidaria.html> Acesso em 26 mar. 2019.

LEITE, Márcia de Paula. **A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000100003 Acesso em 17 jun. 2019.

MARIA, Ana. **Economia solidária gera renda para 2,3 milhões de brasileiros.** Agência envolverde jornalismo, 2019. Disponível em: <http://envolverde.cartacapital.com.br/economia-solidaria-gera-renda-para-23-milhoes-de-brasileiros/> Acesso em 08 mar. 2019.

MELO, Milena; GATTO, Andrea. **Água como bem da governança democrática: algumas reflexões críticas a partir das bases da economia ecológica e sobre a necessidade de um novo direito público.** Revista Novos Estudos Jurídico- Eletrônica, vol.19-n.1, 2014. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/5544/2949> Acesso em: 26 mar. 2019.

TYGEL, Daniel. **O que é economia solidária.** Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2011. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria> Acesso em 08 mar. 2019.

A DESIGUALDADE SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES

FREITAS, Khristian Martins Dutra de³³
CUNHA, Rony Silva Ferreira da³⁴
NUNES, Neuza Maria de Siqueira³⁵
BRASIL, Maria Margarete Salvate³⁶

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar a desigualdade salarial entre homens e mulheres. No mercado de trabalho brasileiro existem diferenças salariais acarretadas por inúmeros fatores, sendo um deles a questão salarial entre os gêneros, homens e mulheres. A diferença já chegou a ser bem maior que hoje em dia, mas o mercado deve ter igualdade, oferecendo oportunidade de trabalho com a mesma remuneração para ambos os gêneros que ocupam o mesmo cargo, diferenciando somente pela competência do profissional.

O mercado de trabalho gera desigualdade quando remunera de forma diferenciada homens e mulheres de mesma produtividade, ocupando postos de trabalho semelhantes. Parte das diferenças em remuneração do trabalho também depende do nível de escolaridade dos trabalhadores. Aqueles com ensino superior ganham, em média, mais do que os que têm ensino médio.

³³Graduando do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: playerkhristian09@hotmail.com;

³⁴ Graduando do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: roni-f-c@hotmail.com;

³⁵ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

³⁶ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Com base no levantamento de dados feito pelo IBGE (2019), as mulheres recebiam, em média, 79,5% do salário em relação ao dos homens, na faixa de 25 e 49 anos de idade, em 2018. Referente a essa faixa etária, as mulheres recebiam, em média, o valor de R\$13,00 por hora trabalhada, o equivalente a 91,5% do valor recebido pelo sexo masculino na mesma hora trabalhada.

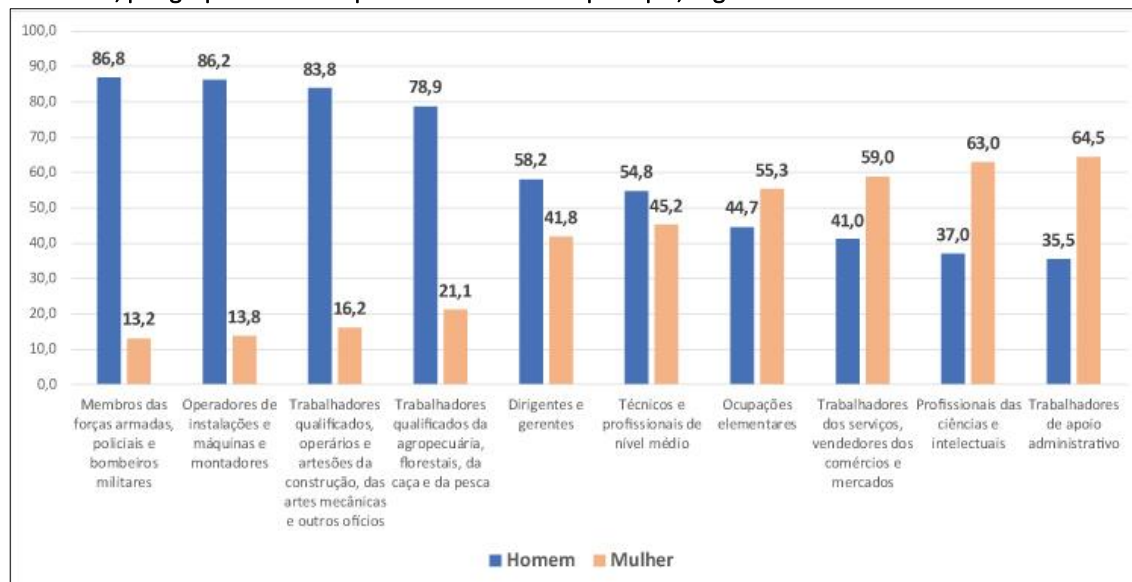
Dentre as ocupações selecionadas, segundo o IBGE (2019), as áreas com maior participação de mulheres, em 2018, foram: trabalhadores dos serviços domésticos em geral, representados por 95%; professores do ensino fundamental, por 84%; trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, de escritórios, de hotéis e de outros estabelecimentos, por 74,9%; e trabalhadoras de centrais de atendimento, por 72,2%. Em áreas como profissionais das ciências e intelectuais, as mulheres tinham participação majoritária de 63,0%, mas recebiam 64,8% do rendimento dos homens. O grupamento ocupacional onde há menor desigualdade salarial é o dos membros das forças armadas: policiais, bombeiros e militares, em que as mulheres receberam salário equivalente ao dos homens, em 2018.

Em relação à raça, de acordo com Cavallini (2018), um homem branco graduado, de idade igual ou superior a 40 anos, em São Paulo, remunera-se 63% a mais do que uma mulher negra na mesma ocupação. Praticamente, enquanto ela ganha R\$ 2.000,00 em uma ocupação, o mesmo homem ganha R\$ 3.260,00, ocupando a mesma posição, com o mesmo grau de escolaridade, enquanto uma mulher branca, paulista, com os mesmos atributos (idade e escolaridade), a diferença é de 24%. A média que uma mulher recebe de salário em relação ao homem foi de 74%.

Cavallini (2018) evidencia que algumas alterações estão começando a contribuir para melhorar a situação de desigualdade salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho, tais como: as famílias estão menores; muitas mulheres ou famílias optam por não ter filhos; há oportunidade de trabalho no próprio lar; o *home office*, que ajuda as mulheres, que são mães, a terem maior flexibilidade no horário de trabalho; e a ajuda dos homens nos serviços de casa, contribuindo para que as mulheres possam ir para o mercado de trabalho.

A distribuição percentual da população de 25 a 49 anos de idade, ocupada na semana de referência, por grupamentos ocupacionais do trabalho principal, segundo o gênero, no Brasil, no 4º trimestre do ano de 2018, está representado no gráfico 1. Observa-se que a participação das mulheres nas ocupações elementares representa 55,3%; as que trabalham em serviços, vendedoras nos comércios e mercados, 59,0%; entre os profissionais das ciências e intelectuais, 63,0% e, como trabalhadoras de apoio administrativo, 64,5%.

Gráfico 1: Distribuição percentual (%) da população de 25 a 49 anos de idade ocupada na semana de referência, por grupamentos ocupacionais do trabalho principal, segundo o sexo - Brasil - 4º trimestre - 2018



Fonte: (IBGE, 2019)

Segundo IBGE (2019), entre os profissionais das ciências e intelectuais, as mulheres têm maior participação, mas o salário do homem, em 2018, foi de R\$ 5.890 e o das mulheres foi de R\$ 3.819, representando uma desigualdade salarial substancial.

RESULTADO E DISCUSSÃO

No Brasil, segundo Oliveira (2018), de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho, a diferença de salários vem diminuindo ao longo dos anos, sendo que em 2017, o salário médio das mulheres aumentou mais que o dos homens, se comparado ao ano de 2016, chegando a 2,6%, enquanto os homens receberam um aumento de 1,8%. “Em 2017, o salário médio real das mulheres cresceu mais do que o dos homens, chegando a R\$ 2.708,71, uma elevação de 2,6% em relação a 2016, enquanto o rendimento masculino subiu 1,8%, alcançando R\$ 3.181,87” (OLIVEIRA, 2018, s. p.).

Mesmo mediante aos avanços, deve-se buscar muito mais, é o que diz Felipe Pateo, Coordenador-Geral de Cadastros, Identificação Profissional e Estudos do Ministério do Trabalho:

Apesar da melhora registrada em 2017, ainda há muitos desafios que precisam ser enfrentados, sobretudo no que se refere ao acesso das mulheres a postos de trabalho mais bem remunerados e garantia de recebimento de salários equivalentes pelo desempenho da mesma ocupação (OLIVEIRA, 2018, s. p.).

Conforme Oliveira (2018), até mesmo entre a camada dos 10% mais ricos do país não existe igualdade salarial, pelo contrário, a diferença é ainda maior, evidenciando que as mulheres recebem apenas 60% do salário quando comparado ao dos homens. A desigualdade também está presente entre as camadas dos mais pobres, onde as mulheres tiveram uma redução de sua renda em cerca de 3,7%, enquanto os homens da mesma faixa social perderam cerca de 2%, em 2017, quando comparado a 2016.

A mulher, no Brasil, recebe 74% do salário referente ao do homem. Caso houvesse a equiparação de salários entre os gêneros haveria uma injeção de R\$ 461 bilhões na economia do país. Se por um lado a mulher conseguiu avançar no mercado de trabalho, por outro lado ainda existe uma desigualdade salarial entre homens e mulheres (MORAES; SKODOWSKI, 2018, s. p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos anos, a desigualdade salarial no mercado de trabalho brasileiro entre os gêneros vem diminuindo, mas ainda é elevada. No Brasil, a mulher recebe 74% do salário quando comparado ao do homem. A desigualdade salarial está presente em praticamente todos os setores, independente do nível social, da escolaridade e da faixa etária, sendo que em algumas áreas a diferença chega ainda a ser maior. Porém, ao longo dos anos, observa-se que a diferença vem sendo reduzida, não o suficiente, mas está no caminho de conquistar uma sociedade mais igualitária entre os gêneros em relação aos salários.

REFERÊNCIAS

CAVALLINI, Marta. **Mulheres ganham menos que os homens em todos os cargos e áreas, diz pesquisa**. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-que-os-homens-em-todos-os-cargos-e-areas-diz-pesquisa.ghtml>
Acesso em: 10 mar. 2019.

IBGE. **Em 2018, mulher recebia cerca de 79,5% do rendimento do homem**. IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem> Acesso em: 10 mar. 2019.

MORAES, Juliana; SKODOWSKI, Thais. **Homens brancos ganham 63% a mais que mulheres negras**. R7, 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/homens-brancos-ganham-63-a-mais-que-mulheres-negras-13062018> Acesso em: 10 mar. 2019.

OLIVEIRA, Kelly. **Diferença salarial entre homens e mulheres diminui de 2016 para 2017**. Agência Brasil, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-diminuiu-de-2016-para-2017> Acesso em: 26 mar. 2019.



DIREITO



A EXPORTAÇÃO DA CACHAÇA BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

OLIVEIRA, Thiago Xavier de³⁷
CAMPOS, Sabrina da Silva³⁸
NUNES, Neuza Maria de Siqueira³⁹
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁴⁰

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o crescimento do mercado da cachaça brasileira a partir dos anos 90, expondo os problemas da exportação com base na história e nos indicadores econômicos. A cachaça, também conhecida por “aguardente de cana” ou “caninha”, é fabricada a partir da fermentação e destilação do caldo ou mosto da cana-de-açúcar, dividida entre unidades produtivas industriais e artesanais localizadas em todo o país. Dada a sua relevância, propõe-se descrever o fluxo das exportações, destacando os países importadores e os estados produtores, bem como a influência das políticas públicas e dos dispositivos legais de incentivos à produção e ao comércio da bebida.

A consolidação do mercado externo requer conhecimentos da burocracia alfandegária, de preço competitivo, da divulgação de marcas e de alianças com os grandes distribuidores internacionais. Todas as ações demandam investimentos, na maioria das vezes, inacessíveis ao segmento artesanal. Diante das dificuldades do segmento artesanal, o mercado externo é mais favorável às empresas industriais que estão mais estruturadas para atuarem no exigente e complexo mercado internacional.

³⁷Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: thiagoxavier2012@yahoo.com.br;

³⁸ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: sabrinacampos_bji@hotmail.com;

³⁹ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁴⁰ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

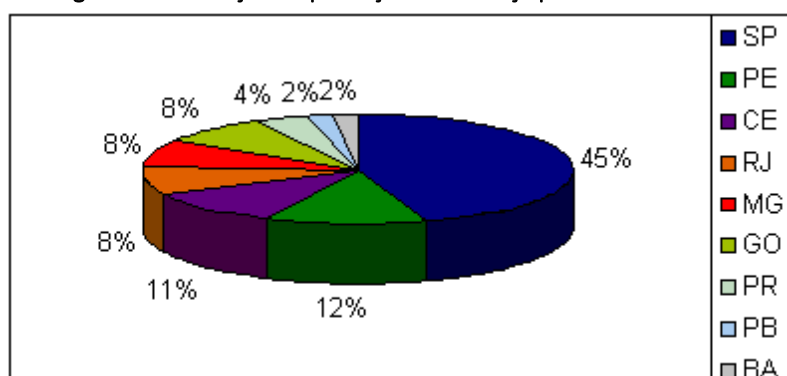
O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Existem dois tipos de bebida no ramo da cachaça: a caninha industrial e a cachaça artesanal produzida em alambique. O mercado, segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Bebida (ABRABE), consiste em mais de 5.000 marcas e 30 mil produtores responsáveis pela geração de quase 400 mil empregos diretos e indiretos.

A distribuição da produção de cachaça por Estado em 2000, de acordo com a figura 1, revela que o estado de São Paulo foi o estado que mais produziu cachaça industrial do país, seguido de Pernambuco e do Ceará. Minas Gerais por sua vez, ocupou a quarta posição no *ranking* da produção industrial, porém foi o maior produtor da cachaça artesanal (a cachaça de alambique), com quase 9.000 alambiques.

Figura1: Distribuição da produção de cachaça por Estado em 2000.



Fonte: (MARTINELLI; SPERS; COSTA, 2001)

A produção da cachaça passou por várias transformações de ordem institucional e política a partir do início dos anos 90. Estas transformações estão diretamente relacionadas à organização de grupos de produtores e as decisões tomadas pelo Estado que atuaram no

reconhecimento e na institucionalização de normas e de práticas que contribuíram na construção do mercado da cachaça, especialmente nas ações e nas estratégias voltadas à exportação da mesma (CHALITA; SILVA, 2010, s. p.).

Para Tavares e Manolescu (2004) os decretos presidenciais assinados por Fernando Henrique Cardoso, em 2001, no seu segundo mandato de presidente, ajudou a produção nacional fortalecendo o ambiente para as exportações do produto. A cachaça passou a ter exclusividade de produto brasileiro, com um ambiente próspero para consolidar o produto no mercado nacional e internacional.

A cachaça ganhou força para ingressar no mercado internacional a partir do apoio do Governo Federal em conjunto com vários ministérios e com a criação, em 1997, do Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Aguardente de Cana, Cachaça ou Caninha. A tradicional bebida brasileira recebeu ainda o apoio do Programa Especial de Exportações (PEE) e da Agência de Promoção de Exportações (APEX), tendo reconhecimento jurídico, através dos decretos 3062/01 e 3072/02, como um produto destilado feito a partir do suco da cana de açúcar dentro do território brasileiro, denominado de "cachaça". (COPELLO, 2006, s.p.)

O aumento das exportações da cachaça brasileira iniciou-se a partir de 1997 e atingiu o auge em 2002. De acordo com Verdi e Gancho (2014), a produção passou de 5,5 milhões de litros exportados, em 1998, para 14,5 milhões no início dos anos 2000. Apesar do crescimento extraordinário, as vendas externas continuaram ainda muito fracas, se comparada a quantidade produzida pelo país, representando apenas 1,1% desse total. Para o mercado internacional ainda existia uma dificuldade de identificação do produto, pois tratavam a cachaça como se fosse rum. Após mais dez anos de negociações, a então presidente do Brasil, Dilma Rouseff, assinou um acordo com o governo dos Estados Unidos, onde ambos reconheceram a “cachaça” um produto genuinamente brasileiro, e que bebidas destiladas de cana-de-açúcar só seriam aceitas como cachaça se for fabricadas no Brasil. Isso agregou mais valor ao produto, deixando de ser conhecida como rum. (BARBOSA, 2010, s.p.)

Após o acordo, o setor implacou um série histórica de exportações em 2010, 2011 e 2014, chegando nesse último ano no total de US\$ 18,3 milhões em exportações. Em 2017,

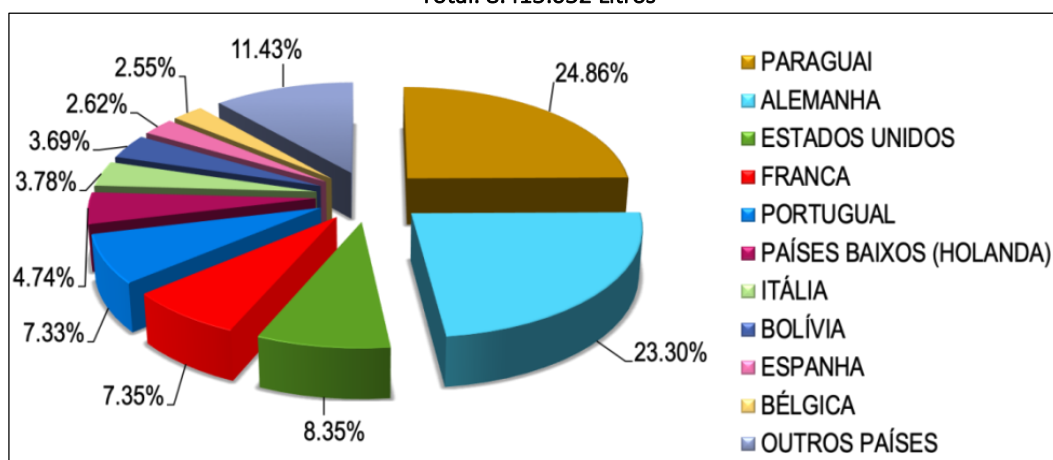
conforme Fernandes (2018), o resultado foi um faturamento de 15.808.210 (US\$), representando o aumento de 11,34% em comparação ao ano de 2016. Porém, em 2017, um fato novo surgiu, pela primeira vez os Estados Unidos tomaram à frente da Alemanha como principal importador de cachaça, fechando o ano com 18% de participação, contra 17% do país de Angela Merkel. Já em 2018, a cachaça foi exportada para 77 países, gerando receita de US\$ 15,61 milhões (8,41 milhões de litros), representando um decréscimo de 1,24% em valor e de 3,80% em volume, em comparação a 2017.

RESULTADO E DISCUSSÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC) a estimativa da capacidade de produção da cachaça no Brasil é de quase 1,2 bilhões de litros anuais, embora a quantidade produzida anualmente aproxima-se de 800 milhões de litros. E, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, existiam 11.024 unidades produtoras no país, mas segundo os dados de associações regionais chegam a quase 15 mil unidades de produção. Porém, devidamente registrados nos órgãos responsáveis, apenas cerca de 1.500 empresas com 4.000 marcas, demonstrando que embora 90% do volume de produção sejam legalizados, estima-se que 85% dos produtores, na maioria micro e pequenos, sejam informais. Para que isso não ocorra à opção é mudar o sistema de tributação para a inclusão no Simples Nacional.

O volume de exportação vem crescendo significativamente. Em 1995, foram exportados 10,78 milhões de litros de cachaça; em 1999, o volume foi ampliado para 13,97 milhões, representando um aumento de 30% em cinco anos. Já no século XXI o setor emplacou uma série histórica de exportações em 2010, 2011 e 2014, voltando a ter um retrocesso nos anos seguintes em relação às exportações. Os principais países de destino da cachaça, em volume, no ano de 2018, estão representados na figura 2, a seguir:

Figura 2: Principais países de destino em volume – 2018
 Total: 8.415.052 Litros

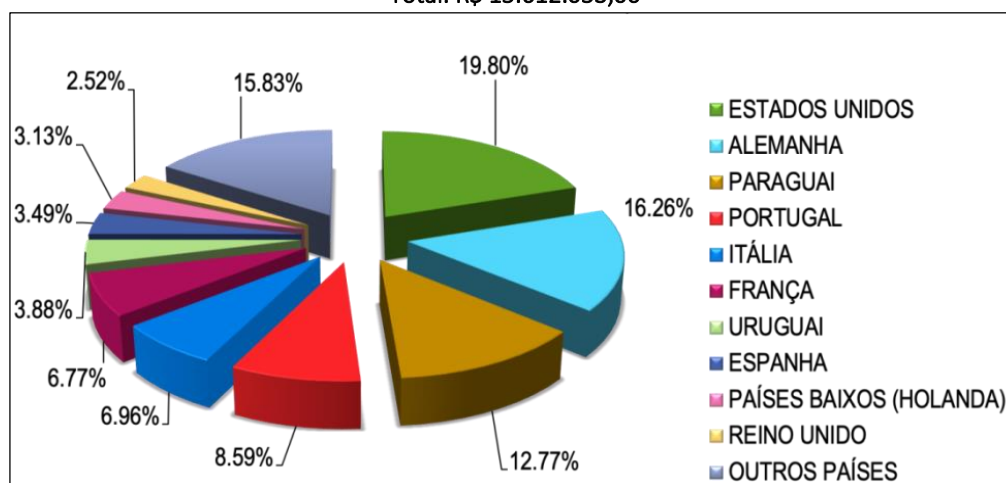


Fonte: (IBRAC, 2019)

Em 2018, de acordo com a figura 2, os principais países de destino em volume foram o Paraguai, a Alemanha, os Estados Unidos, a França e Portugal. Em relação aos valores arrecadados com a exportação, observa-se algumas alterações, em que os principais países de destino em valor foram os Estados Unidos, a Alemanha, o Paraguai, Portugal e a Itália.

Em relação às exportações, em 2018, a cachaça foi exportada para 77 países, com mais de 50 empresas exportadoras, gerando receita de US\$ 15,61 milhões (8,41 milhões de litros), representadas na figura 3. Esses números representam um decréscimo de 1,24% em valor e de 3,80% em volume, em comparação a 2017 (IBRAC, 2019).

Figura 3: Principais países de destino em valor – 2018
 Total: R\$ 15.612.053,00



Fonte: (IBRAC, 2018)

Os investimentos nas linhas Premium trouxeram novas oportunidades no mercado externo e principalmente no mercado americano, um dos fatores que contribuíram para que os Estados Unidos se tornassem o maior importador de cachaça do Brasil em 2017. As exportações ainda são pequenas quando comparadas aos outros destilados, como o rum cubano, a vodca russa, a tequila mexicana, os vinhos franceses e os latinos, além do *whisky* escocês. Contudo, o reconhecimento externo da cachaça brasileira já é uma realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado da cachaça brasileira a partir dos anos 90 teve um crescimento considerável. A cachaça é quase totalmente consumida no mercado interno, mesmo com um crescimento relevante nas exportações. Para atingir novos nichos de mercado, muitas empresas, especialmente as artesanais, desenvolvem embalagens diferenciadas, que têm contribuído para melhorar a imagem e expandir o mercado da cachaça. Um grande marco para o mercado da cachaça foi à criação do programa brasileiro para o desenvolvimento do produto, cujo principal objetivo é promover a cachaça nos mercados internos e externos, através do desenvolvimento tecnológico e o aperfeiçoamento da mão-de-obra, visando à garantia da qualidade e competitividade do setor. O programa é gerenciado pela Associação Brasileira de Bebidas, que concentra esforços para aumentar as exportações. No entanto, para aproveitar as oportunidades e aumentar os negócios do mercado externo é necessária a estruturação das empresas para atenderem as exigências das complexas transações internacionais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Carlos Alberto. **Pesquisa aponta crescimento no consumo de cachaça até 2013.** Portal Terra, 2010. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/homem/pesquisa-aponta-crescimento-no-consumo-de-cachaca-ate-2013,c8284ee474237310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html> Acesso em: 30 mar. 2019.

CHALITA, Marie Anne Najm; SILVA, César Roberto Leite da. **Cachaça:** desempenho comercial e qualidade de uma bebida genuinamente brasileira. IEA: Textos para Discussão,

n.21, 2010. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/td/td-21-2010.pdf>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

COPELLO, Marcelo. **A mais brasileira das bebidas**. Revista Adega, 2006. Disponível em: https://revistaadega.uol.com.br/artigo/a-mais-brasileira-das-bebidas_5798.html. Acesso em: 30 mar. 2019.

FERNANDES, Dirley (2018). **Exportação de cachaça cresceu 18,7% em 2 anos com vendas para os EUA**. Devotos da Cachaça, 2018. Disponível em: <http://xn--devotosdacachaa-rmb.com.br/2018/01/23/exportacao-de-cachaca-cresceu-187-em-2-anos-com-vendas-para-os-eua/>. Acesso em: 30 mar. 2019.

IBRAC. **Mercado Externo**. Instituto Brasileiro da Cachaça, 2019. Disponível em: <http://www.ibrac.net/index.php/servicos/estatisticas/mercado-externo>. Acesso em: 30 mar. 2019.

MARTINELLI, Dante Pinheiro; SPERS, Eduardo Eugênio; COSTA, Aline Figueirôa. **Ypióca**: introduzindo uma bebida genuinamente brasileira no mercado global. USP, 2001. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONT000fiog1ob502wyiv80z4s473agi63ul.html>. Acesso em: 30 mar. 2019.

TAVARES, Luiz Fernando dos Santos; MANOLESCU, Friedhilde Maria Kustner. **O Mercado nacional da cachaça**. VIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2004. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2004/trabalhos/inic/pdf/IC6-12.pdf. Acesso em: 30 mar. 2019.

O PAPEL DA BIOTECNOLOGIA NO CRESCIMENTO DAS INDÚSTRIAS

SILVA, Amanda de Oliveira⁴¹
FREITAS, Luana de Paula⁴²
SOUZA, Felipe Estacio⁴³
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁴⁴
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁴⁵

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel da biotecnologia no crescimento das indústrias, que teve expansão nas últimas duas décadas, principalmente na área farmacêutica e agrícola, e também com grande interferência na área da saúde. A biotecnologia é um conjunto de tecnologias que utilizam células, organelas celulares e moléculas biológicas para solucionar, desenvolver e melhorar produtos de interesse econômico e social. Apesar de ser usada há milênios na produção de alguns produtos populares, como cerveja, vinho e pão, de forma artesanal totalmente empírica, foi somente a partir do século XVI, com a invenção do microscópio por Leeuwenhoek e com as experiências e descobertas de Pasteur sobre a fermentação, que foi possível ter uma nova óptica sobre o real valor da biotecnologia. Desde então, novas descobertas foram feitas e aperfeiçoadas ao mercado e, nesse tempo, o Brasil se tornou líder na adoção de biotecnologia agrícola.

⁴¹Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: amandalive5547@gmail.com;

⁴² Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: luanasaulofreitas@gmail.com;

⁴³Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: felipeestacio5@gmail.com;

⁴⁴ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana de São Carlos (FAMESC)-Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamnunes@gmail.com;

⁴⁵ Professora coorientadora. Mestre em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns *sites* selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A biotecnologia é definida por Ereky como a ciência e os métodos que permitem a obtenção de produtos a partir de matéria-prima, através da intervenção de organismos vivos. A definição linguística de biotecnologia pelo autor se tornou realidade, em que a bioquímica iria substituir a era da pedra e do ferro. A junção da ciência e da tecnologia resultou em grande evolução produtiva onde “os seres vivos constituem a base de itens tão diversos como a produção de variedades vegetais mais produtivas, a fabricação de novos alimentos, o tratamento do lixo, a produção de enzimas e os antibióticos” (MALAJOVICH 2016, p. 11).

De acordo com uma pesquisa da fundação Biominas, o Brasil é o 2º país que mais impulsionou a utilização da biotecnologia na última década e também está em 18º lugar com mais empresas especializadas em biotecnologia. Por ser um país com grandes riquezas naturais e, apesar dos recentes cortes governamentais nas pesquisas científicas e na área de educação, é notável que grandes indústrias tenham investido fortemente em pesquisas e em ramos da biotecnologia.

Segundo Resende (2018), a humanidade vive uma revolução tecnológica que se caracteriza pelo intenso fluxo de informações, comparáveis ao surgimento da revolução industrial. Na agropecuária, têm sido grandes os avanços, principalmente no que tange à diminuição de perdas por parasitas, no aumento de nutrientes dos cultivados e dos animais e, principalmente, no valor econômico. É inegável o benefício que os transgênicos podem dar em vários campos da sociedade. Nos últimos tempos, muito se tem falado sobre os alimentos transgênicos, principalmente aqueles modificados para o aumento da produção, o que deixa a impressão, para a população, de que alimentos transgênicos são, em sua

maioria, maléficos à saúde. Para Vitolo (2015), a bioengenharia, por exemplo, tem como principal objetivo aumentar o valor nutricional dos alimentos ou diminuir sua perda durante o plantio, aumentando os minerais e as vitaminas de grãos, de frutas e de verduras.

Na agricultura avanços espetaculares têm sido obtidos por meio da engenharia genética e da cultura de células vegetais, por exemplo, plantas geneticamente modificadas podem ser obtidas, utilizando-se como vetor uma bactéria comum no solo que injeta seu DNA nas células da planta infectando-a (VITOLLO, 2015, p. 55).

Nos fármacos, a biotecnologia é ainda mais latente. Um dos maiores marcos, segundo Malajovich (2016), foi a insulina, que primeiramente era produzida através do pâncreas bovino e suíno e que, apesar de ter salvado inúmeras vidas, causava reações alérgicas. Contudo, graças à biotecnologia não é mais necessário a utilização de animais para a produção de insulina.

A Engenharia Genética proporcionou avanços na área médica e na indústria farmacêutica, com a criação da Tecnologia do DNA recombinante (DNA formado pela união de genes de organismos diferentes, resultando na combinação de diferentes sequências de DNAs). Essa tecnologia é utilizada na produção de insulina artificial que é obtida através da bactéria *Escherichia coli*, sendo geneticamente modificada e capaz de sintetizar o hormônio (LOPES *et al.*, 2012, p.235).

No século XIX quase 80% das crianças morriam de variadas doenças, de gripe até hepatite B, antes de chegarem aos 10 anos de idade. Para Malajovich (2016), a invenção da primeira vacina imunológica, por Jenner, alcançou números extremamente satisfatórios e com o advento das novas tecnologias a evolução foi latente. “A chegada da engenharia genética revolucionou o campo das vacinas ao permitir a produção de antígenos de tipo proteico em microrganismos transformados, que podem ser cultivados sem riscos em um fermentador” (MALAJOVICH, 2016, p. 229).

O mercado das vacinas é menor que o dos biomedicamentos, mas com o advento das novas tecnologias, esse mercado tem atraído cada vez mais olhares e investimentos. A

produção de uma nova vacina leva em média 12 anos, e o custo pode chegar a 200 milhões de dólares, em contrapartida, uma vacina pode gerar lucro anual de mais de 1 bilhão de dólares.

Em meio a numerosas crises econômicas, vários países latino-americanos descuidaram de suas estruturas científicas e tecnológicas e passaram a importar as vacinas necessárias para a população. No entanto, e por diferentes motivos, depois de várias décadas de retração na área de produção de vacinas, esta começa a ser considerada novamente uma área estratégica. Para os países em desenvolvimento, o estímulo à produção nacional de vacinas é parte das obrigações frente a sua população. Em termos de saúde pública, trata-se de um setor que não pode ser negligenciado e no qual é preciso manter independência. Alguns países, como Brasil, China e Índia, contam com instituições de pesquisa e desenvolvimento para a produção de imunobiológicos, sendo frequentes as parcerias com as grandes empresas farmacêuticas (MALAJOVICH, 2016, p. 234).

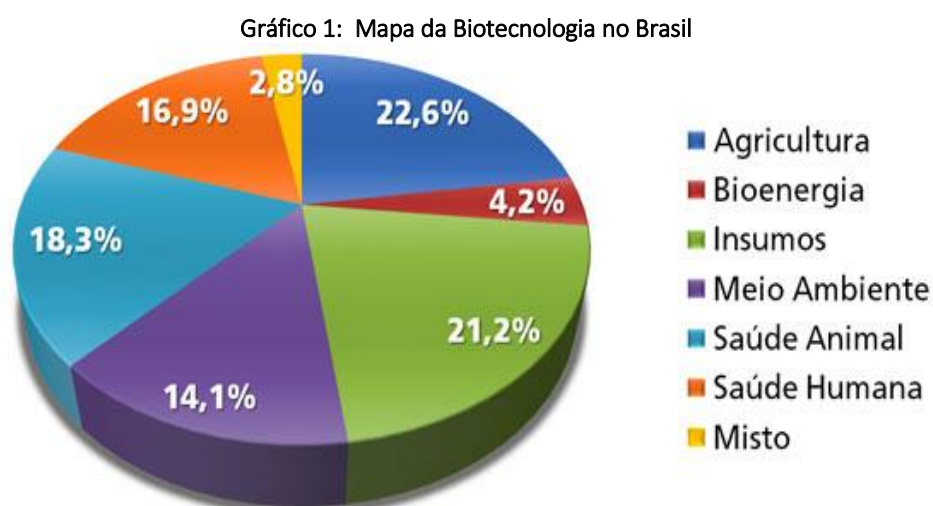
Segundo Malajovich (2016), nos próximos anos, vacinas com objetivos terapêuticos deverão ser criadas, mas o principal foco será para doenças ainda pandêmicas ou que afetam um número considerado alto de pessoas, em foco estarão doenças consideradas incuráveis, como a Aids. Apesar de não erradicar totalmente todos os tipos de doenças, as vacinas funcionam como o meio de prevenção de maior sucesso da história da saúde.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Segundo Gusmão, Silva e Medeiros (2017), a biotecnologia, em um futuro próximo, poderá substituir o número de processos que são empregados nos dias atuais, além de criar métodos inovadores para uma gama de problemas. Há um número imenso de avanços em todas as áreas, surgindo todos os dias na biotecnologia que vai desde as técnicas de clonagem até a terapia biológica. “Como consequência desses avanços, foram gerados interesses econômicos de grande monta e problemas éticos relacionados à manipulação de organismos pelos geneticistas” (GUSMÃO; SILVA; MEDEIROS, 2017, p.16). A necessidade de delimitar regras éticas, principalmente, no que tange à manipulação de organismo, torna-se

cada vez maior, e a utilidade e a indispensabilidade que a biotecnologia tem é cada vez mais necessária. Garrafa (2000) evidencia que a acelerada evolução das técnicas de biotecnologia tem contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, mas que o estudo de tratamento e de solução eticamente correto dos problemas da biotecnologia são exigências que desafiam a sociedade, devendo todas as decisões ser pautadas na autonomia e na beneficência.

No gráfico 1, observam-se as áreas de utilização da biotecnologia no Brasil. A agricultura ocupa maior parte de utilização da biotecnologia, com percentual de 22,6%; nos insumos, utilizam-se 21,2%, com bons resultados na produção e na economia.



Fonte: (SOARES, 2007)

Ainda de acordo com o gráfico 1, na saúde animal se utiliza cerca de 18,3% da biotecnologia; na humana, 16,9%, sendo útil na quimioterapia e em células tronco; nas indústrias farmacêuticas, com vacinas contra o Zica vírus e a Dengue num total de 16,9%; seguindo com meio ambiente, na bioenergia, com 4,2 % e, nas áreas mistas, utiliza-se 2,8%. Com os bons resultados que a biotecnologia vem trazendo para as diversas áreas é promissor o aumento de sua utilização, pois além de trazer importantes pontos positivos, contribui muito com a qualidade de vida e com a economia do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biotecnologia está em todos os campos da sociedade. Apesar dos grandes investimentos feitos pelo Brasil na área, os cortes na educação e nas pesquisas de desenvolvimento ainda fazem a biotecnologia no país ter um viés majoritariamente industrial e econômico. Os avanços na agricultura são a prova da necessidade de escolas e de universidades terem um papel maior e mais atuante, principalmente, para beneficiar áreas carentes.

O Brasil, os EUA e Cuba já têm pesquisas avançadas em conjunto, mas apenas a FIOCRUZ desenvolve vacinas para doenças endêmicas no país sem fins lucrativos. A necessidade de um Estado mais atuante e latente, não só na saúde, mas também em outras áreas, desponta para um horizonte otimista em relação à cura do câncer e da Aids, além da questão ambiental, aumentando a produtividade da terra e diminuindo a área necessária para a plantação.

REFERÊNCIAS

GUSMÃO, Alexandre Oliveira de Meira; SILVA, Antônio Rodrigues da; MEDEIROS, Mauro Osvaldo. **A Biotecnologia e os avanços da sociedade**. Biotecnologia, 2017. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/view/4979/3357> Acesso em: 15 abr. 2019.

MALAJOVICH, Maria Antônia. **Biotecnologia**. Biotecnologia: ensino e divulgação, 2016. Disponível em: https://bteduc.com/livros/Biotecnologia_2016.pdf Acesso em: 16 abr. 2019.

RESENDE, Rodrigo Ribeiro. **Biotecnologia aplicada à saúde: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Blucher, 2018. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br> Acesso em: 16 abr. 2019.

VITOLO, Michele. **Biotecnologia farmacêutica: aspectos sobre aplicação Industrial** - São Paulo: Blucher, 2015. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/Acesso> em: 16 abr. 2019.

LOPES, Drielle Silva Andrade; PESSOA, Mitsuê Hamada Nery; SANTOS, Rodrigo da Silva; BARBOSA, Mônica Santiago. **A produção de insulina artificial através da tecnologia do DNA recombinante para o tratamento de diabetes mellitus**. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, 2012. Disponível em:

<http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/248>. Acesso em: 15 mai. 2019.

SOARES, Eduardo Emrich. **Estudo de Empresas de Biotecnologia do Brasil**. Fundação Biominas, 2007. Disponível em: [https://biominas.org.br/wp-](https://biominas.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Estudo-de-Empresas-de-Biotecnologia-do-Brasil.pdf)

[content/uploads/2015/06/Estudo-de-Empresas-de-Biotecnologia-do-Brasil.pdf](https://biominas.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Estudo-de-Empresas-de-Biotecnologia-do-Brasil.pdf). Acesso em: 10 jun. 2019.

GARRAFA, Volnei. **Biotecnologia, ética e controle social**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.2, p.171-177, 2000. Disponível em:

<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8873/4998>. Acesso em: 14 mai. 2019.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: AVANÇO OU RETROCESSO ECONÔMICO?

CABRAL, Carulini Polate⁴⁶
SOUZA, Gustavo de⁴⁷
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁴⁸
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁴⁹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a previdência social e a sua reforma, evidenciando os aspectos positivos e/ou negativos que podem surgir em consequência dessa tão discutida reforma. O assunto é um dos temas mais debatidos na atualidade, e a população se divide contra e a favor do reajuste. É fato que a mudança precisa ser feita, pois os gastos estão aumentando, e a dívida pública tende a crescer cada vez mais. Porém, a maneira pela qual esse ajuste acontecerá está deixando a população apreensiva e preocupada. A proposta de reforma já foi enviada ao Congresso Nacional, e os aspectos da emenda na Constituição tendem a fazer grandes comparações com países desenvolvidos, a fim de encontrar uma maneira de administrar a previdência sem afetar o beneficiário.

É verificável que uma das principais causas do déficit é o crescimento rápido da população idosa. Isso faz com que a previdência gaste mais dinheiro do que arrecada e, por consequência, é obrigada a pegar dinheiro do Tesouro Nacional para conseguir quitar o benefício dos aposentados e pensionistas. Dessa forma, surge uma dívida que, daqui a pouco tempo, será insustentável.

MATERIAL E MÉTODOS

⁴⁶Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: carulinipcabral@gmail.com;

⁴⁷Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: desouzagustavo96@gmail.com;

⁴⁸ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁴⁹ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi à revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A Previdência Social é um programa de seguridade pública, coletiva e compulsória que o indivíduo participa através de uma contribuição mensal visando melhorar o mercado de trabalho, o crescimento econômico e a redução da pobreza (TAFNER, 2012, p. 151). É um regime de contribuição obrigatória, como afirma o Artigo 201 da Constituição Federal: “A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, [...]” (BRASIL, 1988, p. 120).

Tafner (2012) define a previdência social como um contrato em que o cidadão se compromete a pagar determinado percentual de seu salário durante certo tempo para garantir que, futuramente, possa receber um benefício pelo tempo de contribuição:

Podemos entender um sistema previdenciário como um contrato por meio do qual cada indivíduo se compromete a pagar certo percentual de sua renda corrente durante dado tempo, para poder receber um valor – normalmente, uma fração de sua renda corrente – depois que se retirar do mercado de trabalho, por estar velho ou fisicamente incapacitado (TAFNER, 2012, p. 145).

Essa contribuição tem por finalidade garantir ao cidadão um benefício quando este se aposentar ou não poder mais trabalhar. O benefício é financiado pelos empregados, pessoas economicamente ativas e pelos empregadores. Ainda existem outras formas de financiamento, tais como 40% da porcentagem de leilões de apreensões feitas pela Receita Federal e cerca de 50% dos valores arrecadados com bens desapropriados por crimes de contrabando de drogas. No Brasil, a previdência funciona com o Sistema de Repartição Simples, ou seja, os empregados ou contribuintes pagam (através de contribuições sobre

sua renda), e o dinheiro serve para quitar os benefícios dos atuais aposentados e pensionistas no intuito de que, posteriormente, os mais jovens venham a receber o benefício. Em outras palavras, quem entra na previdência paga para quem está há mais tempo no programa, formando-se, assim, uma pirâmide (CUNHA, 2018, s. p.).

O crescimento da população idosa ocorre devido aos avanços na área tecnológica e científica, pois o indivíduo tem maiores e melhores condições de bem-estar. A chamada Teoria da Transição Demográfica, criada por Notestein, afirma que o crescimento ocorre em períodos, fundamentados em 4 fases: a primeira fase é a pré-transição, em que ocorre um equilíbrio nas taxas de mortalidade e de natalidade em um número muito alto; a segunda etapa é a chamada Aceleração, é nesse momento que ocorre o crescimento na expectativa de vida da população (ocorrido pelas melhores condições de saúde); a terceira fase tem o nome de Desaceleração, ou seja, ocorre uma diminuição significativa nas taxas de natalidade; e por fim, não menos importante, a etapa da Estabilização, em que o nível de mortalidade e natalidade se mantém em números relativamente baixos, afirma Notestein (*apud* CUNHA *et al.*, 2018. s. p.).

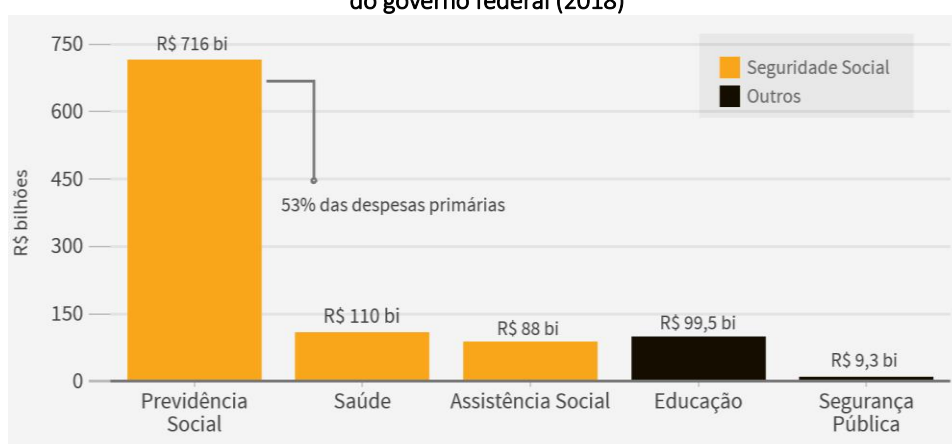
Calcula-se que a terceira fase ocorreu por volta dos anos 70 no país, e hoje o Brasil está passando pela quarta e última fase, em que o número de nascimentos é bem inferior em relação ao número de pessoas mais velhas. Tafner (2012) prevê um grande aumento na idade média da população sul-americana:

Para os próximos quarenta anos, a América do Sul será o continente com maior aumento da idade mediana, tanto em termos absolutos, quanto relativos. A idade mediana do continente passará de 28 para 42,1 anos. Na metade deste século, a população sul-americana não mais será jovem (TAFNER, 2012, p. 141).

Dessa forma, fica difícil equilibrar a economia, de um lado ocorre um gradativo aumento da população idosa e, do outro, uma significativa redução da população jovem. Nesse cenário, a proposta de reforma tem como objetivo gerar um limite de gastos, no intuito de equilibrar os cofres públicos.

O gráfico 1 evidencia os gastos do governo com previdência social, correspondendo a cerca de 53% das despesas primárias. De acordo com o gráfico 1, observa-se um valor muito acima de gastos com saúde e educação, por exemplo. O Ministério da Economia prevê que até 2026 o desembolso com a previdência irá chegar ao valor de 80% das despesas primárias, caso não ocorra a reforma.

Gráfico 1: Participação da Previdência nas despesas do governo federal (2018)



Fonte: (CUNHA, 2019).

Economicamente é necessário salientar que o país já enfrenta elevados níveis de despesas, e estas estão em caminho crescente e de difícil sustentação. E ainda, é fato que os gastos estão em um patamar bem acima do que era esperado, levando-se em conta a decorrência da demografia atual que apresenta uma parcela relativamente pequena da população idosa. Cunha (2019) afirma que “A previsão do Ministério da Economia é que, sem reforma, o gasto com aposentadorias deve chegar a 80% das despesas primárias do governo em 2026” (CUNHA, 2019, s. p.).

RESULTADO E DISCUSSÃO

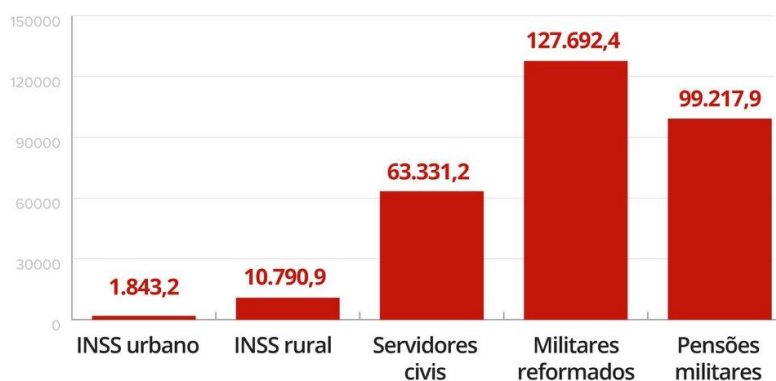
No Brasil, as mudanças nos padrões demográficos provocaram e ainda provocam mudanças significativas na estrutura atuarial do sistema da previdência social. E isso trouxe o “baixo desempenho macroeconômico, expressivo aumento dos direitos sociais e forte ajustamento produtivo na década de 1990”, afirma Tafner (2012, p. 149). As despesas com aposentadoria e com pensão já somam mais de 12% do PIB nacional. O equilíbrio da previdência não depende apenas de condições próprias, mas sim, de diversas “variáveis que estão fora do sistema” como acrescenta Tafner:

“No seu próprio âmbito, depende, por exemplo, das regras de elegibilidade e de concessão dos benefícios, do valor destes, das regras de contribuição e das alíquotas. Fora dele, depende do nível de emprego, do grau de formalidade, do salário real médio e da produtividade – variáveis que são determinadas no mercado de trabalho e estão sujeitas às condições macroeconômicas e institucionais (TAFNER, 2012, p. 146).

Não basta apenas a economia crescer para que os problemas com as despesas da previdência sejam resolvidos. O crescimento da economia é produtivo, porém, essa é apenas uma variável que depende de diversos outros fatores, assim apostar apenas em seu crescimento é impedir que soluções estruturais sejam debatidas e submetidas ao cidadão (TAFNER, 2012, p. 147). Ainda segundo o autor, “Quanto maior for a esperança de vida condicionada à idade de obtenção de benefício previdenciário, maior será o número de anos de recebimento desse benefício (aposentadorias e/ou pensões)” (TAFNER, 2012, p. 145).

No gráfico 2, a seguir, observa-se o tamanho do déficit por beneficiário da Previdência, evidenciando que o setor de militares reformados é o que mais produz gastos.

Gráfico 2: Tamanho do déficit por beneficiário da Previdência (R\$)



Fonte: (LAPORTA, 2019).

O governo atual enviou uma nova proposta de reforma previdenciária ao Congresso que, de início, deixa os militares de fora desse reajuste. O Brasil ainda não foi capaz de alterar certos benefícios, mesmo que estes sejam usufruídos por um grupo da população que tem melhor rendimento. Apenas ajustes financeiros não resolverão o problema, porém, para resolver a questão, é necessário que haja uma reforma mais profunda e não superficialmente como se pretende fazer. É preciso que ocorra uma reestruturação do modelo econômico previdenciário, principalmente pelo envelhecimento da população, a qual teme o ajuste por causa da possível restrição de direitos. Com a demora da reforma, o brasileiro inseguro diante da aposentadoria e da seguridade social (RODRIGUES, 2017, s. p.).

Tafner (2012) afirma que são necessários diversos critérios que, segundo o autor, norteiam e orientam as decisões e as lideranças políticas para realização da reforma. Dentre esses critérios, pode-se citar: o tratamento desigual em casos desiguais, pessoas que já trabalham, por exemplo, devem ter seu histórico profissional considerado enquanto aqueles que ainda não trabalham, quando ingressarem estarão submetidos às novas regras; carência, a reforma deve ter um prazo para ocorrer em definitivo colaborando para que discontinuidades no planejamento da vida do indivíduo sejam eliminadas; gradualismo, define que as alterações ocorram suavemente ao longo do tempo; paralelismo com o mundo, as novas regras devem estar de acordo com regras de outros países, em especial, aqueles que já fizeram alguma reforma e que agora caminham para uma situação de eliminação de desigualdades; convergência, diz que todos, independentemente de serem do setor público ou privado, devem estar sujeitos às mesmas regras; acúmulo de benefícios,

atualmente as pessoas podem ter mais de um benefício previdenciário, e isso deve progressivamente ser reduzidos até que cada indivíduo tenha apenas direito a um dos benefícios (TAFNER, 2012, p. 154).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de clareza sobre a reforma, como chegar ao centro do problema e como solucionar a questão ainda precisa de debates. É preciso ter muita cautela ao falar a respeito de um tema tão delicado. Afinal, o problema em si não é a reforma e sim, a maneira como ela acontecerá. É fato que a expectativa de vida do brasileiro está aumentando e que no Brasil o indivíduo se aposenta mais cedo em comparação a outros países.

A conclusão apresentada é que, embora o país seja rico em diversidade, a não realização da reforma previdenciária prejudicará parte da população que está envelhecendo. As pessoas vivendo mais precisarão trabalhar mais para garantirem o direito social. Dentre os aspectos positivos da reforma estão como assegurar às futuras gerações o direito de também aposentarem e terem direito à pensão por morte; o aspecto negativo está relacionado com o aumento da idade para aposentadoria e do tempo de contribuição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Acesso em: 19 mar. 2019.

COSTA, Daiane. **Economistas apontam os avanços e retrocessos do texto do relatório Previdência**. O Globo, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/economistas-apontam-os-avancos-retrocessos-do-texto-do-relatorio-da-previdencia-21229151> Acesso em: 23 fev. 2019.

CUNHA, Ana Rita. **A situação da Previdência Social em 6 gráficos**. Aos Fatos, 2019. Disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/a-situacao-da-previdencia-social-em-6-graficos/> Acesso em: 26 fev. 2019.

CUNHA, Italo; TERCEIRO, Ivanildo Santos; BELLINELLO, Lucas; LEVISKI, Nicholas Leviski; SAKAMOTO, Raphael Ryutaro. **Previdência Social: o que é, como funciona, e o que é a**

reforma. Students for Liberty, 2018. Disponível em:
<https://www.studentsforliberty.org/reforma-previdencia-social> Acesso em: 23 fev. 2019.

LAPORTA, Tais. **3 gráficos para entender as contas das Previdência do INSS, servidores e militares.** G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/20/3-graficos-para-entender-as-contas-das-previdencias-do-inss-servidores-e-militares.ghtml>
Acesso em: 26 fev. 2019.

RODRIGUES, Mauro. **O que acontece sem a reforma da Previdência?** Uol, 2017. Disponível em: <http://porque.uol.com.br/o-que-acontece-sem-reforma-da-previdencia/> Acesso em: 23 fev. 2019.

TAFNER, Paulo. **Desafios e reformas da previdência social brasileira.** São Paulo: Revista USP, 2012, p.137. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/45008/48621/> Acesso em: 25 mar. 2019.

O VEGANISMO E A PECUÁRIA BRASILEIRA: HÁ POSSIBILIDADE DE COEXISTÊNCIA ENTRE AMBOS?

MATHIAS, Beatriz Guimarães⁵⁰
SANTOS, Raphael Cunha⁵¹
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁵²
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁵³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever o veganismo e as consequências que seu crescimento poderia ocasionar para a pecuária global, especialmente a brasileira. Sendo o veganismo um estilo de vida que exclui totalmente o consumo de qualquer tipo de produto de origem animal e que, segundo a definição da sociedade vegana busca excluir, na medida do possível e do praticável, todas as formas de exploração e de crueldade contra estes animais.

O número populacional que consome carne é elevado, fazendo com que a pecuária brasileira se mantenha em segundo lugar no *ranking* mundial. Ademais, mesmo que alguns setores econômicos brasileiros ganhem destaque com a extinção do consumo de carne, como a agricultura, seriam pouco prováveis as consequências negativas, tanto para a pecuária como para setores da economia. Conclui-se a possibilidade de coexistência entre ambos.

⁵⁰Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: beatrizguirmath98@gmail.com;

⁵¹Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: rapahelcunhasantos2@gmail.com;

⁵²Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁵³Professora coorientadora. Mestre em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns *sites* selecionados da *internet* que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Há de se ressaltar que, assim como qualquer política de vida, o veganismo possui ideais e tem ganhado adeptos no mundo inteiro em uma proporção acelerada. Com um discurso baseado na proposta ética de defesa dos direitos dos animais, é inspirado em discursos de líderes, mestres e representantes de relevância para sociedade como Siddhārtha Gautama, o Buda, que há cerca de 500 anos A.C., em uma conversa com aqueles que os seguia, expôs a importância da isenção de ingredientes de origem animal na alimentação (FERRIGNO, 2012, p. 1-9). Nesse mesmo período, Pitágoras, um filósofo grego, afirmou que enquanto

[...] o ser humano for implacável com as criaturas vivas, ele nunca conhecerá a saúde e a paz. Enquanto os homens continuarem massacrando animais, eles também permanecerão matando uns aos outros. Na verdade, quem semeia assassinato e dor não pode colher alegria e amor. (PITÁGORAS, 500 A.C., s. p.)

Tais enunciados são evidenciados atualmente em manifestações ativistas acerca da “causa animal”, como a que ocorreu em 31 de agosto de 2017, na avenida paulista, simultaneamente a outras manifestações na esfera mundial. Estas objetivam, além da conscientização acerca dos maus-tratos aos animais, expor e defender os ideais dos veganos como a libertação das espécies não humanas (definição baseada no senso comum), bem como a preservação de seus interesses (FERRIGNO, 2012, p. 1-9).

Sequencialmente é necessário entender a defesa de interesses dos animais como: a continuidade de sua própria vida; a liberdade e autonomia para buscar os meios para sua

sobrevivência e seu bem-estar; e não serem utilizados como recursos ou meios para fins humanos. Defendidos pela sociedade vegana, há inúmeros debates sociais que levam à formulação de opiniões acerca da moralidade. (FERRIGNO, 2012, p. 1-9)

Sendo assim, como em todo debate social, os envolvidos defendem as causas e argumentos com os quais simpatizam. Os veganos enxergam no seu estilo de vida uma maneira de amenizar danos causados ao meio ambiente e problemas sociais, além disso, alegam que não é justo poupar a vida somente dos animais pelos quais as pessoas sentem mais afeto como cães e gatos e matar aqueles com os quais as pessoas geralmente não se identificam como suínos e bovinos. Já boa parte da sociedade brasileira defende que os direitos dos animais devem ser respeitados, porém, a utilização destes para fins humanos não equivale a maus-tratos, mas sim como um hábito cultural, uma vez que desde os primórdios, a humanidade assim o faz. (FERRIGNO, 2012, p. 1-9)

Dentre as consequências favoráveis, para o planeta e para a sociedade, causadas pela extinção do consumo de carne e os objetivos da comunidade vegana estão: diminuição do desmatamento e utilização da área que resta para reflorestamento; a criação de reservas para mantimento da vivacidade dos animais que não teriam mais serventia para a indústria, uma vez que a devolução destes para o habitat natural provocaria a morte de muitos; diminuição da poluição, visto que a emissão de poluentes - desde o gás metano, liberado por esses animais, até a fumaça gerada pelo transporte da carne - pela agropecuária é bastante acentuada; resolução de problemas socioeconômicos, sendo evitadas muitas mortes, já que a ingestão de uma quantidade excessiva de proteína e gordura animal provoca doenças cardíacas, diabetes, derrames e alguns tipos de câncer. (CORDEIRO, 2017, s. p.).

Como contraponto, há consequências negativas do veganismo tanto para a parte da população que gosta de carne como para os pecuaristas, como por exemplo: o alto investimento para o reflorestamento proposto pelos veganos, já que o solo usado para pasto é bastante degradado; morte de bilhões de animais, pois não teriam mais valor econômico, e a criação de reservas para abrigo destes dependeria de um grande investimento; fome para os pobres, especialmente em países subdesenvolvidos, uma vez que dietas mais

saudáveis têm preços mais elevados; provocação de um choque cultural em países que têm a carne como parte importante para sua cultura como, no Brasil, o churrasco, nos EUA, os hambúrgueres, no Japão, o sushi. (CORDEIRO, 2017, s. p.).

A representatividade da pecuária brasileira na esfera mundial é de suma importância, visto que a atividade mantém o Brasil em segundo lugar no *ranking* de países produtores de bovinos. A preocupação dos pecuaristas em melhorar a produção, bem como a qualidade, para que esta não entre em declínio é evidenciada na afirmação de que a pecuária brasileira

[...] tem apresentado números ascendentes ano após ano, mas é a hora de olhar e cuidar da pecuária como se cuida de uma lavoura. Essa nova visão depende de investimentos para integrar sistemas dentro da porteira, já que o controle dos diversos fatores que contribuem para a criação de gado de corte de qualidade tem que ser rigoroso. (WEDEKIN, 2018, s. p.)

Ao longo dos anos o consumo de carne, especialmente a bovina, se mantém elevado. E, atrelado ao aquecimento que a pecuária causa para a economia brasileira, tem-se o fator cultural de consumo de carnes, que torna difícil a adoção de uma dieta vegana por grande parte da população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os que veem na pecuária uma forma de degradação do meio ambiente e defendem a extinção do consumo de carne como uma maneira de preservação do planeta argumentam que:

Hoje, a indústria agropecuária é responsável por grande parte do desmatamento das reservas naturais, o que se tornam as chamadas “zonas mortas”. E para nós, brasileiros, existe ainda outro agravante, pois grande parte do desflorestamento da nossa Amazônia é decorrente da criação pecuária. E, se o consumo de carne continuar como está, ela poderá ser extinta muitos anos antes do que podemos imaginar. (ARANTES, 2017, s. p.)

Ademais, a criação de gados no Brasil é vista como um dos maiores agravantes do esgotamento das reservas naturais. Atualmente há mais de 200 milhões de bois, sendo um número maior que o de brasileiros. E, para alimentar o gado todo, os pecuaristas desmatam uma área de 560 quilômetros quadrados, que equivale, mais ou menos, a todo o Estado de Minas Gerais. Além de todo o desmatamento, a criação dos animais ainda polui o ar, sendo o gás liberado pelo gado 80 vezes mais nocivo que a indústria de transporte, assim explicitado:

A produção de metano por esses animais ocorre, principalmente, devido à fermentação entérica do alimento ingerido, por meio de um processo anaeróbio efetuado pela população bacteriana existente no rúmen, que é o primeiro estômago do animal. Nesse processo, parte do carbono existente no alimento é também transformado em CO₂. A emissão desses gases pelos animais ocorre, então, principalmente pelas narinas e pela boca. O metano também é produzido pela fermentação microbiana no processo digestivo de outros animais, inclusive o homem, porém, nesse caso o processo é devido à decomposição normal de certos alimentos indigestos, por ação de bactérias inofensivas, naturalmente presentes no intestino grosso (cólon), sendo essas fontes consideradas insignificantes. (FERREIRA, 2012, s. p.)

O consumo de carne bovina no período 2000-2017, conforme tabela 1, a seguir, manteve-se em ascensão, pois grande parte da população, por questões culturais, alimenta-se do produto e, outra parte, por questões econômicas, vê na produção bovina uma maneira de obter lucro.

Tabela 1: Evolução do consumo per capita, de carne bovina no Brasil, 2000-2017, em kg/hab./ano

Ano	kg/hab./ano	Var. ano	Var. acum.
2000	24,50	-	-
2001	23,86	-2,61%	-2,61%
2002	24,66	3,34%	0,64%
2003	24,60	-0,24%	0,40%
2004	24,60	0,02%	0,42%
2005	23,78	-3,34%	-2,93%
2006	23,43	-1,46%	-4,35%
2007	25,09	7,08%	2,42%
2008	25,24	0,60%	3,04%
2009	26,50	4,97%	8,16%
2010	25,05	-5,46%	2,25%
2011	24,53	-2,10%	0,11%
2012	24,71	0,77%	0,88%
2013	26,25	6,21%	7,14%
2014	26,46	0,82%	8,02%
2015	25,61	-3,25%	4,51%
2016	25,66	0,22%	4,74%
2017	26,47	3,14%	8,04%

Fonte: (FORMIGONI, 2017)

Além disso, a pecuária brasileira permaneceu em segundo lugar no *ranking* mundial de rebanho bovino no ano de 2017 e 2018, de acordo com a tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Maiores rebanhos bovinos do mundo, por país produtor, 2017 e 2018, em milhões de cabeças e, a respectiva variação anual

País	2017	2018	Var.	Var. %
Mundo	995,34	1.001,84	6,5	0,7%
Índia	303,60	305,00	1,40	0,46%
Brasil	226,04	232,35	6,31	2,79%
China	99,17	96,85	-2,32	-2,34%
EUA	93,70	94,39	0,69	0,74%
UE	89,15	88,44	-0,71	-0,80%
Argentina	53,51	53,76	0,25	0,47%
Austrália	24,97	25,50	0,53	2,12%
Rússia	18,63	18,38	-0,25	-1,34%
México	16,49	16,58	0,09	0,55%
Turquia	14,22	14,50	0,28	1,97%

Fonte: (FORMIGONI, 2018)

Se a produção de animais para consumo de carne não existisse mais, haveria um déficit econômico bastante acentuado. Quase 25 bilhões de animais não teriam função, pois perderiam seu valor econômico. São 1,4 bilhão de cabeças de gado, 1,9 bilhão de ovelhas e cabras, 980 milhões de porcos e 19,6 bilhões de galinhas. Devolvê-los para a natureza provocaria a morte da maioria. Além disso, se a ciência não desenvolvesse substitutos viáveis, o que necessitaria de um alto investimento, produtos utilizados pela sociedade como roupas, sacolas plásticas de mercado, açúcar, pasta de dente, pneu de carro, filmes fotográficos e até mesmo computadores deixariam de existir.

Caso, subitamente, todo mundo parasse de comer carne de qualquer tipo, além de derivados de leite de vaca e de ovinos em geral, o impacto para a economia seria descomunal. O 1,5 bilhão de pessoas (20% da população mundial) que hoje trabalham na pecuária, na avicultura e na pesca ficariam desempregadas. Realocar tanta gente seria bem difícil, especialmente em países como o Brasil, onde o setor gera R\$ 400 bilhões todos os anos, ou a Indonésia, onde os peixes são essenciais para a economia (CORDEIRO, 2017, s. p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os veganos são pessoas que deixam de consumir qualquer tipo de produto de origem animal. Caso todos, no Brasil e no mundo, deixassem de consumir carne bovina e seus derivados, haveria excesso de animais sem destino, mas também problemas culturais para países em que o produto faz parte de sua alimentação. A pecuária brasileira é um setor em que o consumo *per capita* de carne bovina cresceu no período 2000-2017, e o país está em segundo lugar no *ranking* mundial de rebanho bovino no ano de 2017 e 2018. Observa-se a possibilidade de convivência de ambos, dos veganos e daqueles que consomem carne.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Patrícia. **Como a agropecuária está destruindo o meio ambiente**. Mimi Veg, 2017. Disponível em: <<http://www.mimiveg.com.br/como-a-agropecuaria-esta-destruindo-o-meio-ambiente/>> Acesso em: 18 mar. 2019.

CORDEIRO, Tiago. **E se todo mundo virasse Vegano?**. Revista abril, 2017. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/e-se-todo-mundo-virasse-vegano/>> Acesso em 14 mar. 2019.

FERREIRA, Williams. **Metano emitido pelo gado: um paradoxo da natureza**. Revista Eco 21, 2012. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1623>> Acesso em: 18 mar. 2019.

FERRIGNO, Mayra Vergotti. **Veganismo e a libertação animal: um estudo etnográfico**. Biblioteca do IFCH UNICAMP, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279340/1/Ferrigno_MayraVergotti_M.pdf> Acesso em 26 fev. 2019.

FORMIGONI, Ivan. **Evolução do consumo per capita de carne bovina no Brasil**. Farmnews, 2017. Disponível em: <<http://www.farmnews.com.br/historias/consumo-per-capita-de-carne-bovina/>> Acesso em: 18 mar. 2019.

FORMIGONI, Ivan. **Maiores rebanhos bovinos por país**. Farmnews, 2018. Disponível em: <<http://www.farmnews.com.br/historias/maiores-rebanhos-mundiais/>> Acesso em: 18 mar. 2019.

WEDEKIN, Ivan. **A evolução da pecuária no Brasil**. Gestão agropecuária, 2018. Disponível em: <<https://gestaoagropecuaria.com.br/2018/07/10/pecuaria-no-brasil/>> Acesso em 14 mar. 2019.

PRODUÇÃO E CONSUMO DO AÇAÍ ENTRE OS ANOS DE 2004 A 2016 NO BRASIL

SOBRAL, Brenda Ferreira⁵⁴
OLIVEIRA, Amelia Clara da Silva⁵⁵
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁵⁶
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁵⁷

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever a produção e o consumo do açaí no Brasil no período de 2004 a 2016. O açaí é um produto rico em vitaminas, em proteínas e em minerais. Esses fatos contribuem para que o açaí tenha grande importância para a população. É considerado um alimento básico para a população das regiões que o produzem.

O produto é relevante para a economia e o fruto é utilizado em diversas indústrias. Percebe-se também que o açaí é encontrado de várias formas no mercado, principalmente batido para consumo imediato. A cada dia a demanda desse produto aumenta, fazendo com que os comerciantes consigam lucrar com suas vendas. Como consequência da conquista de novos mercados, os produtores brasileiros passaram a demonstrar mais interesse em cultivar o açaí, inclusive em outros estados do país que até então não produziam.

MATERIAL E MÉTODOS

⁵⁴Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: ferreir_brenda@outlook.com;

⁵⁵Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: amelia.clara2011@gmail.com;

⁵⁶Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁵⁷ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns *sites* selecionados da *internet* que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

O açaí consegue agrupar muito sabor com variadas substâncias necessárias para o nosso corpo. Dentre suas peculiaridades nutricionais, distingue a boa reposição de energia, sendo benéfico para um bom funcionamento no organismo. A fruta tem boa composição de substância nutricional, principal motivo para o consumo do alimento. Quando aplicado como acompanhamento extra, o alimento aumenta ainda mais os índices calóricos. Ingerir 300g, por exemplo, vai proporcionar mais de 189 kcal para o corpo, ou da mesma forma que consumir a polpa misturada com xarope de guaraná, entre outras frutas, aumentará as calorias (TAEQ, 2017, s. p.).

A produção das palmeiras de açaí espalhadas na floresta amazônica são cerca de 25% superior daquelas que são plantadas pelo monocultivo. O açaí é uma planta que necessita da polinização dos insetos e a floresta apresenta uma diversidade deles. O fruto é nativo das florestas inundáveis da entrada do rio Amazonas, onde é facilmente encontrado em numerosa quantidade (CASTRO, 2018, s. p.).

A produção começa pela colheita, logo em seguida o fruto é lavado, é esmagado e passa por uma peneira bem fina para que apenas seu sumo seja filtrado e depois consumido. Mesmo sendo popular em todo o Brasil, a região norte é o maior consumidor, pois é o local onde o fruto é mais encontrado, tornando-se essencial na culinária e no dia a dia das pessoas (VIEIRA, 2017, s. p.).

O cultivo do açaí tem um rendimento razoável quando relacionado à economia para os produtores rurais, pois o aumento da demanda vem crescendo a cada dia mais com a abertura de novos mercados, gerando bom retorno financeiro para aqueles que investem na produção (JUNIOR; COSTA, 2003, p. 66).

De 2015 para 2016, a partir da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), observa-se que a produtividade agrícola nacional de açaí aumentou de 1,0 milhão de toneladas para 1,1 milhão. O IBGE analisa pela primeira vez a cultura de açaí na área da agricultura. O Estado do Pará foi o maior cultivador, com 98,3% do total da área plantada. Os municípios paraenses são os 20 maiores produtores, com realce para Igarapé-Miri, o maior produtor global, com 305,6 mil toneladas, 28,0% do rendimento do Brasil. Os cinco maiores produtores (Igarapé-Miri, Cametá, Abaetetuba, Bujaru e Portel), juntos retratam 62,7% da produção total no país (PERET, 2017, s. p.).

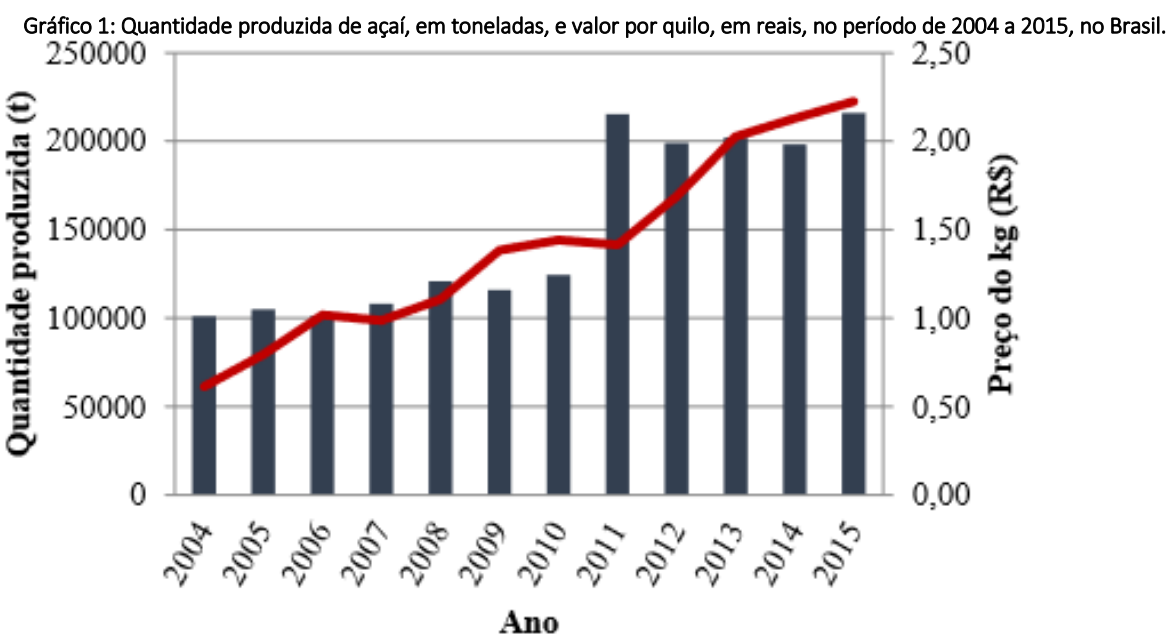
A produção do açaí começou a aumentar no final da década de 90, inicialmente com a venda da polpa no comércio local, depois nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e, mais tarde, para o mercado estrangeiro. O crescimento da procura evidenciou, também, a necessidade de aplicação de técnicas de acompanhamento da qualidade do produto, já que virou uma espécie de moda o consumo do produto (JUNIOR; COSTA, 2003, p. 66).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O fruto não é utilizado “*in natura*”, pois exibe insuficiente ganho de parte comestível e sabor parcialmente sem gosto, quando comparado com a maioria das frutas tropicais. Ademais, o consumo direto dos frutos deixa a boca com manchas de coloração arroxeada, sendo bem evidenciado e de aspecto desagradável, embora naturalmente substituível. O fruto é descascado dando consequimento na bebida denominada de “açaí”, um refresco de aspecto pastoso obtido por extração mecânica, em máquinas despulpadoras ou manual. Essa bebida é obtida com a adição de água durante o processamento dos frutos, o que facilita, sobremaneira, as operações de despulpamento e filtração (OLIVEIRA; FARIAS NETO; PENA, 2007, 64)

Dos alimentos elaborados constituídos pelo açaí e divulgados no comércio mundial nos últimos 5 anos, 58% estão em sucos, lanches, sorvetes e sobremesas, produtos lácteos, guloseimas e doces, produtos energéticos e esportivos. O Pará apresenta um consumo anual altíssimo, os consumidores que recebiam cerca de um salário mínimo utilizavam em média

60,71% da safra do fruto, e os consumidores que recebiam de dois a quatro salários mínimos alcançavam um consumo familiar de 102,1 litros de açaí por ano (BEZERRA; FREITAS; DAMASCENO, 2016, s. p.).



Fonte: (IBGE, 2017).

De acordo com o gráfico 1, observa-se que no período de 2004 a 2015 houve um aumento na produção de açaí em toneladas e no preço, passando de R\$ 0,61 para R\$ 2,22, cerca de 350%, sendo o Pará o estado que mais o produz, seguido do Estado do Amazonas e do Maranhão (IBGE, 2017, s.p.).

Em 2015, de acordo com Oliveira; Farias Neto e Queiroz (2014), a produção do açaí teve um aumento no valor equivalente a R\$ 480 milhões. Esse aumento no valor da produção pode ser explicado pelo crescimento das exportações, que resultaram na escassez do produto e consequente elevação dos preços nas regiões produtoras.

CONCLUSÃO

A produção e o consumo do açaí no Brasil no período de 2004 a 2016 apresentaram oscilações, embora o açaí seja um alimento básico na alimentação dos estados que o produzem. É um produto cuja demanda é alta, sendo encontrado de diversas formas no mercado. A maior produtividade do açaí aconteceu durante os anos de 2015 e 2016. O Pará é o estado com maior produção e consumo desse fruto, o qual é de extrema importância para a economia local e brasileira.

O crescimento da produção de açaí no Brasil começou na década de 90, porém a data de maior produção ocorreu no ano de 2015, com uma procura excessiva pelo fruto devida à promoção dada ao produto e à procura pelo consumidor estrangeiro, contribuindo para o aumento das exportações brasileiras.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, V.S.; FREITAS, O. S; DAMASCENO, L.F. **Açaí: produção de frutos, mercado e consumo**. Embrapa, 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1059773/acai-producao-de-frutos-mercado-e-consumo>> Acesso em: 16 mar. 2019.

CASTRO, D.P. **Produção de açaí é 25% maior em floresta**. BPBES, 2017. Disponível em: <<https://www.bpb.es.net.br/producao-de-acai-e-25-maior-em-floresta/>> Acesso em: 15 mar. 2019.

JUNIOR, O. R. A; COSTA, M.A. **Açaí: Projeto potencialidades regionais estudo de viabilidade economia**. SUFRAMA, 2003. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/publicacoes/proj_pot_regionais/acai.pdf> Acesso em: 18 mar. 2019.

OLIVEIRA, M. S. P.; FARIAS NETO, J. T.; QUEIROZ, J. A. L. Cultivo e manejo do açaizeiro para produção de frutos. *In: Encontro Amazônico de Agrárias*, Belém: UFRA, 2014.

OLIVEIRA, M. S. P.; FARIAS NETO, J.T.; PENA, R.S. **Açaí: técnicas de cultivo e processamento**. Instituto Frutal, 2007.

PERET, E. **Safra de açaí foi de 1,1 milhão de toneladas em 2016**. Agências de Notícias IBGE, 2016. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16821-safra-de-acai-foi-de-1-1-milhao-de-toneladas-em-2016>> Acesso em: 17 mar. 2019.

TAEQ. **Açaí:** A fruta ideal para repor energias. Conheça mais benefícios! Companhia Brasileira de Distribuição, 2017 Disponível em:
<https://www.conquistesuavida.com.br/noticia/acai-a-fruta-ideal-para-repor-energias-conheca-mais-beneficios_a1438/1> Acesso em: 19 mai. 2019.

VIEIRA, F. **A popularização do açaí no Brasil e no mundo.** Fábrica de açaí, 2017. Disponível em: <<https://fabricadeacai.com.br/blog/acai/a-popularizacao-do-acai-no-brasil-e-no-mundo/>> Acesso em: 14 mar. 2019.

AUTOMAÇÃO NA AGRICULTURA DE PRECISÃO

FERNANDES, Gabriel Rosa⁵⁸
VERAS, Sylvio Barreto⁵⁹
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁶⁰
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁶¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever a automação no setor agrícola, suas transformações e seu crescimento no país. O debate sobre a expansão do conhecimento das novas práticas implantadas pelo processo de automação agrícola e pela agricultura de precisão evidencia que as consequências dessas práticas trazem benefícios e competitividade ao setor primário do Brasil.

Os agricultores de grande porte utilizam máquinas sofisticadas em seu meio de trabalho, facilitando a produção desde a colheita até a chegada do produto ao consumidor final. A utilização da automatização também gera demanda por mão de obra qualificada e pela competitividade no mercado.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre a automação e agricultura de precisão.

⁵⁸Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: gabrielrosafernandes@hotmail.com;

⁵⁹Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: sylviobveras@gmail.com;

⁶⁰Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁶¹Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

DESENVOLVIMENTO

O homem sempre buscou ferramentas para facilitar suas tarefas. A roda pode ser considerada o primeiro sistema de “automação”, datada de pelo menos 5500 anos, embora o conceito só tenha sido aplicado de fato a partir da Revolução Industrial, no século XVIII. No entanto, segundo a Embrapa (2015), a automação chegou atrasada na agricultura brasileira, que passou a desfrutar dos seus benefícios a partir do século XX.

Nas últimas décadas a agricultura se tornou muito mais produtiva e eficiente ao redor do mundo, como no crescimento produtivo, na colheita, e também no plantio, pois as máquinas automatizadas tem dado suporte para facilitar na plantação agrícola. A automação na atualidade consiste em técnicas do uso de máquinas agrárias, de computadores e de monitoramento, a fim de ampliar a capacidade e eficiência do trabalho humano, aumentando, assim, a qualidade e quantidade dos gêneros produzidos, além de minimizar eventuais perdas (EMBRAPA, 2015, s. p.).

De acordo com Molin, Amaral e Colaço (2015), sobre o surgimento da agricultura de precisão:

O termo agricultura de precisão tem aproximadamente 25 anos, mas os fatos e as constatações que levaram ao seu surgimento são de longa data. Desde que a agricultura existe, sempre houve motivos para se diferenciar os tratos culturais nos pastos, pomares e lavouras em razão de alguma diferença interna das áreas. Com a expansão territorial da agricultura promovida pelo auxílio da mecanização, que permitiu que áreas cada vez maiores fossem cultivadas, esse detalhamento foi sendo relegado e grandes áreas passaram a ser geridas como se fossem homogêneas. Diante da necessidade de dar um novo foco para a agricultura, surgiu a atual agricultura de precisão (MOLIN; AMARAL; COLAÇO, 2015, p. 05).

O termo agricultura de precisão era constantemente vinculado durante sua fase inicial a ferramentas de georreferenciamento de dados nas lavouras, como o GPS, tendo depois adquirido significado mais amplo como uma “visão da gestão das lavouras com um nível de detalhamento que permite considerar e tratar devidamente a variabilidade intrínseca destas” (MOLIN; AMARAL; COLAÇO, 2015, p. 12).

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo a definição de agricultura de precisão é:

Um conjunto de ferramentas e tecnologias aplicadas para permitir um sistema de gerenciamento agrícola baseado na variabilidade espacial e temporal da unidade produtiva, visando ao aumento de retorno econômico e à redução do impacto ao ambiente (BRASIL, 2013, p. 03).

Outras definições destacam que o uso correto do termo “[...] seria a referência à agricultura com exatidão maior do que aquela com que já é praticada” (MOLIN; AMARAL; COLAÇO, 2015, p. 13). A agricultura de precisão se define como um estágio novo da automação agrícola, onde tecnologias como microprocessadores e posicionamento global por satélite (GPS) fornecem dados precisos sobre o solo e clima de uma produção rural, aumentando sua eficiência e retorno econômico, permitindo avanços como:

- Dosagens específicas de adubos e defensivos baseados nas características locais;
- Irrigação e colheita automáticas, respeitando fases ideais;
- Mapeamento de Produtividade;
- Gerenciamento Informatizado de custos;
- Monitoramento e rastreamento à distância;
- Impacto ambiental reduzido (HYDRA COMPANY, 2019, s. p.).

Os Estados Unidos se destacam no campo da agricultura de precisão, embora países como Alemanha, Inglaterra, Austrália e Argentina também desenvolvam pesquisa e aplicação na área. No Brasil, instituições públicas como a EMBRAPA, ESALQ/USP, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Fundação ABC, Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), além de numerosas empresas privadas do setor agrícola lideram essa iniciativa (EMBRAPA, 2015, s. p.).

Na prática, no nosso país, a agricultura de precisão vem sendo utilizada principalmente nas culturas de milho, soja, café, cana, feijão; além do emprego na

fruticultura, na pecuária de precisão e na irrigação de precisão, e também na aplicação de fertilizantes e corretivos em taxa variável (GLOBO RURAL, 2015, s. p.).

RESULTADO E DISCUSSÃO

Com base nos levantamentos realizados, é possível observar um crescimento notável na automação agrícola global nas últimas décadas. Atualmente o Brasil passa por esse processo para acompanhar o mercado externo globalizado e assegurar sua posição de destaque como produtor e exportador. Embora a automação tenha inúmeros benefícios, ainda existe a crença antiga sobre a substituição da mão de obra humana e perda de postos de trabalho para as máquinas, que não ganham salários e não possuem necessidades sociais e fisiológicas. Porém, no setor específico da agricultura acontece o contrário: esses equipamentos podem acabar gerando mais empregos para o homem. Para Eliseu Roberto de Andrade Alves, pesquisador e assessor do presidente da Embrapa, a automação expandiu a área de produção que pode ser explorada no país, criando empregos em propriedades rurais que antes eram tidas como improdutivas: “A expansão da agricultura gerou vagas, pois permitiu a existência do cultivo de áreas que não poderíamos ocupar sem a tecnologia” (FECOMERCIO, 2018, s. p.).

Outra preocupação constante é sobre sustentabilidade, principalmente em um cenário de possível escassez de recursos naturais e aumento da demanda de alimentos e produtos. Nesse sentido, a agricultura de precisão é benéfica, uma vez que, com o auxílio de suas ferramentas, a produção torna-se mais competitiva e otimizada, alcançando um rendimento maior e fazendo mais com menos. Nesse contexto, Molin, Amaral e Colaço (2015) pontuam:

Ao mesmo tempo que há uma crescente demanda por alimentos, energia e demais produtos oriundos da agricultura, os recursos naturais estão cada vez mais escassos. Diante desse contexto, a produção agrícola precisa ser otimizada, visando à sustentabilidade e à segurança alimentar. A gestão dos cultivos deve buscar o máximo rendimento das culturas com o menor consumo de insumos possível, ou seja, com o consumo racional e otimizado desses. Nesse contexto, a agricultura de precisão se mostra

prática essencial e ganha cada vez mais adeptos (MOLIN; AMARAL; COLAÇO, 2015, p. 05).

A tecnologia permite maior produtividade no campo e contribui para que os trabalhadores reduzem o esforço físico. A qualificação da mão de obra permite abandonar a função braçal dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

Ao aumentar a praticidade, maximizar a produtividade e lucro enquanto diminui custos e possíveis impactos ambientais, a automatização e principalmente a agricultura de precisão se consolidam no mercado mundial como ferramentas essenciais ao agricultor, que acaba assumindo cada vez mais a postura de empresário rural, controlando a linha de produção, fazendo com que ela cresça, aumentando sua produção e sua produtividade. Também, observa-se que em muitos casos, essas tecnologias não necessariamente ocupam postos de trabalho, podendo inclusive gerar mais empregos.

Tarefas que duravam dias como arar a terra, colher frutos, embalar, transportar, na atualidade, demoram horas ou até mesmo minutos, agilizando o cultivo e tornando a colheita mais rápida. Seu ponto negativo mais significativo é o custo da implantação e/ou equipamentos, o que torna a transição pouco viável para agricultores de pequeno porte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Agricultura de Precisão**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Brasília: Mapa/ACS, 2013.

EMBRAPA. **Tecnologias e conhecimentos para aperfeiçoar a produção**. Embrapa, 2015. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-mecanizacao-e-agricultura-de-precisao/nota-tecnica>. Acesso em: 20 mai. 2019

FECOMÉRCIO. **Robotização é essencial para expandir agricultura e não deve eliminar empregos no setor, diz Eliseu de Andrade Alves**. Fecomércio, 2018. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/robotizacao-e-essencial-para-expandir->

agricultura-e-nao-deve-eliminar-empregos-no-setor-diz-eliseu-de-andrade-alves. Acesso em: 20 mai. 2019

GLOBO RURAL. **O que é agricultura de precisão?** Globo Rural, 2015. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Tecnologia-no-Campo/noticia/2015/12/o-que-e-agricultura-de-precisao.html>. Acesso em: 20 mai. 2019.

HYDRA COMPANY. **Agricultura de Precisão.** Hydra Company, 2019. Disponível em: <http://www.hydracompany.com.br/archives/produto/agricultura-de-precisao>. Acesso em: 20 mai. 2019.

MOLIN, José Paulo; AMARAL, Lucas Rios do; COLAÇO, André Freitas. **Agricultura de precisão.** São Paulo: Oficina de Textos, 2015. Disponível em: <http://ofitexto.arquivos.s3.amazonaws.com/Agricultura-de-precisao-DEG.pdf> Acesso em: 21 mai. 2019.

A VENDA DE *SMARTPHONES* NO BRASIL EM 2017

FREITAS, Gabriela Caetano⁶²
DANTAS, Rafael Oliveira⁶³
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁶⁴
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁶⁵

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar o consumo existente no Brasil em relação às vendas de *smartphones* do ano de 2017. O país é considerado um dos maiores mercados em que as pessoas demandam por produtos tecnológicos e, mesmo diante da crise existente no referido ano, a demanda continuou a crescer e a render lucros.

Na atualidade é notório no Brasil o consumo excessivo, percebendo que o grande número de inovações tecnológicas que surgem a cada dia estimula o consumidor a comprar, pois o brasileiro está a cada dia buscando por tecnologias mais avançadas que contribuem para a movimentação do mercado de trabalho, do mercado financeiro e também do mercado de serviços. O consumo de *smartphones*, com o passar dos anos e com a tecnologia cada vez mais avançada, faz parte do cotidiano das pessoas, pois existem funções que permitem usá-los para trabalho, para executar negócios e para participar de reuniões, com o objetivo de facilitar a vida do consumidor. Assim sendo, é natural que as vendas de smartphones deslanchem.

⁶²Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: gabrielafreitas9922@gmail.com

⁶³ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: rafaeloliverdantas@hotmail.com;

⁶⁴ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁶⁵ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

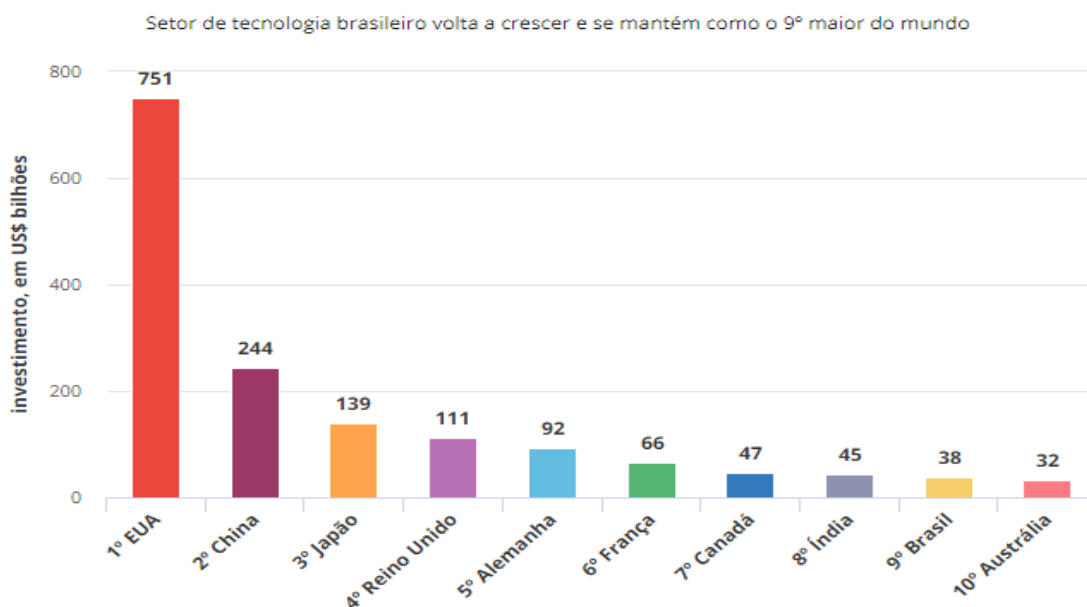
MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi à revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

O setor tecnológico é forte e presente em quase todos os países que possuem crescimento financeiro, desenvolvimento econômico e social. O Brasil, apesar de ser um país emergente em termos econômicos e passar por um período de crise, apresentou-se em nono lugar no *ranking* mundial, no ano de 2017, como um dos maiores mercados de tecnologia. O gráfico 1, a seguir, evidencia os maiores mercados de tecnologia do mundo, destacando os EUA em 1º lugar; e a China, em 2º lugar.

Gráfico 1: Maiores mercados de tecnologia em 2017



FONTE: (G1. GLOBO, 2017)

Segundo Gomes (2017), a venda de smartphones no país cresceu 25,4% no primeiro

trimestre de 2017, e nos primeiros três meses do ano foram comercializados 12,4 milhões de celulares. Com algum endividamento e muitas vezes inadimplentes, as famílias tiveram que fazer um ajuste no orçamento, levando à redução do consumo. Mas, com a liberação de FGTS por parte do governo e com a liberação de saques das contas inativas do FGTS houve injeção de dinheiro na economia e o ânimo do consumidor, que vinha protelando a troca do aparelho, com esse recurso extra na conta, foi estimulado para as compras (MUNIN, 2018, s. p.).

O surgimento de novos aparelhos desperta na sociedade o desejo de compra, resultando para as grandes empresas um salto importante para aumentar o lucro. Em 2017, a liberação do FGTS foi um meio para comprar os novos *smartphones* disponíveis no mercado. Conforme Campos e Torre (2017), o desaquecimento da economia fez com que as indústrias não trabalhassem em sua capacidade produtiva e muitas ficaram com altos estoques e o dinheiro liberado foi aplicado em compras.

Os dados mostram e comprovam como o setor tecnológico é forte, resistindo ao desaquecimento econômico, revelando que as indústrias são capazes de resistir à crise. Apesar da grande massa da população que mesmo passando por crise financeira, apanharam o dinheiro e gastaram com um bem que não tinha necessidade imediata, permitiu, assim, que as empresas gerassem e produzissem lucro. Para Munin (2017) depois de dois anos de queda, o mercado brasileiro de *smartphones* reagiu e fechou 2017 com o segundo melhor desempenho da história. No ano foram vendidos 47.700 milhões de aparelhos, representando o crescimento de 9,7% em relação a ano anterior e apenas 6.800 milhões a menos do que em 2014, até agora o melhor ano de vendas de smartphones no país. Mesmo com o país e as pessoas passando por crise, é notória a importância do setor tecnológico para a economia.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O consumo está muito presente na sociedade contemporânea e na economia capitalista. Neste século ganharam grandes proporções, graças ao mundo digital,

globalizado, as constantes novas tecnologias e as propagandas. Santa’anna (1997) descreve que:

Como o publicitário não tem contato com a clientela, não lhe é possível o conhecimento do indivíduo, mas ele tem que conhecer o comportamento da massa, como um todo, isto é, o conhecimento das reações e gostos médios do conjunto de indivíduos, que formam o mercado a atingir (SANTA’ANNA, 1977, p. 76).

É natural que a liberação de uma renda extra seja combustível para que ocorram diversas compras, e foi fácil de perceber como cresceu a venda após a liberação do FGTS, conforme discorreu Hagge (2017) sobre a liberação do dinheiro do FGTS que contribuiu para o aumento nas vendas.

Percebe-se uma mudança no perfil das compras dos produtos adquiridos pelas pessoas no segundo trimestre de 2017, uma alteração perceptível no aumento das vendas, porém o valor passou a ser para um preço mediano quando comparado ao primeiro trimestre, visto que a população começou a escolher celulares mais baratos. Conforme explicação de Munin (2017), o valor gasto pelos compradores de celular ficou menor e o preço médio dos aparelhos caiu 2,1% no segundo trimestre de 2017, em relação ao primeiro trimestre do ano de 2018. O valor médio passou de R\$ 1.067 para R\$ 1.044, evidenciando que com a diminuição do valor, aumentou a quantidade vendida e continuou movimentando o mercado.

Mesmo com a mudança do perfil de compra, a venda dos *smartphones* continua impactando o mercado, pois é um produto com grande demanda e, mesmo em momentos de crise, quando o consumo de alguns outros produtos fica estagnado, este, pelo contrário, continuou aumentando. Para Munin (2017), o mercado de celulares voltou a apresentar números bem expressivos, principalmente porque o brasileiro está repondo aparelhos comprados há pelo menos três anos, já que esse tem sido o tempo médio de vida da bateria e da tela. A tendência é de que aumento de vendas continue assim nos próximos períodos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A venda dos *smartphones* no ano de 2017, no Brasil, mesmo diante da crise, teve aumento considerável, pois existem funções que permitem usá-lo no trabalho e no lazer. O brasileiro está a cada dia buscando por tecnologias mais avançadas e isso contribuiu para o crescimento das vendas de produtos de comunicação que fazem parte do dia a dia das pessoas. Com o aumento das vendas, o mercado fica aquecido, as empresas obtêm lucro, empregam mais pessoas, contribuindo para a economia brasileira. O país encontra-se em nono lugar no *ranking* mundial dos maiores mercados de tecnologia do mundo.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, M; TORRE, L. Economia brasileira vive pior recessão da história. *In: Gazeta On Line*, portal eletrônico de informações, 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2017/03/economia-brasileira-vive-pior-recessao-da-historia-1014031578.html>. Acesso em: 18 mar. 2019

GOMES, H.S. Venda de smartphones cresce 25% no Brasil, puxada por FGTS inativo e dólar estável, diz IDC. *In: G1.Globo*, portal eletrônico de informações, 2017 Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/venda-de-smartphones-cresce-25-no-brasil-puxada-por-fgts-inativo-e-dolar-estavel-diz-idc.ghhtml>. Acesso em: 14 mar. 2019

HAGGE, Pedro. Venda de celulares e computadores crescem no 2º trimestre indica IDC. *In: Folha de São Paulo*, portal eletrônico de informações, 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1916277-venda-de-celulares-e-computadores-crescem-no-2-trimestre-indica-idc.shtml>. Acesso em: 19 mar. 2019

MUNIN, Leonardo. Após dois anos, mercado de smartphones cresce em 2017 e atinge o segundo melhor desempenho de vendas. *In: IDC Brasil*, portal eletrônico de informações, 2018. Disponível em: <http://idcbrasil.com.br/releases/news.aspx?id=2313>. Acesso em: 14 mar. 2019

MUNIN, Leonardo. Venda de celulares e computadores crescem no 2º trimestre indica IDC. *In: Folha de São Paulo*, portal eletrônico de informações, 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1916277-venda-de-celulares-e-computadores-crescem-no-2-trimestre-indica-idc.shtml>. Acesso em: 19 mar. 2019

SANT’ANNA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. 7. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. Acesso em: 13 mar. 2019

O CULTIVO E A EXPORTAÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL NO PERÍODO DE 2012 – 2018

PIMENTEL, Glauco Barroso⁶⁶
SOUZA, Lidiane Medeiros⁶⁷
FERRAZ, Thiago da Silveira⁶⁸
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁶⁹
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁷⁰

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a exportação do café brasileiro e a sua importância para o comércio exterior do país e, consecutivamente para a economia do Brasil, com foco especial para o período de 2012 a 2018. Até o final do século XVIII, o Haiti era o principal exportador de café. Devido à longa instabilidade política e guerras internas naquele país, a produção cafeeira entrou em crise com o passar dos anos, impulsionando o aumento dos cafezais no Brasil. O café chegou a ser a principal fonte de riqueza brasileira, ganhando o apelido de ouro verde brasileiro.

O café no Brasil tornou-se uma das atividades de produção mais tradicionais e importantes do comércio exportador. O produto representa atualmente, cerca de 25% das exportações, com participação crescente nos últimos 15 anos. O café representava mais de 50% dos lucros das exportações no período da república no país, chegando a abastecer dois terços do mercado mundial de café entre 1889 a 1933.

O produto é relevante para a produção nacional e para a exportação, contribuindo para o crescimento econômico, político e social da nação brasileira, gerando divisas, lucros e empregos diretos e indiretos em toda sua cadeia produtiva.

⁶⁶Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: pimentelglauco@yahoo.com.br;

⁶⁷Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: lidi-bjn@hotmail.com;

⁶⁸Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: thiagoferrazeng@gmail.com;

⁶⁹ Professora orientadora: Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁷⁰ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi à revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

O responsável pela introdução do café no Brasil, o brasileiro Mello Palheta, certamente não imaginou o tamanho da repercussão que causaria na agricultura brasileira com as primeiras mudas por ele trazidas em 1722, oriundas da Guiana Francesa e que inicialmente foram plantadas em Belém, no Estado do Pará. De acordo com Deon e Souza (1989), o cultivo do café foi consolidado no país a partir de 1727, se espalhando posteriormente pelos estados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Minas Gerais, de São Paulo e do Paraná. “Por quase um século, o café foi a grande riqueza brasileira, e as divisas geradas pela economia cafeeira aceleraram o nosso desenvolvimento e inseriram o Brasil nas relações internacionais de comércio” (PASCOAL *apud* GOMES, 2011, p. 17).

Mais adiante, em 1998, as exportações de café subiram 56% em relação ao ano anterior, representando 7,3 milhões de sacas de 60kg. Para Herszkowicz (2016), um dos fatores que contribuiu para a alta das exportações, no final da década de 90 e no início do ano 2000, foi que o produto teve sua ascensão na denominada “Década Mágica”, ocasionada pelo aumento da qualidade do grão, pela consequente ampliação de investimentos na produção e pela notícia de que o café traz benefícios à saúde.

Com a implementação do Plano Real no Brasil, iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve um intenso período de crescimento econômico no país por mais de uma década, o que favoreceu diretamente os investimentos no setor cafeeiro e consequente aumento e desenvolvimento da qualidade na produção de café. Passados

alguns anos, o Brasil consegue atingir uma posição melhor em relação aos demais países exportadores de café (MOREIRA; MIRANDA, 2018, s. p.).

O transporte marítimo do país tem contribuído para o avanço e para o crescimento das exportações, com estimativa de 350 milhões de toneladas de produtos transportados todos os anos, em estimativa levantada em 2018. As cargas mais transportadas são os produtos agrícolas, como o café, a soja, o milho, a carne, dentre outros. Segundo o plano nacional de logística de transporte, o setor marítimo brasileiro foi responsável por 13% dos transportes de cargas no Brasil em 2010. O órgão responsável por controlar os portos brasileiros é a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), sendo que do total de 40 portos, os mais importantes são os de Santos (SP), de Itajaí (SP) e o do Rio de Janeiro (RJ), os quais representam a maior parte das transações internacionais (ACE, 2018, s. p.).

Dados recentes da Embrapa, no ano de 2018, demonstram que o consumo mundial de café já ultrapassou 157 milhões de sacas anuais de 60 kg, e a produção é de 158 milhões de sacas, dados de acordo com a Embrapa Café (2018).

RESULTADOS E PESQUISAS

No ano 2000, o consumo de café no Brasil estava estimado em 15 milhões de sacas e em 2002 as exportações atingiram 2,24% na balança comercial conforme dados do Sindicato da Indústria de Café de São Paulo (2002).

Segundo os dados estatísticos da Associação Brasileira da Indústria de Café (2010), o consumo interno brasileiro de café em 2010 cresceu, e verificou-se o consumo de 19,13 milhões de sacas, representando um acréscimo de 4,03% em relação ao período anterior correspondente. De novembro de 2008 a outubro de 2009, havia sido de 18,39 milhões de sacas, resultando em um aumento interno do consumo de café em 740 mil sacas nos 12 meses considerados. As empresas associadas à indústria de café, que participam com 68,4% do café torrado e moído industrializado produzido, indicam que houve um crescimento significativo em 2010, de 5,93% em relação a 2009, em resposta a recuperação da economia brasileira, de maiores investimentos em produtos e do marketing interno. Os investimentos

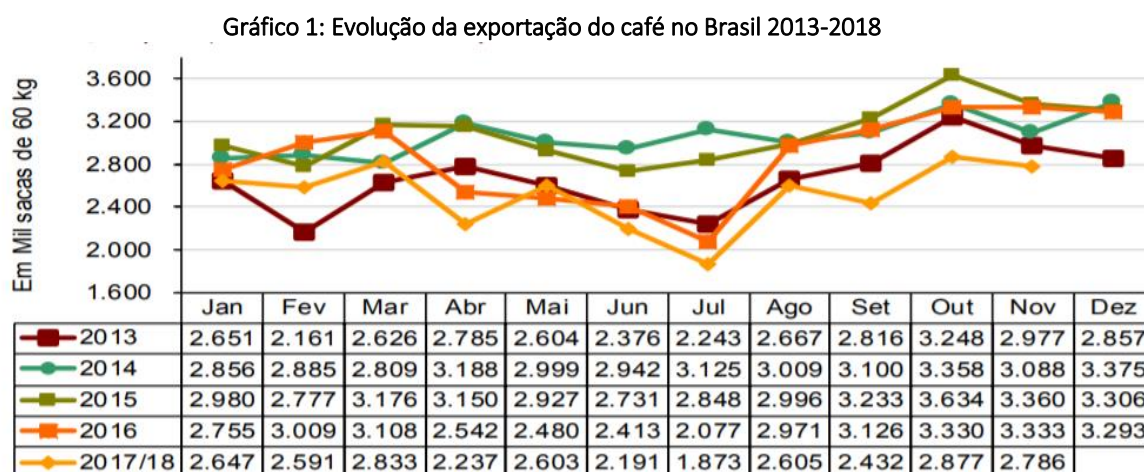
no café culminaram no aumento das vendas e no consequente aumento de concorrência, pois, novas marcas de cafés especiais surgiram, fazendo com que o mercado apresentasse uma oferta muito significativa de produtos de alta qualidade para os consumidores brasileiros. A ABIC (2010) estimou que este segmento de cafés diferenciados, embora represente a menor parte do consumo, continuou apresentando taxas de crescimento de 15% a 20% ao ano.

Na década de 2010 a 2016, a melhoria na qualidade do café e o aumento de sua produção se destacaram especialmente pela utilização de alta tecnologia, pela união de produtores e pelo esforço do governo para manter o café brasileiro em crescente representatividade mundial. Segundo os dados do IBGE, em 2011, a economia brasileira apontou um crescimento de 2,7% em serviços e na agropecuária a representatividade foi de 3,9%. O crescimento agropecuário ocorreu pelo aumento de produtividade dos produtos. Na agricultura, quando se observa um aumento da produção com uma diminuição da área plantada, existe um aumento da produtividade (ALVES; CONTINI; CASQUES, 2017).

Segundo Mello (2017), com dados da Agência Brasil, o fator que auxiliou o aumento da produção e exportação de café nos últimos anos no Brasil foi a crescente demanda internacional do produto. A partir de 2010 houve aumento de preço das *commodities* no mercado internacional devido, principalmente, ao aumento da demanda chinesa. O aumento foi benéfico às exportações brasileiras, uma vez que a China era a maior parceira comercial do Brasil, que além de, adquirir o café brasileiro, comprou também a soja, o minério de ferro e o petróleo, dentre outros produtos do setor agrícola.

A produção do café brasileiro, no ano de 2015, liderou o *ranking* mundial. O Brasil representou 30,2% da produção mundial e exportou 33,5% de toda a produção, seguido do Vietnã, com 27,5% da produção mundial e 18,2% de exportação de sua produção.

No ano de 2017, o Brasil colheu 42,3 milhões de sacas de 60 quilos e registrou um recorde de exportações, 36,80 milhões de sacas, crescimento de 1,3% em comparação ao ano anterior. A produção de café arábica foi de 32,05 milhões de sacas e a de café *conilon* totalizou de 11,19 milhões de sacas, de acordo com a CONAB (2018). A seguir, de acordo com o gráfico 1, a evolução da exportação do café no Brasil de 2013 até 2018.



Fonte: (CONAB, 2018)

O mercado de café tem se recuperado de sucessivas crises no mercado nacional e internacional, bem como problemas climáticos relativos à seca em áreas produtoras no Brasil. Contudo, é possível observar a retomada do crescimento das exportações no ano de 2017. No período de janeiro a novembro de 2017 aproximadamente 94 países importaram café do Brasil. Em 2016 a receita das exportações de café somou cerca de cinco bilhões e meios de dólares, em 2017, até novembro, este valor já estava próximo dos 5 bilhões, indicando que o ano de 2017 superaria a receita do ano de 2016, após o fechamento do balanço anual (CONAB, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exportação do café brasileiro no período de 2012 a 2018 teve significativo crescimento e consequentemente, significativa importância para o desenvolvimento da economia nacional. Fatores como um período de significativo crescimento da economia e destinação de investimentos para a produção e desenvolvimento de tecnologias nas áreas agrícolas influenciaram diretamente a qualidade e quantidade de café produzindo, permitindo, deste modo, que o país pudesse exportar mais sem perder valor de mercado, ou seja, exportar um produto de melhor valor agregado. O crescimento produção do café

ocorreu pela adoção da mão de obra qualificada e da tecnologia, como também, pela industrialização, contribuindo para o salto positivo na economia do Brasil e para a conquista de mercados em diversos países do mundo. O aumento no consumo mundial do café, com destaque para o mercado chinês, também influenciou significativamente para os bons resultados registrados para a produção e exportação de café no período analisado.

REFERÊNCIAS

ABIC. **Consumo brasileiro de café cresce 3,5%, revela pesquisa da ABIC.** . Associação Brasileira da Indústria de Café, 2018. Disponível em: <http://abic.com.br/consumo-brasileiro-de-cafe-cresce-35-revela-pesquisa-da-abic/>. Acesso em: 02 mar. 2019.

ACE. Importação e Exportação Marítima. Assessoria em Comércio Exterior, 2018. Disponível em http://www.tradewaysace.com.br/pt_BR/blog/importação-e-exportacao-maritima. Acesso em: 27 fev. 2019.

ALVES, Eliseu Roberto de Andrade; CONTINI, Elísio; CASQUES, José Garcia. **Evolução da produção e produtividade da agricultura brasileira.** CNPTIA, 2017. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/153552/1/Evolucao-da-producao.pdf> >. Acesso em: 20 mai. 2019.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira café.** CONAB, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/marco/Downloads/BoletimZCafeZmaioZ2018.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2019.

DEON, Lucio; SOUZA, Nunes. **Cultura do Café.** Rio de Janeiro: Ed. Tecnoprint, 1989.

GOMES, Helen Cristina Andrade. **O processo de certificação de um produto agropecuário: o caso do café paulista da região da Alta Mogiana.** Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas. Centro Universitário de Franca Uni-FACEF, São Paulo, 2011.

MELLO, Daniel. **Após período de baixa, exportações de café crescem 30%.** Agência Brasil, 2018. Disponível em: < <http://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2018-09/apos-periodo-de-baixa-exportacoes-de-cafe-crescem-30-em-agosto> >. Acesso em: 21 mai. 2019.

INFLAÇÃO NO BRASIL: TIPOS, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS PARA O PAÍS

POSES JUNIOR, Jefferson da Rocha⁷¹
MELO, Alexsanderson Zanon de Oliveira⁷²
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁷³
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁷⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever os tipos de inflação, as causas e as consequências para o Brasil. A inflação é o processo de elevação dos preços que acontece sempre que há uma procura maior do que a capacidade de uma economia produzir determinado bem ou produto. O cálculo é feito a partir de pesquisas de preços administrada por instituições habilitadas no país inteiro. Logo após, seu índice é exercido em termos percentuais, se os valores crescerem em 5%, significa que ocorreu uma inflação de 5%.

A inflação é prejudicial à economia do país, podendo criar vários problemas e distorções econômicas. Quando descontrolada leva a diversos problemas na economia de um país, como o aumento do desemprego, preços de produto em colapso, perda do poder de compra do dinheiro, instabilidade da moeda, entre outros.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns *sites* selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

⁷¹Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: juniorjefferson565@gmail.com;

⁷²Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: alexzanon1997@gmail.com;

⁷³Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com

⁷⁴ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

DESENVOLVIMENTO

No passado, a partir da necessidade de adquirir diversos bens e serviços, para a sobrevivência, havia a troca direta de produtos, a quantidade de um bem era trocada por outro diferente. Santos (2015) relata que a troca de um produto por outro é denominada escambo. Porém, existia o problema no qual nem sempre a pessoa que desejava determinada mercadoria queria trocar pela outra que a pessoa possuía. Então, precisava-se de um bem, mercadoria-moeda, que fosse de valor para ambos e, assim, surgiram vários tipos de produtos que serviram como instrumento de troca.

Com o passar do tempo as moedas-mercadoria foram sendo trocadas pelo metalismo, por serem leves, duráveis, reconhecidos, divisíveis e raros, com valor medido pelo peso. Um indivíduo que possuía um metal como o ouro, por exemplo, ficar andando com o bem era muito perigoso. A partir de então, passaram a existir as casas para guardar dinheiro, que com o tempo foi se aperfeiçoando e surgiram os bancos. Os donos dos bancos perceberam que poderiam obter mais lucro e decidiram cobrar um valor, dando o nome de juros pelo empréstimo. Os bancos comerciais tradicionais cobram pelo dinheiro que emprestam, este entra em circulação servindo para ser aplicado na produção de bens e serviços, mas o aumento de dinheiro em circulação pode elevar a inflação (SANTOS, 2015, s. p.).

No final da década de 1970, os bancos internacionais não renegociaram maiores prazos para o pagamento dos empréstimos feitos ao Brasil. Com isso, o governo teve que adotar medidas de ajustes fiscais para consolidar o balanço de pagamentos. Entre 1981 e 1983, o Brasil enfrentou ajustes com efeitos retroativos, envolvendo uma maxidesvalorização do cruzeiro, a moeda da época, fazendo com que o ajuste do fluxo de contas externas fosse finalmente alcançado. Imposto pela crise da dívida com efeitos regressivos, o ritmo de crescimento foi diminuído, levando a insuficiência pública para perto de zero (LACERDA *et al.*, 2010, s. p.).

A causa da inflação pode ser apontada por vários determinantes, pois a economia se comporta como um organismo vivo, onde tudo se inter-relaciona. A inflação pode ser de

oferta, quando há escassez de produto; ou de demanda, quando a procura é maior do que a quantidade ofertada. Dentre as causas da inflação, ela pode ser encontrada nas seguintes ações: déficit governamental, escassez de capital, taxas de juros, excesso de emissão de moeda, aumentos salariais e outras. O déficit público é umas das principais causas da inflação no país, sendo assim, para compensá-lo, o governo o alimenta através do levantamento de empréstimos junto à rede bancária e da rolagem da dívida interna, aumentando os juros, os preços dos produtos das estatais, a emissão primária da moeda e os impostos (SANTOS, 2015, s. p.).

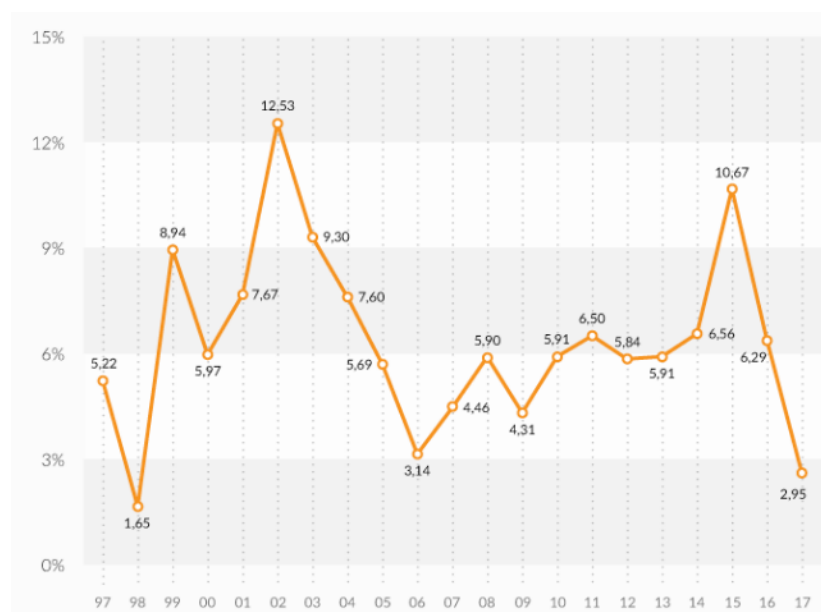
Quem mais perde com a inflação é a população pobre, geralmente os assalariados, pois não conseguem investir o dinheiro em aplicações que garantam a correção inflacionária, diminuindo os efeitos sobre a sua renda. Os assalariados não têm, como os empresários e o governo, a capacidade de repassar o aumento de custos, ficando assim seus orçamentos mais reduzidos cada vez mais, até a chegada do reajuste. Quando o salário é reajustado, os trabalhadores não ganham o aumento real, porque como os preços sobem de uma maneira geral e a remuneração “atualizada” não apresenta maior poder de compra para os trabalhadores. Uma inflação descontrolada pode apresentar diversos problemas na economia de um país, tendo por consequência: aumento do desemprego; preços de produto em colapso; perda do poder de compra do dinheiro; instabilidade da moeda; entre outras (RIBEIRO, 2017, s. p.).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É inegável que antes de 1997 o Brasil passou por um período crítico com relação à inflação. Tentativas como o Plano Cruzado em 1986, Plano Bresser em 1987 e o Plano Verão em 1989 foram ineficazes, e a inflação teve um aumento absurdo. Depois de várias tentativas sem resultados, foi, através do Plano Real, que o Brasil finalmente controlou a alta inflação, sendo o plano responsável pela estabilização das taxas de inflação (BARDINE, 2009, s. p.).

De acordo com gráfico 1, observa-se uma grande redução na inflação a partir do ano de 1997. A partir de então, até ao ano de 2017, nota-se que por vários períodos houve oscilação, tanto para o aumento quando para a diminuição da inflação, porém, em 2017, alcançou taxas bem baixas.

Gráfico 1: Evolução anual da inflação (%)



Fonte: (CALEIRO, 2018).

O Plano Real foi o programa brasileiro responsável pela estabilização econômica, promovendo o fim da inflação elevada no Brasil, situação que já durava aproximadamente trinta anos. Moreira (2014) discerne três fases pelas quais o plano passou: o Programa de Ação Imediata, a criação da URV (Unidade Real de Valor) e a implementação da nova moeda, o Real. O Plano Real entrou para a história como o episódio que acabou com a inflação e inaugurou um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

O Plano real estabilizou a economia brasileira, mas para tal medida ser aderida foram necessárias mudanças em diversos setores estatais, como as privatizações de empresas públicas, a criação de agências reguladoras, a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal e a liquidação ou venda da maioria dos bancos estaduais (GASPARETTO, 2010, s. p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inflação é um processo em que ocorre o aumento generalizado nos preços dos bens e serviços, provocando perda do poder aquisitivo da moeda. Alguns fatores que podem gerar inflação, como o aumento muito grande do preço de um item básico na economia, contaminando os demais preços e provocando uma alta generalizada. A alta inflação está relacionada com a demanda maior que a produção do país e com o aumento da emissão do papel-moeda.

A inflação pode ser de oferta ou de demanda, e as causas da inflação podem ser encontradas nas seguintes ações: déficit governamental, escassez de capital, taxas de juros, excesso de emissão de moeda, aumentos salariais. Como consequência, ocorre aumento do desemprego, preços de produto em colapso, perda do poder de compra do dinheiro e instabilidade da moeda, gerando um grande problema para o país.

REFERÊNCIAS

BARDINE, Renan. **A economia antes e depois do Plano Real**. História do Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/a-economia-antes-e-depois-do-plano-real>. Acesso em: 27 fev. 2019.

GASPARETTO, Antônio Junior. **Plano Real**. História Brasileira, 2018. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/plano-real/> Acesso em: 27 fev. 2019.

LACERDA, Antonio Corrêa de; BOCCHI, João Ildebrando; REGO, José Márcio; BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MOREIRA, Isabela. **20 anos do Plano Real**. Época, 2014. Disponível em: <http://20anosdoreal.epocanegocios.globo.com/#anchor-u343>. Acesso em: 27 fev. 2019.

RIBEIRO, Viviane. **A inflação e seus efeitos na renda da população. Causas da inflação**. WebArtigos, 2017. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-inflacao-e-seus-efeitos-na-renda-da-populacao/95969>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SANTOS, Váldson. **Inflação**: vamos falar a verdade? Artigo, 2015. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/academico/inflacao-vamos-falar-a-verdade/87219/>. Acesso em: 20 fev. 2019

O CONSUMO DE ALIMENTOS FORA DO DOMICÍLIO NO BRASIL NO PERÍODO DE 2002-2003

CABRAL, Jéssiane Schitini⁷⁵
GONÇALVES, Vivian Almeida⁷⁶
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁷⁷
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁷⁸

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever a relação das pessoas com seus hábitos alimentares, levando em consideração que o padrão de consumo alimentar está diretamente vinculado a diversos fatores sociais, tais como: renda, escolaridade, saúde, localização e outros. Busca-se explicar alguns dos malefícios e também as vantagens dos produtos consumidos em locais como praças de alimentação, lanchonetes, restaurantes e outros. O consumo também está ligado à questão financeira visto que, na maioria das vezes, uma refeição já processada para consumo direto é mais prático, mais econômico que uma refeição preparada pela própria pessoa, pois se comparado, pode apresentar um custo mais alto.

Uma vez que a renda do indivíduo se torna mais alta, a tendência é que haja um consumo maior de alimentos prontos para serem consumidos. A oferta é cada vez mais ampla no mercado, implicando diretamente no aumento do consumo em que quanto maior a renda, mais acesso a pessoa tem em consumir um produto pronto. Essa realidade está atrelada ao estilo de vida das pessoas, que ao longo do tempo busca pela praticidade e pela comodidade na hora de se alimentar.

⁷⁵ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: sisa-cabral@outlook.com;

⁷⁶ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: almeidavivian05@gmail.com;

⁷⁷ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁷⁸ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de *sites* selecionados da internet que discorriam sobre a alimentação dos brasileiros fora de seus domicílios.

DESENVOLVIMENTO

O consumo aumenta à medida que a pessoa reside mais próximo dos centros urbanos e ainda mais nas grandes cidades, onde há maior concentração de lanchonetes e outras redes alimentícias. O consumo em relação ao gênero revela que os homens consomem mais que as mulheres e, em relação à idade, à medida que aumenta, o consumo de comidas fora de domicílio é menos frequente. Outras variáveis afetam o consumo, como a renda, a escolaridade e o desemprego que se destacam como importantes fatores. No Brasil, segundo Bezerra *et al.* (2013), quando a renda da família cresce em 10%, ocorre um aumento de 3% nos gastos relacionados a essa variável.

Com a melhora da economia nacional e com a chegada de indústrias cada vez mais inovadoras de *fast food*, a oferta de alimentos se torna mais extensa, aumentando a competitividade no mercado, diminuindo o preço da oferta e aumentando a demanda. O consumo se torna cada vez maior pela facilidade de acesso, desde para as famílias com maior potencial econômico até para as de menor poder aquisitivo (MARTINS, 2013, s. p.).

No Brasil há ainda uma subdivisão por região quando associado ao consumo de alimentos fora de casa com o tamanho das famílias. Conforme Bezerra *et al.* (2013), no Norte e no Nordeste, quanto maior o número de pessoas em uma residência, menor a frequência com que se utiliza o dinheiro da família para gastos em restaurantes, lanchonetes e outros, já que são regiões indicadas como menos desenvolvidas. Em relação às demais regiões do país ocorre o inverso, quanto maior o número de pessoas residentes em um domicílio, maior é o consumo em restaurantes e lanchonetes, pois observa-se que nessas regiões as maiores famílias possuem maior estabilidade financeira.

O *marketing* exerce influência no consumo de produtos alimentícios. As ações que chamam a atenção do consumidor e trazem a sensação de necessidade e desejo são técnicas utilizadas para ampliar o mercado. É de grande interesse das indústrias o investimento em publicidade para atrair cada vez mais clientes. Alguns produtos, embora seja conhecido pela maioria da população mundial, ainda recebem investimentos em propaganda diariamente, como um artifício de manter o comprador na busca pelo produto (MARTINS, 2013, s. p.).

De modo geral, apenas 12% dos alimentos como arroz, feijão e legumes são consumidos fora de casa, o que gera uma situação gradativamente negativa e preocupante, já que o consumo é marcado por comidas de baixo valor nutricional, como por exemplo, refrigerantes, pizzas, salgadinhos, hambúrgueres e bebidas alcoólicas que são fontes de alto valor energético e em sua maioria possuem grandes concentrações de gorduras e açúcares (BEZERRA *et al.*, 2013, s. p.).

A comida caseira aparece como uma oferta limitada, tanto em gosto como em variedade, enquanto comer fora proporciona prazer através da diversificação da oferta, o que em última escala refere-se a um desejo de fuga da realidade cotidiana, passando ao extracotidiano por meio da alimentação (PERINI; GASTAL, 2016, s. p.).

Ao analisar a dieta dos brasileiros, de modo geral, é perceptível a presença frequente de arroz, de feijão, de pão francês, de manteiga, de café e de carne, principalmente bovina. Para Souza *et al.* (2013), no entanto, é encontrada em poucos pratos a presença variada de legumes e de hortaliças, pois com a chegada de mais lanchonetes e de mais novidades, a boa alimentação se tornou um costume que vem se perdendo ao longo do tempo.

Com o aumento do consumo de alimentos prontos as pessoas acabam perdendo o hábito da boa alimentação, mesmo quando se alimentam em suas próprias casas. Esse fato implica diretamente nos gastos mensais da família, pois em uma compra mensal, por exemplo, estarão presentes comidas nutricionalmente desfavorecidas, industrializadas, que apresentam um valor calórico relativamente mais alto quando comparado ao das comidas *in natura*. Estes produtos representam cerca de 30% do valor total do consumo alimentício de uma família. (CLARO, 2009, s. p.).

RESULTADO E DISCUSSÃO

De acordo com Bezerra e Sichieri (2010), os dados de 2002-2003 revelam que a frequência do hábito de comer fora de casa foi de 35%, a maior parte na região sudeste (38,8%) e menor na região Norte (28,1%). Acontece com mais frequência com indivíduos de 20-40 anos (42%), do sexo masculino (39% vs. 31%), da classe média alta (52%) e com maior grau de estudo (61%). Os alimentos mais consumidos fora de casa são: refrigerantes (12%), almoços (11,5%), açucarados (9,5%), salgados (9,2%) e *hambúrgueres* (7,2%). O consumo dos alimentos cresceu juntamente com a renda, com exceção das frutas e biscoitos. Os gastos médios semanais foram menores para biscoitos (R\$ 1,79) e açucarados (R\$ 2,02) e maiores para os almoços (R\$ 21,56).

Os dados revelam que diversas variáveis determinam a base do consumo fora do domicílio. Percebe-se que com o passar dos anos o consumo dos alimentos tende a aumentar por fatores tanto sociais como pela renda, por região, pela escolaridade e outros, como também pela influência da propaganda, que cada vez se torna mais apelativa, despreocupada com a saúde pelo fato de proporcionar bem-estar à população, e não necessariamente por uma alimentação saudável. (MARTINS, 2013, s. p.).

A atual demanda de alimentos fora de domicílio leva a uma má alimentação, que consequentemente acarreta uma série de problemas de saúde na população e também aumenta o índice de obesidade, visto que grande parte dos alimentos consumidos fora de domicílio são altamente calóricos. Também não são alimentos nutritivos, levando as pessoas a possuir um *déficit* de vitaminas, de nutrientes e de sais minerais essenciais ao corpo. Vale também acrescentar que os alimentos consumidos em lanchonetes, restaurantes, bares e outros, de modo geral, alcançam um preço de consumo muito mais elevado se comparado ao consumo doméstico de um mesmo produto ou semelhante. Com isso, temos um gasto exacerbado por conta de uma formação social que visa a uma comodidade não equilibrada a suas consequências. (BEZERRA *et al.*, 2013, s. p.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consumo da alimentação fora do domicílio na sociedade moderna cresce cada vez mais e é frequente em todas as regiões do Brasil. As políticas públicas devem propor estratégias para uma alimentação saudável e faz-se necessário a intervenção do ministério da saúde com a divulgação do problema em questão, levando conhecimento à sociedade acerca dos malefícios de uma má alimentação e da necessidade de hábitos saudáveis diariamente. Além disso, cabe às mídias e às empresas da área de alimentação a exposição de conteúdo com alerta aos danos na saúde presente na má alimentação.

Do ponto de vista econômico, é importante alertar a população em relação ao consumo de alimentos dos chamados *fast food*, que tem elevado preço em relação ao custo-benefício. É necessária a mudança de hábitos e revisão dos gastos dentro dos orçamentos para que as pessoas possam consumir uma alimentação saudável.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Ilana Nogueira; SOUZA, Amanda de Moura S; PEREIRA, Rosangela Alves Pereiral; SICHIERI, Rosely. **Consumo de alimentos fora do domicílio no Brasil**. Revista de Saúde Pública, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102013000700006 Acesso em: 12 mai. 2019.

BEZERRA, Ilana Nogueira; SICHIERI, Rosely. **Características e gastos com alimentação fora do domicílio no Brasil**. Scielo, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v44n2/01.pdf> Acesso em: 21 mai. 2019.

CLARO, Rafael Moreira, Renata Bertazzi Levy, and Daniel Henrique Bandoni. **Influência da renda sobre as despesas com alimentação fora do domicílio, no Brasil, 2002-2003**. Caderno de Saúde Pública, 2009. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0102-311X2009001100018&script=sci_arttext&tlng=es Acesso em: 12 mai. 2019.

MARTINS, Ana Paula Bortoletto; MARTINS, Ana Paula Bortoletto; LEVY, Renata Bertazzi; CLARO, Rafael Moreira Claro; MOUBARAC, Jean Claude; MONTEIRO, Carlos Augusto. **Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009)**. Revista

de Saúde Pública, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/rsp/2013.v47n4/656-665/pt/> Acesso em: 15 mai. 2019.

PERINI, Krisciê Pertile; GASTAL, Susana. **Comidas de Rua**: Concepções e práticas. Revista Hospitalidade, v. 13, n. 1, p. 162-181, 2016. Disponível em:

<https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/622/699> Acesso em: 22 mai. 2019.

SOUZA, Amanda de M.; PEREIRA, Rosangela A.; YOKOO, Edna M.; LEVY, Renata B.; SICHIERI, Rosely. **Alimentos mais consumidos no Brasil**: Inquérito nacional de alimentação 2008-2009. Revista de Saúde Pública, v. 47, p. 190s-199s, 2013. Disponível em:

[https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0034-](https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0034-89102013000200005&script=sci_arttext&tlng=pt)

[89102013000200005&script=sci_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0034-89102013000200005&script=sci_arttext&tlng=pt) Acesso em: 10 jun. 2019.

O CENÁRIO DE COMPETITIVIDADE ENTRE OS PAÍSES EXPORTADORES DE SOJA E A IMPORTÂNCIA DO PRODUTO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

SANTOS, João Vitor Lobato⁷⁹
CADEI, Gabriel Dutra⁸⁰
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁸¹
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁸²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o cenário de competitividade entre os países exportadores de soja, apresentando a relevância que a mesma tem na economia brasileira. Para tanto, será analisado a concorrência entre os países exportadores, sua importância para a economia brasileira e o papel da modernidade no contexto de produção da soja. O agronegócio brasileiro cumpre papel determinante para o bom desempenho econômico do Brasil, e a soja tem seguido como produto líder no setor.

A soja, em nível mundial, é a principal oleaginosa exportada e consumida, fato que se deve pela produção ser destinada tanto para o uso animal, quanto para o consumo humano. Importante considerar que por estar liderando como produto no agronegócio brasileiro, a soja passa por mudanças no que tange à modernização utilizada no cultivo, visando à competitividade entre os países exportadores e o maior crescimento na economia do país.

⁷⁹Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: joaovitor.icm.99@gmail.com;

⁸⁰Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: gabrieldutracadei@hotmail.com;

⁸¹Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁸²Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de pesquisas científicas encontradas em sites da internet e em obras literárias na área de economia.

DESENVOLVIMENTO

No contexto histórico pode-se observar que nas décadas de 70 e de 80 o cenário internacional do comércio de soja obteve um novo perfil com a entrada do Brasil e da Argentina no mercado, em que ambos se tornaram os principais concorrentes dos Estados Unidos, que antes exercia um quase monopólio do mercado mundial de soja (SAMPAIO, 2004, p. 04).

A soja se consolida como a oleaginosa mais cultivada no mundo. Sua cultura foi introduzida no Brasil em 1918, porém se destacou muitos anos depois, no fim da década de sessenta, com foco na alimentação de animais; a partir dos anos 90 a comercialização da soja cresceu de forma relevante como produto no mercado internacional e por fim se consolidou como uma das principais commodities do mundo (SAMPAIO, 2004, p.04).

Conforme dados da Embrapa, referentes ao ano de 2004, o Brasil só obteve importância econômica da soja:

A partir dos anos de 1940 que adquiriu alguma importância econômica, merecendo o primeiro registro estatístico nacional em 1941, no Anuário Agrícola do RS: área cultivada de 640 alqueires, produção de 450 toneladas (ton) e rendimento de 700 kg/ha. Nesse mesmo ano instalou-se a primeira indústria processadora de soja do País (Santa Rosa, RS) e, em 1949, com produção de 25.000 ton o Brasil figurou pela primeira vez, como produtor de soja, nas estatísticas internacionais (SILVA; LIMA; BATISTA, 2011, p.05).

Desde a década 90, a principal fonte de divisas do Brasil ocorreu por meio da exportação de soja, que correspondia a 30% da exportação total de produtos agrícolas e a

10% do valor total obtido nas exportações. A partir de 2003, o Brasil se tornou o principal exportador da soja, tendo como seus principais compradores a União Europeia e o Leste Asiático, principalmente a China (SAMPAIO, 2004, p. 04).

Atualmente, de acordo com os dados coletados no jornal "A folha de São Paulo", o Brasil é o maior exportador de soja do mundo, seguido dos Estados Unidos, fato este que se deve ao alto consumo da população chinesa. De acordo com Ferraz (2019), escritor do jornal da USP, o crescimento desse comércio não se deve apenas porque a China deixou de comprar o grão dos Estados Unidos, mas porque a soja brasileira está mais competitiva no mercado internacional. Outra razão, de acordo com o autor, que levou o país ao cenário de competitividade entre os maiores exportadores da atualidade - Brasil e Estados Unidos - deve-se à oferta mais barata do Brasil e tensões comerciais marcadas com a China que deixaram a carga norte-americana menos atrativa para compradores.

Nos últimos tempos o agronegócio brasileiro vem se tornando um setor de considerável relevância para o crescimento econômico. Pode-se observar a concretização desse fato em pesquisa sobre o aumento do PIB nacional. Segundo as pesquisas e balanços disponibilizados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a participação do setor no PIB passou de 21,4% registrados em 2014, para uma projeção de 23% em 2015, alcançado devido a participação da soja no agronegócio brasileiro.

Nesse sentido, acrescenta Hirakuri e Lazzarotto (2014) que a produção de soja marcou seu papel de relevância no agronegócio pelas discussões acerca da importância da pesquisa, da tecnologia, da infraestrutura e das cadeias produtivas no cultivo. Assim, deve-se considerar a produção de soja como uma das principais impulsionadores e responsáveis pelo crescimento do conceito de agronegócio brasileiro.

O mercado e o crescimento do produto estão atrelados ao processo de modernização pelo qual passou a agricultura brasileira. De acordo com Silva; Lima e Batista (2011):

A partir dos anos 1990, a agricultura brasileira passou por um processo de modernização, contribuindo para que a cultura da soja passasse por uma reestruturação ao longo da sua cadeia, devido à introdução de novas tecnologias. Esse processo aumentou a participação da cadeia

agroindustrial da soja para a economia do Brasil, tornando-a essencial para o crescimento da renda, emprego e das divisas da exportação (SILVA; LIMA; BATISTA, 2011, p. 04)

Além da modernização introduzida no cenário de produção, o destino da soja exportada também apresentou importantes mudanças, gerando uma competitividade entre os países exportadores. De acordo com Silva; Lima e Batista (2011), o crescimento positivo na produtividade da soja juntamente com os preços internacionais permitiram o Brasil ocupar uma posição de destaque entre os maiores produtores mundiais.

A cerca disso, Chiappa (2001 *apud* SILVA; LIMA E BATISTA, 2011), apresenta cinco fatores que segundo ele têm sido responsáveis pela elevação da participação da soja no mercado brasileiro, são eles:

O aumento da renda per capita; crescimento econômico acompanhado de uma maior distribuição do produto; crescimento econômico chinês e indiano; abertura econômica de países até então “fechado” do ponto de vista comercial; aumento da facilidade em investir em empresas dos mais diferentes países (CHIAPPA, 2001 *apud* SILVA; LIMA; BATISTA, 2011, p. 11).

Em 1997, a União Europeia (UE-27), que comprava dois terços da soja brasileira (incluindo neste cálculo grão, farelo e óleo), em 2012, a compra de soja caiu para 30%. Essa redução foi compensada pelo aumento das importações chinesas da soja, que beneficiou de forma direta o mercado brasileiro. Em 1997, as exportações para o país asiático representavam apenas 11% do total e, em 2012, chegou a 50%. (WESZ JUNIOR, 2014, p. 125).

RESULTADO E DISCUSSÃO

A grande participação da soja no agronegócio brasileiro e, por conseguinte no crescimento da economia, a produção passou por um processo de modernização que representou um grande avanço para os produtores e para o desenvolvimento econômico. De acordo com Arruda (2010), o cultivo da soja, em larga escala e mecanizada, passou a ser

a prática de produção dominante, e o Brasil passou a ser ocupado pela agricultura moderna deixando de lado a prática da pecuária extensiva e a agricultura tradicional.

A respeito do manejo e da logística da soja, pode-se ter como parte importante do processo a sazonalidade existente devido ao período de safra e transporte. No Brasil, o plantio é feito no segundo semestre do ano e a colheita no primeiro semestre. Tendo em vista que a colheita dos EUA ocorre no segundo semestre, a exportação brasileira deve ocorrer no primeiro semestre, e a exportação acaba concentrando-se neste período. Pensar em armazenar a soja para diluir a exportação ao longo de todo o ano, aparentemente não é bom negócio. A concentração acaba gerando picos de necessidade na estrutura logística do país, que devem ser transportados pelos portos, pelas hidrovias, pelas rodovias e pelas ferrovias, que são os principais meios de transporte para a exportação da soja no Brasil (PONTES, 2008, s. p.).

De acordo com Batalha (2010)

Um sistema de transporte eficiente contribui para gerar maior competitividade, além de proporcionar economias de escala, diminuição das perdas e a redução de custos. Diante disso, nos últimos anos, vem crescendo a utilização do transporte de mercadorias em processos que utilizem mais de um modal, pois além dos ganhos econômicos promove o uso racional do sistema de transporte. As combinações mais utilizadas são rodoviário-ferroviário e rodoviário-hidroviário (BATALHA, 2010, s. p.).

Entretanto, questões relacionadas à infraestrutura de transporte influenciam diretamente na capacidade de crescimento das exportações brasileiras. No que diz respeito ao modal rodoviário, de acordo com dados fornecidos pela Confederação Nacional do Transporte, CNT (2015), no Brasil, com um total de 1,72 milhões de quilômetros de rodovias, apenas 78% são pavimentadas e 12% são classificadas como ótimo em termo de condição de tráfego. No que tange ao sistema ferroviário nacional, segundo a CNT (2014), o mesmo apresenta problemas relacionados à invasão da faixa de domínio, falta de integração da malha, restrições à aquisição de nova tecnologia e de materiais. Por sua vez, o transporte hidroviário brasileiro tem apresentado reduzida competitividade em relação aos demais modais, principalmente, devido à falta de terminais de transbordo.

De acordo com Bahia *et al.* (2007), é importante estabelecer uma boa logística de transporte, pois o mesmo é capaz de identificar rotas mais viáveis para determinado conjunto de polos produtores, podendo com isso aumentar o desempenho brasileiro no mercado internacional de soja, acirrando a competitividade do Brasil e outros produtores mundiais.

CONSIDERAÇÕES FINAL

A exportação de soja e sua participação na economia brasileira são importantes para o agronegócio e representa um meio pelo qual a economia brasileira tem grande participação no mercado externo, contribuindo para o crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro.

A modernização implementada no cultivo e no manejo contribuiu de forma significativa para o Brasil aumentar a competitividade e liderar o *ranking* de exportação da soja. Importante levar em consideração que a modernização adotada proporcionou o avanço e o aumento do cultivo da soja, gerando riquezas e crescimento econômico para o país. É importante que o Brasil invista em tecnologia e transporte eficiente para que continue a liderar como um dos maiores exportadores do produto. A importância concentra-se na grande relevância que a soja tem para o crescimento econômico do Brasil.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Carolina; Teixeira, Sônia. **Desenvolvimento tecnológico na produção de Soja e seu impacto sobre o trabalho na região Sul de Goiás**. Disponível em:
<https://revistas.ufg.br/pat/article/download/6770/7309/>. Acesso em: 10 abr. 2019

BAHIA, Pablo; SOUZA, Milazes; TOBIAS, Maisa; BATISTA, Fábio. **Logística do transporte de soja para exportação: caso do estado do Mato Grosso**. Disponível em:
<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GOL-B517.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**: GEPAL : Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. vol 2;

CNT. Confederação Nacional de Transporte. Relatório Gerencial. **Pesquisa CNT de Rodovias 2015**. Disponível

em: http://pesquisarodoviascms.cnt.org.br/Relatorio%20Geral/PESQUISA_CNT2015_BAIXA.pdf>. Acesso em: Abr.2019

CNT. Confederação Nacional de Transporte . **Plano CNT de Transporte e Logística 2014**.

Disponível em:

<https://issuu.com/transporteatual/docs/plano_cnt_de_transporte_e_logistica/27?e=2235293/309071111>. Acesso em: Abr. 2019

FERRAZ, Jr. **Cresce exportação de soja do Brasil para a China**. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/atualidades/cresce-exportacao-de-soja-do-brasil-para-a-china/>.

Acesso em 10 abr. 2019.

HIRAKURI, Marcelo Hiroshi; LAZZAROTTO,Joelsio José. **O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro**. Infoteca, 2014. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/990000/1/Oagronegociodasojanocontextosmundialebrasileiro.pdf> Acesso em: 26 mar. 2019.

PONTES, Heráclito Lopes Jaguaribe. **Problemas logísticos na exportação brasileira da soja em grão**. Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Gestão, 2008. Acesso em: 22 mar. 2019.

SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. **A competitividade brasileira no mercado internacional de Soja**. Programa de Pós Graduação em economia. Universidade Federal do Pernambuco: centro de ciências sociais aplicadas. Departamento de Economia. Novembro, 2004.

SILVA, Ariana Cericatto da; LIMA, Érica Priscilla Carvalho de; BATISTA, Henrique Rogê. **A importância da soja para o agronegócio brasileiro: uma análise sob o enfoque da produção, emprego e exportação**. UNESC, 2011. Disponível em:

http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20rural%20e%20agricultura%20familiar/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DA%20SOJA%20PARA%20O%20AGRONEG%C3%93CIO%20BRASILEIRO.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019

WESZ JUNIOR, Valdemar João. **O mercado da soja no brasil e na argentina: semelhanças, diferenças e interconexões**. Revista de Ciências Sociais, 2014. Acesso em: 22 mar. 2019.

OS MALEFÍCIOS ECONÔMICOS CAUSADOS POR PARASITAS NA BOVINOCULTURA

LEPRE, Lucas Nunes⁸³
BOECHAT, Victor Hugo Menezes⁸⁴
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁸⁵
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁸⁶

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal evidenciar os danos e os prejuízos causados pelos parasitas à pecuária brasileira e as possíveis soluções para esse problema que gera transtorno social e econômico ao país. A análise será pautada especificamente nos parasitas que atacam a bovinocultura, um importante setor na cadeia produtiva da pecuária brasileira e mundial. A Índia é o país que possui o maior rebanho bovino do mundo em números totais, mas não faz uso dele devido às questões religiosas. Sendo assim, o Brasil ocupa o topo em termos de rebanhos criados para fins lucrativos.

Os bovinos de corte são os que são mais acometidos pelos danos dos parasitas, estimando em 20% na redução do ganho de peso, somando-se a isso os gastos indiretos com antiparasitários, onerando a atividade para os produtores. Desse modo, apesar da grande produção tanto de carne, quanto de leite, a bovinocultura enfrenta problemas em relação aos parasitas, tendo em vista os danos causados e os prejuízos que o país sofre com a perda, chegando à casa dos 18 bilhões anualmente ocasionados pela doença.

⁸³Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: lucaslepre16@gmail.com;

⁸⁴Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: victorhugoboechat@gmail.com;

⁸⁵Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁸⁶ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A bovinocultura está relacionada à bovinocultura de leite e de corte, cujo setor faz parte de um sistema de produção constituído por um conjunto de “tecnologias e práticas de manejo, bem como o tipo de animal, o propósito da criação, a raça ou grupamento genético e a eco região onde a atividade é desenvolvida”. (QUADROS, 2005 *apud* SILVA, 2012, s. p.). A importância econômica da bovinocultura de corte é reforçada pelas projeções estabelecidas para os próximos anos, em que o país desponta na produção de carne bovina para os próximos anos com “9,4 milhões de toneladas para a carne bovina. A carne bovina assume o segundo lugar no aumento do consumo com uma taxa anual estimada de 2%, entre 2011/2012 a 2021/2022” (BRASIL, 2017, s. p.).

Para Zoccal (2017), a bovinocultura leiteira também se faz importante no contexto social e econômico, apesar de ser um grande importador de lácteos é um setor importante setor no agronegócio brasileiro, empregando mais de 2 milhões de pessoas. Os dados podem ser reforçados por números de produção apresentados no anuário da Embrapa, o “Brasil produziu 35,1 bilhões de litros de leite em 2017. Em quatro décadas, produção nacional quadruplicou; Balança comercial é negativa, mas há potencial para aumentar as exportações” (EMBRAPA, 2018, s. p.).

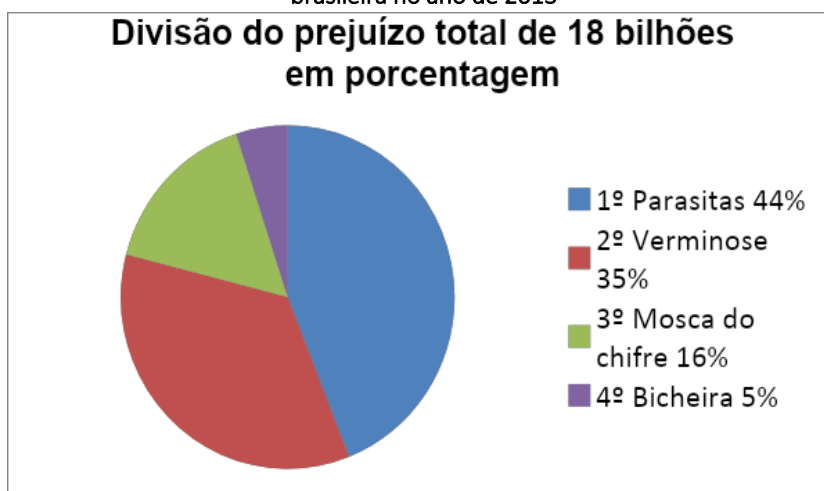
Nesse ramo, o país se encontra relativamente bem, o Brasil está classificado como o 5º maior produtor de leite em nível internacional, ficando apenas atrás da Índia, Estados Unidos da América, China e Paquistão (FAO, 2016 *apud* JUNG; MATTE, 2016, s. p.). A produção nacional de leite é uma atividade agropecuária que exerce grande importância econômica, segundo a FAO (2014), contribui diretamente para o PIB da América Latina com

cerca de 46% e com uma taxa de crescimento anual de 3,7%, superior à taxa global. Como já visto, o país alcança boa produção, porém apresenta baixa produtividade, com isso, para alcançar números melhores na produção devem-se combater fatores que afetam o ganho econômico. Inúmeros problemas afetam os bovinos e toda sua cadeia de produção, incidindo tanto nos animais do setor lácteo, como também aos destinados à produção de carnes, conforme descreve Dantas; Silva e Negrão (2010):

Um dos problemas que limitam a produção leiteira além do manejo nutricional incorreto é a incidência de ecto e endoparasitose e de algumas doenças causadas por diferentes patógenos que estão em contato direto com o animal e que podem provocar diversas doenças como; mastite, pododermatites, doenças reprodutivas e doenças infectocontagiosas, que pela frequência com que incidem sobre o rebanho, causam sérios danos a produção leiteira (NASCIMENTO; DIAS, 2008 *apud* DANTAS; SILVA; NEGRÃO., 2010, p. 03)

Os carrapatos, dentre os agentes parasitários, são aqueles que mais impactam a pecuária de leite e de corte. Cerca de 75% do rebanho bovino mundial sofre com este tipo de parasitismo. Segundo Dias (2001), os prejuízos causados por esse ectoparasita estão relacionados diretamente com a baixa conversão alimentar, com a queda na produção de leite, com a perda de peso e com a baixa qualidade do couro.

Gráfico 1: Prejuízos causados pelas doenças a bovinocultura brasileira no ano de 2013



Fonte: (EMBRAPA, 2017)

De acordo com o gráfico 1, observa-se que os parasitas causam os maiores danos, com uma perda econômica de quase 8 bilhões; em segundo, vem a verminose com prejuízo de 6.34 bilhões anualmente; em terceiro, encontra-se a mosca do chifre que gera uma perda de 3 bilhões; por último, a bicheira com 83.5 milhões, quando a mosca coloca a larva na ferida do animal, nesse estágio de larva pode-se considerar um endoparasita, aumentando para quase 50% o prejuízo causado por parasitas.

Em relação aos carrapatos, eles são causadores da TPB (Tristeza Parasitária Bovina), doença que causa alto índice de mortalidade no rebanho nacional. Não afeta só a saúde, mas também o bem-estar dos animais, causando prejuízos diretos e indiretos aos produtores. Segundo EMBRAPA (2017), os pecuaristas terão gastos extras com carrapaticidas e com medicamentos veterinários para tratar os animais, fora a diminuição na produção de carne e de leite.

As práticas realizadas pelos produtores e os insumos fornecidos pelas empresas para o combate, muitas vezes, não conseguem diminuir os parasitas, de modo que o uso indiscriminado de remédios se tornou um grande fator de influência para o crescimento do parasitismo na bovinocultura nacional. Conforme Sugisawa (2003), o uso indiscriminado de produtos químicos ocasionou o surgimento de cepas resistentes ao carrapato.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O país tem alcançado maiores índices de produção, porém com baixa produtividade, pois os parasitas causam um grande prejuízo. “No ano de 1986 estimava-se um prejuízo anual US\$ 2.98 bilhões a bovinocultura brasileira” (AGUILAR, 2013, s. p.). Porém, esse quadro não melhorou, piorou e muito, como mostram os dados das pesquisas de 2013, evicenciando que “atualmente o prejuízo mais do que quadruplicou, chegando a US\$ 18 bilhões por ano, somando-se endoparasita e ectoparasita” (EMBRAPA, 2017, s. p.).

Os parasitas se destacam como o maior causador de danos, entre alguns motivos está a não existência de agentes preventivos, além de o país possuir a peculiaridade de ser tropical, clima que favorece o ambiente perfeito da ploriferação dos parasitas, como afirma Cançado *et al.* (2012):

Boa parte dessas doenças, principalmente as provocadas por vírus e bactérias, podem ser evitadas ou controladas pelo uso de vacinas e outras medidas preventivas. No caso dos parasitas, é difícil a imunização do

rebanho e estes acabam sendo o problema sanitário de maior importância para a produção de gado de corte em todo o mundo, em especial nos trópicos (CANÇADO *et al.*, 2012, p. 178).

Em três décadas, os prejuízos causados pelos parasitas aumentaram cerca de mais de seis vezes, fazendo com que ocupasse quase 50% de toda perda econômica ocorrida na bovinocultura oriunda por doença. Existem algumas soluções para o controle dos parasitas, de modo que melhore a produtividade. Algumas delas, de acordo com a Embrapa (2017), são: escolher raças mais resistentes, fazer o uso de rotação de pastagem e o uso correto de aplicação de carrapaticida. Além de aplicar os carrapaticidas de acordo com as concentrações indicadas pelo fabricante. O problema do uso incorreto e intenso está relacionado à resistência do carrapato aos produtos disponíveis no mercado.

Segundo Sugisawa (2003), a falta de agentes preventivos leva a outro problema no combate dessa praga. Por não haver agentes preventivos, os produtores abusam no uso de produtos químicos para combater o problema, não solucionando o mesmo, fazendo com que os bernes e os carrapatos ganhem resistência aos remédios químicos. Isso está diretamente relacionado à falta de assistência técnica aos produtores, que agem por conhecimento próprio e não técnico, prejudicando a pecuária brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os danos e os prejuízos causados pelos parasitas à pecuária brasileira são preocupantes. A gravidade do parasitismo na bovinocultura nacional está relacionada ao prejuízo causado, que quadruplicou com o passar de quatro décadas. Como os parasitas estão atrelados a uma soma de fatores, eles despontam como o maior problema da pecuária, ocasionando mais dano e gerando grande perda à bovinocultura do país. Porém, existem inúmeras soluções para melhorar esse quadro como a realização de combate correto e eficaz, para os produtores alcançarem maior produtividade, conseqüentemente, obtém-se maior lucro e maior produção, com ganho econômico ao país.

O Brasil alcança um grande índice de produção, porém, tem uma baixa produtividade, tendo como principal causador os parasitas que contribuem para a redução na média de desempenho dos animais, seja na produção de leite ou de corte. Somando a isso, está a ausência de agentes preventivos, tornando o controle mais complexo, diminuindo consideravelmente o lucro dos produtores e causando prejuízo social e econômico ao país.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, D. **Parasitas causam prejuízo de 18 bilhões por ano a pecuária brasileira.** EMBRAPA, 2013. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1490042/parasitas-causam-prejuizo-de-18-bilhoes-por-ano-a-pecuaria-brasileira>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- BRASIL. Projeções do Agronegócio, 2016/ 2017 a 2026/2027. Projeções a longo prazo. *In:* Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-2017-finalizado.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- CANÇADO, P. H.D.; CATTO, J.B.; SOARES, C.O.; MIRANDA, P.de. A.B.; SOUSA. T.F.de; PIRANDA, E.M. A importância de se combater parasitas em bovinos. *In:* Controle parasitário de bovinos de corte em sistemas de integração. EMBRAPA, 2012. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/938978/1/Controleparasitariodebovinosdecorte.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- DANTAS, C.C.O., SILVA, L.C.R.P. e NEGRÃO, F.M. **Manejo sanitário de doenças do gado leiteiro.** Pubvet, 2010. Disponível em: <http://www.pubvet.com.br/uploads/197f9e1cf2895aa077d6c6e477cad2f4.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- DIAS, R. de O. S. **Prejuízos econômicos causados pelos carrapatos.** Milkpoint, 2001. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/artigos/producao/prejuizos-economicos-causados-pelos-carrapatos-16680n.aspx>. Acesso em: 12 mar. 2019.

EMBRAPA. Medidas preventivas ajudam no controle causados pelos carrapatos.

EMBRAPA, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30603344/medidas-preventivas-ajudam-no-controle-do-carrapato-bovino>. Acesso em: 19 mar. 2019.

EMBRAPA. **ANUÁRIO leite 2018**: Indicadores, tendências e oportunidades para quem vive no setor leiteiro. EMBRAPA, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1094149/anuario-leite-2018-indicadores-tendencias-e-oportunidades-para-quem-vive-no-setor-leiteiro>. Acesso em: 26 mar. 2019.

FAO. **Produção pecuária na América Latina e no Caribe**. FAO, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/prioridades/produccion-pecuaria/pt/>. Acesso em: 19 fev. 2019.

JUNG, C.F.; MATTE, A. A. J. **Produção leiteira no Brasil e características da bovinocultura leiteira no Rio Grande do Sul**. UNISC, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/viewFile/8446/6126>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SILVA, P. de M. **Dossiê técnico Bovinocultura**. CDT/Unb, 2012. Disponível em: <http://respostatecnica.org.br/dossie-tecnico/downloadsDT/NjEwNQ==>. Acesso em: 01 mar. 2019.

SUGUISAWA, L. Seleção de bovinos de corte resistentes ao carrapato. BEEFPOINT, 2003. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/selecao-de-bovinos-de-corte-resistentes-ao-carrapato-4786/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

ZOCCAL, R. **Dez países top no leite**. Revista Balde Branco, 2017. Disponível em: <http://www.baldebranco.com.br/dez-paises-top-no-leite/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BIODIESEL: OS BENEFÍCIOS DE SUA UTILIZAÇÃO COMO FONTE ALTERNATIVA

SILVA NETO, Tito Nunes da⁸⁷
CERQUEIRA, Gabriel Batista Musquim⁸⁸
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁸⁹
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁹⁰

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar os principais benefícios da utilização do biodiesel, destacando que o seu maior uso no mercado acarretará uma série de fatores positivos para a indústria e para a sociedade. O produto é natural, feito de óleo vegetal, a produção e o uso é menos poluente, emitindo 70% menos gases de efeito estufa que o diesel, gerando emprego e contribuindo para a economia do país. A mistura do biodiesel ao diesel diminui a agressão ao meio ambiente e atende aos três pilares da sustentabilidade: o social, o ambiental e o econômico. A produção do biodiesel pode diminuir a dependência dos derivados do petróleo, tornando, assim, uma fonte de combustível alternativa para os países.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

⁸⁷Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: nunes.tito007@gmail.com;

⁸⁸Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: gabrielbmc1@hotmail.com;

⁸⁹ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁹⁰ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

DESENVOLVIMENTO

O biodiesel é um produto natural e renovável, estimulando o setor agrícola, gerando emprego no campo e é ainda menos poluente. A produção é a partir de matérias-primas naturais, de gorduras animais ou de óleos vegetais como a mamona, o dendê, o girassol, o gergelim e a soja.

Para Silva *et al.* (2005), o aumento progressivo da mistura, obrigatória de 2% para 10% em 2018, levou à retomada do processamento interno da soja para produção de farelo e de óleo. Essa ação consequentemente aumentou a capacidade de gerar empregos em toda a cadeia produtiva. A agricultura familiar, agregada via selo de combustível social, tem garantido sua participação nas vendas de oleaginosas como soja, entre outras, contando, também, com a prestação de assistência técnica ao produtor rural que é essencial para a expansão futura da produtividade.

O Programa Nacional de Uso e Produção de Biodiesel (PNPB) prioriza as oleaginosas como o dendê e a mamona, produzidos pela agricultura familiar, encontrados demasiadamente nos territórios Norte e Nordeste. Na Bahia, a mamona, de acordo com o IBGE em 2006, configurou-se como produtor protagonista nacional, sendo a microrregião de Irecê responsável pelo maior percentual da produção, correspondendo por 73% em 2004. Quanto ao cultivo de dendê, o estado do Pará é o maior produtor, e a Bahia segue em segundo lugar, com destaque para a microrregião de Valença, equivalente a 76% em 2004.

A utilização de material renovável, como o biodiesel, prejudica menos o meio ambiente, já que é 57% menos poluente. De acordo com Nogueira (2012), com a adição de apenas 5% de biodiesel ao diesel, podem ser evitadas 12.945 internações por ano, resultantes de doenças respiratórias, poupando 1.858 vidas. Além do mais, o PNPB beneficia mais de 59 mil famílias rurais e 200 mil agricultores.

O produto estimula a economia nacional, gera emprego e renda em todos os elos da cadeia produtiva e incrementa a arrecadação de impostos. Para Duarte (2010), a adição do biodiesel não tem impacto na alta no preço do diesel e nem na inflação, que seria de 0,00021

e 0,00034 o impacto percentual inflacionário do biodiesel ao ano, em projeção feita pela Fundação Getúlio Vargas.

Conforme Silva *et al.*, (2005), em breve tempo, para a mistura B2 (mistura de 2% do biodiesel no diesel), espera-se que o B100 (100% de biosiesel sem a mistura do diesel) seja negociado cerca de 40% superior ao valor do óleo diesel, de acordo com o primeiro leilão de compra do biodiesel feito pela ANP, no dia 23 de novembro de 2005. Posto isso, o impacto sobre o custo de ônibus urbano, por exemplo, seria de menos de um centavo de real (R\$ 0,004), de acordo com os dados da tabela 1, o que, praticamente, mantém inalterado o preço final do preço de transporte para o consumidor.

Tabela 1:Variação em R\$ da adição do biodiesel ao diesel na tarifa de ônibus em Itabuna (Bahia)

2005		
Biodiesel > Diesel (%)	Aumento no preço da tarifa	
	B2 (R\$/L)	B5 (R\$/L)
10	0,001	0,002
20	0,002	0,005
30	0,003	0,007
40	0,004	0,010
50	0,005	0,012

Fonte: (SILVA *et al.*, 2005).

Percebe-se que a adição do biodiesel no diesel não terá um impacto significativo no preço final na tarifa de ônibus, exemplificado na cidade de Itabuna, na Bahia.

RESULTADO E DISCUSSÃO

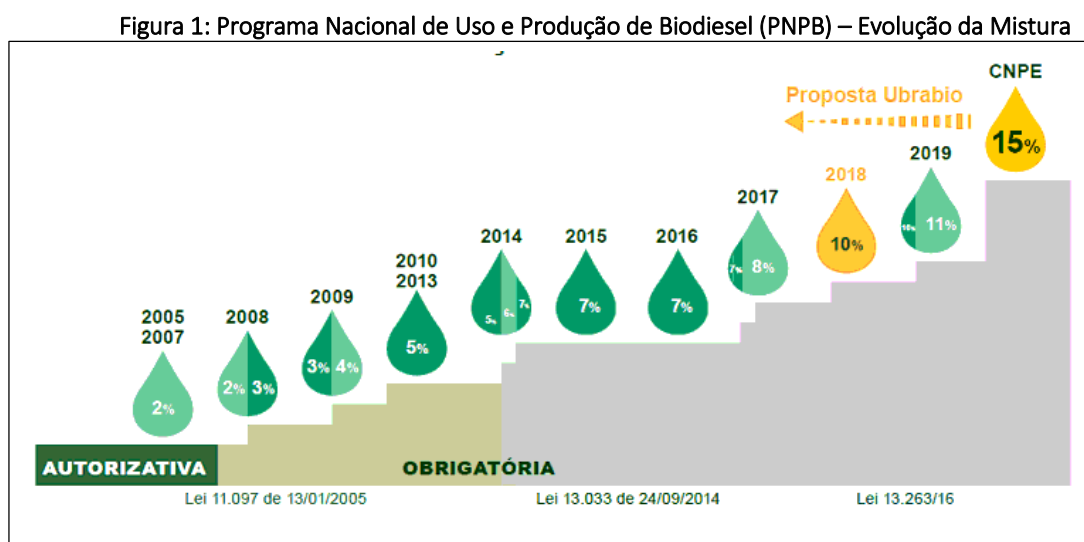
As importações do diesel estão aumentando para atender ao consumo nacional. A instabilidade e a crise econômica diminuíram o consumo interno, evidenciando que as importações de diesel pela Petrobras caíram 83,6% em 2015, e 15,8% em 2016. Mas, segundo a União Brasileira de Biodiesel, Ubrabio (2018), com as informações do Ministério da Indústria, Exterior e Comércio (MDIC), em fevereiro de 2017, as importações de diesel superaram 1,16 bilhão de litros. Em relação a janeiro do mesmo ano, 2017, foram

importados 831,7 milhões de litros apenas para abastecimento interno. Nos dois primeiros meses, chegaram a ser gastos 2,5 bilhões de reais.

Diferente do diesel que precisa atravessar o país para chegar aos postos, o Brasil dispõe de mais de 50 indústrias de biodiesel espalhadas pelo território nacional. Segundo Donizete Tokarski, diretor superintendente da União Brasileira de Biodiesel:

Nesse processo, a Petrobras perde oportunidade de negócios. Ora, ela não ganha nada com os outros importadores de diesel, mas poderia estar lucrando com a ampliação da produção nacional de biodiesel, já que a estatal tem um ganho em cada litro de biodiesel comercializado no país (TOKARSKI, 2017).

A proposta da União Brasileira de Biodiesel é que até 2023 possa ser misturado 15% do biodiesel (B15) ao diesel. Conforme a figura 1, a seguir, em 2019, já está sendo misturado no B11(mistura de 11% do biodiesel no diesel).



Fonte: (UBRABIO, 2018)

O setor de biodiesel tem um futuro promissor. Se tudo correr como planejado, a expectativa é que a produção brasileira de biodiesel praticamente dobre, chegando a 10 bilhões de litros em 2023, um grande avanço para o consumo do produto no país. Sakson

(2018, *apud* Alves, 2019) relata que o biodiesel é uma nova e ótima oportunidade para a cadeia de produção e também uma necessidade de introduzi-lo nos processos de produção. O trecho abaixo reafirma o que o pesquisador quer evidenciar:

É uma grande oportunidade para toda a cadeia de produção – que por sinal é extensa – desde transporte, termoelétricas, agronegócios, entre outros. O uso do biodiesel nos processos produtivos é uma necessidade emergente. Desta forma, reduziremos muito o efeito estufa no mundo e agregaremos mais valor em toda a cadeia (SAKSON, 2018, *apud* ALVES, 2019).

Se todo combustível utilizasse o B20, para Sakson (2018), o Brasil pararia de emitir dois milhões de toneladas de CO₂ por ano. Outro benefício é que os veículos não precisariam de alterações nos motores para conseguir utilizar o bicomcombustível.

Além de não prejudicar o meio o ambiente, o biodiesel vem se tornado uma grande fonte de geração de renda e novos empregos para os trabalhadores brasileiros. De acordo com Tokarski (2017), com dados da UBRABIO, nos quatro primeiros meses de 2018, foram criadas mais de 23.500 mil vagas de empregos no interior de São Paulo, nas cidades de Sertãozinho, Ribeirão Preto e Piracicaba. Mais um dado interessante é que parte da produção de biodiesel tem, em média, 30% da matéria-prima utilizada oriunda da agricultura familiar. Em 2017, circulou no país cerca de R\$ 4 bilhões com a venda e com a compra de produtos vindos da agricultura familiar, para aqueles que atuam no setor de bicomcombustíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O biodiesel representa um novo passo para o futuro da economia e para o meio ambiente com benefícios pela sua utilização. O produto mostra-se importante, pois além de ser uma fonte renovável, também pode ter um custo menor para o consumidor, contribuindo para diminuir o êxodo rural, gerando mais empregos na área rural e aumentando o PIB do país. Com a produção do biodiesel em larga escala e com o uso de

tecnologia, o custo de produção pode ser menor que o dos derivados do petróleo, deixando, assim, os países menos dependentes do petróleo e tendo uma fonte de combustível alternativa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jessica. **Brasil se fortalece como um dos maiores produtores de biodiesel no mundo**. Revista Cultivar, 2019. Disponível em: <<https://www.grupocultivar.com.br/noticias/brasil-fortalece-posicao-como-um-dos-maiores-produtores-de-biodiesel-no-mundo>> Acesso em: 16 mar. 2019.

DUARTE, Alice. **Os Impactos do Biodiesel**. Biodieselbr, 2010. Disponível em: <<https://www.biodieselbr.com/revista/020/impactos-biodiesel-1>> Acesso em: 15 fev. 2019.

NOGUEIRA, Danielle. **Biodiesel emite 57% menos gases poluentes, diz FGV**. O Globo, 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/biodiesel-emite-57-menos-gases-poluentes-diz-fgv-6096296>> Acesso em: 15 fev. 2019.

SILVA, Geovânia; MOURA, Mônica; MENEZES, Cezar; MIRANDA, Jaênes; ALMEIDA, José Adolfo. **Viabilidade Econômica do Biodiesel e impacto do seu uso no preço da passagem de ônibus na cidade de Itabuna, Bahia**. Universidade Estadual de Santa Cruz, 2005. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/5/811.pdf> Acesso em: 15 fev. 2019.

TOKARSKI, Donizete. Política Nacional para Biocombustíveis. **Biocombustíveis e a Aviação - Impactos Econômicos e Técnico-Operacionais – ABEAR**. UBRABIO, 2017. Disponível em: <<https://www.ubrabio.com.br/sites/1800/1891/PDFs/Apresentacoes/20170921BiocombustAveiseaAviaAAoImpactos.pdf>> Acesso em: 16 fev. 2019.

UBRABIO. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**. UBRABIO, 2018. Disponível em: <https://ubrabio.com.br/pnpb/> Acesso em: 18 fev. 2019.

AS DISTORÇÕES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

SILVA, Udson André Sousa⁹¹
SANTOS, Maycon Sousa⁹²
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁹³
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁹⁴

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é descrever a realidade do sistema penitenciário brasileiro, evidenciando as diferenças dos presídios masculinos dos femininos, pois ambos são constituídos por regras e por direitos, mas possuem necessidades diferentes.

Na ingerência da gestão pública no sistema penitenciário brasileiro acontecem descasos que acarretam homicídios, mortes por doenças e maus-tratos, infringindo às regras básicas dos direitos humanos; não pela ausência de verbas, mas pela falta de transparência e de um modelo sistemático nas cadeias do Brasil. O levantamento de dados realizado de 1998 até 2017 indicou o aumento dos índices de homicídios nos presídios brasileiros.

Faz-se necessário um modelo de políticas públicas para frear a onda de violência dentro das cadeias, viabilizando a interação do reeducando para pagar sua pena trabalhando, objetivo principal de reintegração do apenado na sociedade. Embora as presidiárias brasileiras recebam tratamentos iguais, elas possuem necessidades diferentes. O sistema carcerário brasileiro trata as mulheres exatamente como trata os homens, esquecendo que elas precisam de outras necessidades, como a utilização de mais

⁹¹Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: udsonandre72@hotmail.com;

⁹² Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: mayconsouzasouza@gmail.com;

⁹³ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com

⁹⁴ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

quantidade de material higiênico, de papel e de absorventes, e de exames, como o papanicolau e o pré-natal.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil apresenta a quarta maior população de presos do mundo. No total de 700 mil detentos, segundo os dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, existe um déficit de 250 mil vagas nas penitenciárias. As cadeias estão lotadas, a infraestrutura é precária, a violência está aumentando, a alimentação é imprópria, refletindo a omissão do Estado para com a população carcerária do país (BRASIL, 2018).

O Departamento Penitenciário Brasileiro analisou os dados de 2014 da população carcerária no país e estimou que parte da população carcerária é constituída, na sua maioria, por afrodescendentes, totalizando 61,7% por aqueles de cor preta e parda. A população branca, ao contrário, representa 37,22% dos presidiários e, em relação à escolaridade, no ano de 2014, 75% dos presos possuíam apenas o ensino fundamental completo e com baixa renda (BRASIL, 2018).

Empenhar-se em mapear a massa de presidiárias femininas no Brasil é como aprofundar num completo atraso relacionado ao sistema penitenciário feminino. Em 2010, estimava-se que havia aproximadamente 35 mil presidiárias em carceragem no Brasil. A jornalista Nana de Queiroz, autora do livro *Presos que menstruam*, deparou-se com a falta de dados do próprio sistema. Ela pesquisou um conjunto de penitenciárias do Brasil por quatro anos, evidenciando que o estado abandona as mulheres, já que têm necessidade de

absorvente e que, por modelo de estrutura única dos presídios, elas são obrigadas a usar papel higiênico para duas utilidades em vez de uma só.

Explana ainda que “ou naqueles momentos as detentas ficam grávidas, têm filhos e têm necessidade de amamentar”. Paolieri e Machado (2015), dialogando com presas de diferentes lugares do Brasil, adquiriu testemunhos de seus experimentos no interior das penitenciárias, traçando o propósito e o perfil de uma das presas durante o tempo que esteve no presídio, mostrando as deficiências do complexo prisional feminino.

A autora Nana de Queiroz aborda também a gravidez nas penitenciárias, a vida das crianças que vivem nesse ambiente hostil, a maneira como são tratados os familiares no decorrer da visitação, além do afastamento e do sofrimento físico e psicológico a que são subordinadas. A pesquisadora percebeu, então, o descaso do sistema penitenciário feminino do país, revelando os tabus que escondem o tema, como se não tivessem mulheres presas no Brasil, e o preconceito que existe ainda hoje sobre os presídios femininos (QUEIROZ, 2017, p. 69).

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, INFOPEN, que sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional, o Brasil teve 379 mortes de vários tipos registradas na parte interna dos presídios no ano de 2016, conforme dados fornecidos pelos 26 estados brasileiros, mais o Distrito federal. Os dados mostram que em média ocorrem mais de uma morte por dia, as quais não são naturais, são por homicídios e por suicídios. Cerca de 40% dos presos, em 2017, eram provisórios, ou seja, ainda não tinham condenação judicial, mais da metade dessa população é constituída por jovens de 18 a 29 anos e 64% são negros. A falta de profissionais da saúde nos presídios acarreta mortes, um alerta em 2017, ano em que o número foi 10 vezes maior do que o registrado em 1998, representado por 2.416 presos que morreram nos presídios. Estimativa registra 266 mortes por doenças graves, comparado ao ano de 1998, com registro de 26 mortes, representa um aumento considerável (INFOPEN, 2018, p. 02-03).

Segundo o levantamento realizado pelo Núcleo do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, comparando o ano de 1998 até 2017, a população carcerária aumentou de 9 mil para 51 mil, segundo o defensor Marlom Barcellos, coordenador do Núcleo de Sistema

Penitenciário - NUSPEN. O defensor relata ainda que o desleixo dos serviços de saúde das penitenciárias é uma das principais causas da mortalidade. Em relação aos motivos por estarem presos, mais de 60% das mulheres e 25% dos homens respondem por tráfico, a causa recorrente para ambos (G1. GLOBO, 2018, s. p.).

RESULTADO E DISCUSSÃO

Comparando com outros países, o Brasil apresenta baixos investimentos em programas educativos que poderiam contribuir para a ressocialização dos internos. Os índices de reincidência criminal nos presidiários brasileiros são altos, ou seja, os indivíduos que saem da prisão têm dificuldades de se reintegrar no mercado de trabalho e muitos voltam a cometer crimes. O sistema prisional do Brasil requer capacitação profissional e uma política de governo voltada para inclusão social dos apenados, reintegrando-os à sociedade aqueles com comportamento adequado e que não infringem normas e regras (BARRETO, 2017, s. p.).

O país deveria ter um plano de governo, que seria além das verbas propostas para o estado, um projeto sólido com a participação da sociedade e das empresas, as quais poderiam fechar acordos com o governo em troca da redução de impostos e da socialização dos ex-presidiários. Proposta como o desenvolvimento de projetos, buscando parcerias de órgãos públicos com a sociedade civil para que sejam oferecidos cursos e postos de trabalho a esse público. Existe um programa proposto pelo governo (APAC-Associações de Proteção e Assistência aos Condenados) destinado aos egressos do sistema prisional, para quem está cumprindo penas e medidas alternativas e para adolescentes em conflito com a lei. No início do programa em 2010, foram oferecidas 17.740 vagas de trabalho, desse total, 12.919 foram preenchidas. (BRASIL, 2017)

Segundo levantamento dos gastos com os presídios, a população carcerária brasileira é de 711 mil pessoas, e o gasto médio mensal de cada preso é de R\$ 2,4 mi. Um preso, em média, custa R\$ 80 reais por dia e, ao ano, cada um deles representa um gasto médio de R\$

29 mil. Ou seja, para manter a população carcerária é necessário R\$ 1, 7 bilhão por mês e, ao longo de um ano, as despesas totalizam R\$ 20, 47 bilhões (FERREIRA, 2017, s. p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos problemas encontrados no sistema prisional é a falta de estrutura dos próprios presídios que não tem capacidade para comportar os detentos e a inoperância do Estado em criar novas medidas de ressocialização. A falta de vagas nas penitenciárias que só faz gerar mais violência, aumentando assim, a criminalidade dentro dos presídios.

Mesmo com o aumento expressivo da população presidiária feminina, não houve uma reforma prisional no sistema, que fora projetado exclusivamente para os homens e não possui a capacidade de atender as particularidades típicas da mulher. Além da privação da liberdade, não é dada a atenção imprescindível para as necessidades fisiológicas do sexo feminino, que biologicamente é diferente do sexo masculino.

No cárcere, é esquecido que as mulheres passam por fases, e estas devem ser respeitadas, além de acrescentar várias outras garantias das reeducandas, como as visitas íntimas semanais, o uso de material higiênico, atendendo à demanda das internas. O sistema carcerário brasileiro trata as mulheres exatamente como trata os homens, demonstrando a incapacidade do governo de um olhar diferenciado de reeducar as internas e de reintegrá-las na sociedade.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Eduardo. **Brasil é o terceiro país com mais presos no mundo, diz levantamento**. O Globo, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-o-terceiro-pais-com-mais-presos-no-mundo-diz-levantamento-22166270> Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. **Sistema carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão**. Câmara dos Deputados - Brasília, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Infopen, traz dados consolidados.** Ministério da Justiça e Segurança Pública: Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil> Acesso em: 02 jun. 2019.

FERREIRA, Cláudia. **Brasil gasta 20 bilhões a cada ano para manter presos.** Jornal NH, 2017. Disponível em: https://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2017/01/noticias/pais/2062137-brasil-gasta-r-20-bilhoes-a-cada-ano-para-manter-presos.html Acesso em: 12 mai. 2019.

G1. GLOBO. **Número de presos mortos por doença em presídios do RJ cresce 10 vezes em quase duas décadas.** G1. Globo, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/07/numero-de-presos-mortos-em-presidios-do-rj-cresce-10-vezes-em-quase-uma-decada.ghtml> Acesso em: 10 jun. 2019.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias-INFOPEN Mulheres.** Ministério da Justiça e da Segurança Pública: Departamento Penitenciário Nacional, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf Acesso em: 15 jun. 2019.

PAOLIERI, Júlia; MACHADO, Wagner. **Prisões femininas:** presas usam miolo de pão como absorvente. Terra, 2015. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/prisoes-femininas-presas-usam-miolode-pao-como-absorvente,cbaec6a46c78ba371bf9e9b00dd051cd2i3uRCRD.html>; Acesso em: 15 jul. 2015.

QUEIROZ, Raquel. **Mulheres na prisão - peculiaridades femininas.** Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/575421-MULHERES-NA-PRISAO---PECULIARIDADES-FEMININAS.html> Acesso em: 05 jun. 2019.

BITCOIN: HERÓI OU VILÃO?

MACHADO, Albert Lima⁹⁵
AQUINO, Maria Giovanna de Almeida⁹⁶
NUNES, Neuza Maria de Siqueira⁹⁷
BRASIL, Maria Margarete Salvate⁹⁸

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever a entrada das moedas digitais também chamadas de moedas eletrônicas virtuais ou *bitcoin*, que servem como forma de troca no mercado digital e que, por sua vez, estão fazendo parte do mercado brasileiro e do mundo, seja pela demora de transporte de dinheiro de um lugar ao seu destinatário ou pela insegurança das pessoas ou das empresas em possuir dinheiro físico.

A ocorrência de roubos a carros fortes e a pessoas que saem de bancos demonstra a necessidade da criação de meios mais fáceis e seguros para o transporte de dinheiro, e é assim que está ocorrendo a substituição lenta e gradual da moeda física pelo *bitcoin*. A criptomoeda foi desenvolvida em 2008 e era utilizada inicialmente no mercado negro da internet, mas logo foram percebidos os seus benefícios, o que desencadeou a procura de um meio para conseguir mais a moeda e, assim, o mundo entrou na era das moedas virtuais.

⁹⁵ Graduando de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: albert.l.machado@hotmail.com;

⁹⁶ Graduanda de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: magiaquino@gmail.com;

⁹⁷ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁹⁸ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Os usuários da moeda digital *bitcoin* tendem a utilizar o pseudônimo de Satoshi Nakamoto para se referirem ao anônimo criador dessa inovação no ramo do comércio digital. Essa criptomoeda é um arquivo digital que está presente na internet e funciona como uma alternativa para utilizar o dinheiro, que não é impressa e está na rede. É uma moeda originada através de um sistema complexo de cálculos matemáticos que por sua vez gera combinações que têm como objetivo validar transações (*blockchain*) que estão na rede. Muitas pessoas emprestam seu computador para funcionar como plataforma de mineração e, em troca, ganham uma parte do valor gerado, chamados nesse mercado de mineradores. (BASSOTO, 2018, p. 01)

Segundo Bassoto (2018), o *bitcoin* tem em sua interface uma tecnologia chamada de *blockchain* que consiste em um livro de contabilidade que mostra as transações dessa moeda fazendo, assim, com que a transação seja imutável e segura. As informações são guardadas em blocos, registrados com a data e a hora e, a cada intervalo de dez minutos, é formado um novo bloco ligado diretamente ao anterior, criando assim, uma cadeia de blocos com o intuito de gerar uma maior segurança. (BASSOTO, 2018, p. 01)

Os mineradores que participam desse processo de verificação de transações e, para isso tendem a utilizar seus computadores, ganha uma quantia como empréstimo de sua máquina. Todos os usuários do *blockchain* têm acesso ao livro de movimentações, porém, é anônimo o nome do usuário, o que gera a seus utilizadores uma maior confidencialidade. (BASSOTO, 2018, p. 01)

Há inúmeras razões pelas quais essa nova classe de ativos capturou a imaginação das pessoas desde a sua criação em 2009 – o *bitcoin* exibe uma série de características que o tornam um conceito muito poderoso e atraente. Ele permite a transferência de valor direta, ponto a ponto, em transações totalmente sem confiança. É totalmente descentralizado, autônomo, grava todos os seus registros em um livro público e sua manutenção de registros é completamente imutável. (AMERICO, 2018, p. 01)

O *bitcoin* ainda está em fase de teste no Brasil, porém vem a cada momento adquirindo adeptos, sendo utilizado como forma de pagamento em diversos lugares, como a Wayne Tattoo, um estúdio de tatuagem paulista que aceita a moeda desde 2013. Outro estabelecimento que também aceita a moeda virtual é a PreVet Home, uma empresa paulista de tratamento animal. (MANZONI, 2018, p.2)

O *bitcoin* veio para revolucionar a economia mundial, tendo como características relevantes a rapidez na hora das transações, que pode ocorrer de entre dez a vinte minutos; e as taxas de transferências baratas, diferente das do cartão de crédito que cobra anuidades como forma de taxar sua utilização. A falta de controle do governo sobre a moeda pode gerar uma maior estabilidade por ser descentralizada e por sua vez, nem o governo e nem o banco pode tirá-la de seu dono. Outra vantagem é a segurança nas compras *on-line*, pois não exige a documentação na hora das compras e nas transações, gerando, assim, o anonimato, a segurança do usuário e, por não ser regulamentada pelo governo, não é atingida pela inflação, o que assegura o seu preço. (SÁ, 2017, p. 02)

Em meio a vários motivos que incentivam a utilização da criptomoeda, existem outros para o não uso. Para a criação da criptomoeda são necessários aparelhos físicos que consomem energia e necessitam de alocações específicas. Aos poucos, os aparelhos, estão sendo considerados de indústrias, pelo tamanho, pelo gasto e pelos resíduos que cada uma libera ao ambiente. O gasto de energia gerada pela mineração de *bitcoins* está relacionado diretamente com os vínculos de com blocos anteriores, gerando um maior trabalho a cada bloco. As principais operações de mineração de *bitcoin* estão na China (58%), onde a energia é barata pela utilização da queima de carvão mineral para produção, mas que acaba gerando poluição atmosférica. (POHL; REYES, 2017, p. 03)

A afirmação de que a criptomoeda pode ser considerada uma bolha especulativa não está de toda errada. Com uma argumentação simples, ela está cada vez mais sendo utilizada com irresponsabilidade pela falta de lastro. O lastro de uma moeda é o valor real dela e, neste caso, não tem. A valorização do *bitcoin* vem aumentando, pois a procura e as projeções crescem exponencialmente, enquanto sua segurança cresce aritmeticamente. (VALLE, 2017, p. 01)

A expansão da base monetária, em tese, deveria ser definitiva e imutável, o que ajudaria na segurança, pois com uma quantidade fixa evitaria a superprodução e uma possível crise. Embora haja preocupações, a proibição na geração de novas criptomoedas pode acarretar uma substituição rápida de moedas, o que geraria a queda de preço do *bitcoin* e, por sua vez, uma grande crise para o mercado. (VALLE, 2017, p.01)

O *bitcoin* nos dias de hoje pode ser um risco devido à relativa chance da proibição do governo pelo uso da moeda, por não ter lastro e ser anônima. Nesse caso, pode ser utilizada em *sites* ocultos da internet, na venda de armas, na pornografia, em fraudes e no tráfico. (HERNANDES, 2017, s. p.)

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os principais benefícios da criptomoeda são: a baixa taxa de transação da moeda, o que resulta em um atrativo aos usuários devido à economia que pode ser feita por eles; o *bitcoin* gera progressivamente uma tendência e pode ser utilizada em quase todos os lugares do mundo em substituição ao dinheiro, tendo em vista a universalidade do capital virtual; não pode ser taxada pelo governo, nem sofrer o protecionismo e a incidência de outras taxas que de certa forma prejudicariam os investidores. (MORENO, 2016, s. p.)

As transações não têm necessidade de autorização governamental, logo, pode-se assim movimentar grandes quantidades de dinheiro sem interferência do governo; pois a segurança imposta pelo mecanismo *blockchain* torna-o mais seguro. O seu transporte pode ser feito pela rede de internet ou mesmo por um aparelho de

reconhecimento e pode ser carregado para todos os lados, evitando, assim, o furto virtual como os ataques de *hackers*. (MORENO, 2016, s. p.)

Entretando, muitos são os riscos e as desvantagens por parte dessa nova tendência. Em alguns países, como no Brasil, há uma baixa aceitação devido à falta de incentivos por parte de investidores, e sua oscilação ajuda ainda mais a evitar a sua aquisição. E o medo da desvalorização assusta de certa forma os possíveis adquiridores dessa tendência, que por receio não adotam em bares ou em restaurantes a opção de pagamento por parte da criptomoeda. (KOCH, 2017, p. 01)

As constantes inovações dos meios tecnológicos junto às atualizações trazem o medo e o risco de obsolescência na programação, o que de certa forma desvaloriza os maquinários utilizados na mineração. Os *hackers* e os vírus presentes na internet tornam a insegurança um elemento possível, mesmo que seja difícil, existe a possibilidade de conseguir dados, e o dono da conta não tem direito a estorno ou mesmo um reembolso. A incerteza do estado pela utilização do *bitcoin* gera repercussão pela incerteza de se posicionar a favor ou contra a nova moeda. (KOCH, 2017, p.01)

O consumo enorme de energia que os processadores mecânicos utilizam como fonte para conseguir através da mineração mais *bitcoins* aumenta o custo de infraestrutura. Cada moeda nova criada gera uma dificuldade maior para criar a próxima. Devido aos vínculos existentes entre blocos, o processo gera diretamente a poluição ambiental por parte das instalações. (POHL; REYES, 2017, p. 03)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada da moeda *bitcoin* no mercado digital tem vantagens e desvantagens. A sua utilização ajuda nas transações, pois abre a porta da universalização do comércio em decorrência da facilidade de comunicação entre os investidores e os usuários. Entretanto, tem como principal preocupação a estipulação do seu preço, que por muitas vezes causou ao mundo enormes crises. Mesmo que o produto seja diferente, pode causar especulação pelo valor relacionado com a sua procura. Logo, se os investidores pararem

de procurar, seja por insegurança ou por sua substituição por outra criptomoeda, a moeda tende a cair e tornar obsoleta. Cabe a análise e a percepção de cada indivíduo se vale a pena correr os riscos em participar dessa tendência ou evitar a utilização da inovação monetária.

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Fernando. **Especialistas com 99% de certeza que o Bitcoin poderá chegar US\$ 10mil até o fim do ano.** Guia do Bitcoin, 2018 Disponível em: <https://guiadobitcoin.com.br/especialistas-certeza-bitcoin-chegar-10mil/> Acesso em: 11 mar. 2019.

BASSOTTO, Lucas. **Como funciona o Bitcoin? O guia completo.** Cointimes, 2018. Disponível em: <https://cointimes.com.br/como-funciona-o-bitcoin/> Acesso em: 11 mar. 2019.

BASSOTTO, Lucas. **O que é blockchain? Como funciona a tecnologia?** Cointimes, 2018. Disponível em: <https://cointimes.com.br/o-que-e-blockchain-como-funciona/> Acesso em: 11 mar. 2019.

HERNADES, Vitor. **Bitcoin: o que é e como investir ?.** Yubb, 2018 Disponível em: <https://blog.yubb.com.br/como-investir-em-bitcoin/> Acesso em: 12 mar. 2019.

KOC, Markus Buhatem. **Riscos e desvantagens do Bitcoin.** Medium, 2017. Disponível em: <https://medium.com/@markusbkoch/riscos-e-desvantagens-do-bitcoin-55967426ea7e> Acesso em: 12 mar. 2019.

MANZONI, Leandro. **8 estabelecimentos brasileiros que aceitam bitcoin.** Forbes, 2018. Disponível em: <https://forbes.uol.com.br/negocios/2018/01/8-estabelecimentos-brasileiros-que-aceitam-bitcoin/#foto3> Acesso em: 11 mar 2019.

MORENO, Yuri. **7 Vantagens do Uso de Bitcoins.** BTC, 2016. Disponível em: <https://blog.btcjam.com/2016/02/01/7-vantagens-do-uso-de-bitcoins/> Acesso em: 12 mar. 2019.

POHL, Ethel Baraona; REYES, ésar Najera. **El peso del Bitcoin.** Scielo, 2018. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-69962018000100032&lang=pt Acesso em: 23 fev. 2019.

SÁ, Victor. **Motivos para usar bitcoin**. Portal do bitcoin, 2017. Disponível em: <https://portaldobitcoin.com/motivos-para-usar-bitcoin/> Acesso em: 11 mar. 2019.

VALLE, Alberto. **Porque o bitcoin é uma bolha especulativa?**. Alberto Valle, 2017. Disponível em: <https://www.albertovalle.com.br/bitcoin-e-uma-bolha-especulativa/> Acesso em: 12 mar. 2019.

IMPORTÂNCIA DOS TRIBUTOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

BARRETO, José Guilherme Campos⁹⁹
VAILLANT, Júlia Teixeira¹⁰⁰
NUNES, Neuza Maria de Siqueira¹⁰¹
BRASIL, Maria Margarete Salvate¹⁰²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever a importância dos tributos para a prestação dos serviços públicos. Para o governo traçar as políticas públicas necessita da arrecadação de recursos para atender às necessidades da população e para a sua própria manutenção. O principal meio é através dos tributos, que estão relacionados com os impostos, com as taxas e com as contribuições que estão contidos no salário da população e no que as pessoas consomem. Eles são importantes, pois mantêm os serviços públicos como a educação, a saúde e a segurança e também para os investimentos em saneamento básico, em habitação, em calçamento e em urbanização.

Um dos problemas do governo brasileiro é que grande parte dos tributos arrecadados é destinado a pagar a dívida financeira interna e a cobrir as despesas do estado, diminuindo os recursos para aplicação em serviços essenciais à população.

MATERIAL E MÉTODOS

⁹⁹Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: joseguilhermecamposbarreto@gmail.com;

¹⁰⁰ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: juliateixeiravallant12@hotmail.com;

¹⁰¹ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com

¹⁰² Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece a legalidade do governo de receber tributos, determinando que a contribuição deva ser proporcional à capacidade do brasileiro, ou seja, para uma tributação justa, a pessoa que ganha mais deve contribuir mais, e o que ganha menos deve contribuir menos ou até ficar isento. Aqueles que deixam de pagar a tributação são chamados de sonegadores.

A sonegação de impostos é um crime social, pois a falta de recursos que seriam aplicados prejudica a sociedade como um todo. Adriana Aparecida, do Senac, diz que “o crime de sonegação fiscal é um crime contra a cidadania, que prejudica a estrutura socioeconômica do país e deve ser amplamente combatido pelo Estado e pela população através da conscientização de seus impactos” (FERREIRA, 2016, p. 03).

É importante a população entender sobre a educação fiscal, pois ela mostra a aplicação dos recursos arrecadados e que a sonegação, a pirataria, o contrabando, a falta de transparência e a corrupção contribuem para que a população seja a mais prejudicada. Existem várias campanhas que tentam alertar os consumidores brasileiros, porém muitos ainda usam da pirataria para “gastar menos”. A verdade é que isso prejudica os brasileiros, diminuindo a arrecadação, reduzindo a capacidade do governo em investir, ocasionando, por exemplo, o desemprego. Pode-se afirmar que “o desemprego é o pior problema nacional para 46% dos brasileiros” (BIZARRO, 2016, p. 01).

Os tributos compõem um conjunto de obrigações tributárias, tanto para as pessoas físicas, quanto para as pessoas jurídicas. No Brasil, segundo o Código Tributário Nacional (CNT), referem-se aos tributos as taxas, as contribuições de melhorias e os impostos. Taxa é uma contraprestação por uma atividade do estado, serviço de água potável e

esgotamento sanitário são exemplos de taxas. Contraprestação de melhoria é o pagamento que o indivíduo faz ao governo, porque teve seu imóvel valorizado em decorrência de uma obra pública. Por fim, os impostos não têm vinculação com uma contraprestação estatal, isto é, a sua receita não tem destinação reservada, e cada um deles é cobrado por uma das entidades, no âmbito federal, como o imposto de renda, a contribuição social, o COFINS, PIS e IPI, no estadual (ICMA) e no municipal (ISS) (BIZARRO, 2016, p. 02).

Cada brasileiro contribui com o pagamento dos tributos, e a maneira mais simples de pagá-los é pela compra de produtos e de serviços. Por exemplo, quando se compra R\$ 2,50 de pão francês, paga-se R\$ 0,42 de impostos, isto é, 16,86% do produto. O dinheiro é repassado ao estado para que ele gaste em políticas públicas conforme a necessidade da população. Sabe-se que um grande problema no país é a sonegação. Quando se pede a nota fiscal após uma compra, a empresa repassa o valor para o governo, e o governo devolve o valor para a sociedade em educação, em segurança, em saúde e em infraestrutura. O problema é que atualmente a sonegação no Brasil chega a R\$ 415.000.000 e, em função disso, aqueles que pagam têm que pagar mais ainda para compensar aqueles que não pagam (BIZARRO, 2016, p. 02).

Outros tributos, como a contribuição social sobre o lucro e o imposto de renda são calculados a partir do lucro contábil apurado pela pessoa jurídica, acrescido de ajustes positivos e negativos requeridos pela legislação fiscal. Também neste regime, o PIS e o COFINS são determinados através de um regime não cumulativo, acrescentando os valores das aquisições creditadas de acordo com os parâmetros e limites legais (TOM, 2019, p. 02).

No lucro presumido, realiza-se a tributação simplificada do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro, entretanto, no lucro presumido, o limite da receita bruta para poder optar, a partir de 2014, é de 78 milhões. As empresas tributadas pelo lucro presumido não podem aproveitar os créditos do PIS e do COFINS cumulativos, por estarem fora do sistema, no entanto, elas recolhem as contribuições com alíquotas mais baixas do que as exigidas pelo lucro real (TOM, 2019, p. 03).

No simples nacional, as normas são um pouco mais simplificadas no cálculo do recolhimento de tributos do imposto de renda, da contribuição social, do IPI, do COFINS e do PIS. Determinadas atividades e formas societárias estão vedadas de adotar o simples nacional (TOM, 2019, p. 03).

RESULTADO E DISCUSSÃO

Para Sanjuliano (2012), não se deve enganar usando o velho ditado “para quê ajudar na arrecadação, se vão roubar mais e mais?”, o entendimento deve ser que não se pode deixar de praticar a cidadania pelos casos de corrupção que ocorrem em nosso país. Através da prática simples de “solicitar” a nota fiscal das compras que são realizadas, aumenta o contingente de arrecadação dos tributos e, com isso, além de beneficiar a própria sociedade, passa-se o exemplo de cidadania adiante, para nossos amigos e familiares, afetando assim toda comunidade. Com o aumento da arrecadação, por meio dos órgãos competentes, podem dispor de mais recursos e destinar mais verbas para as áreas da educação, da segurança, da saúde, do saneamento básico entre outros. (SANJULIANO, 2012, p. 01)

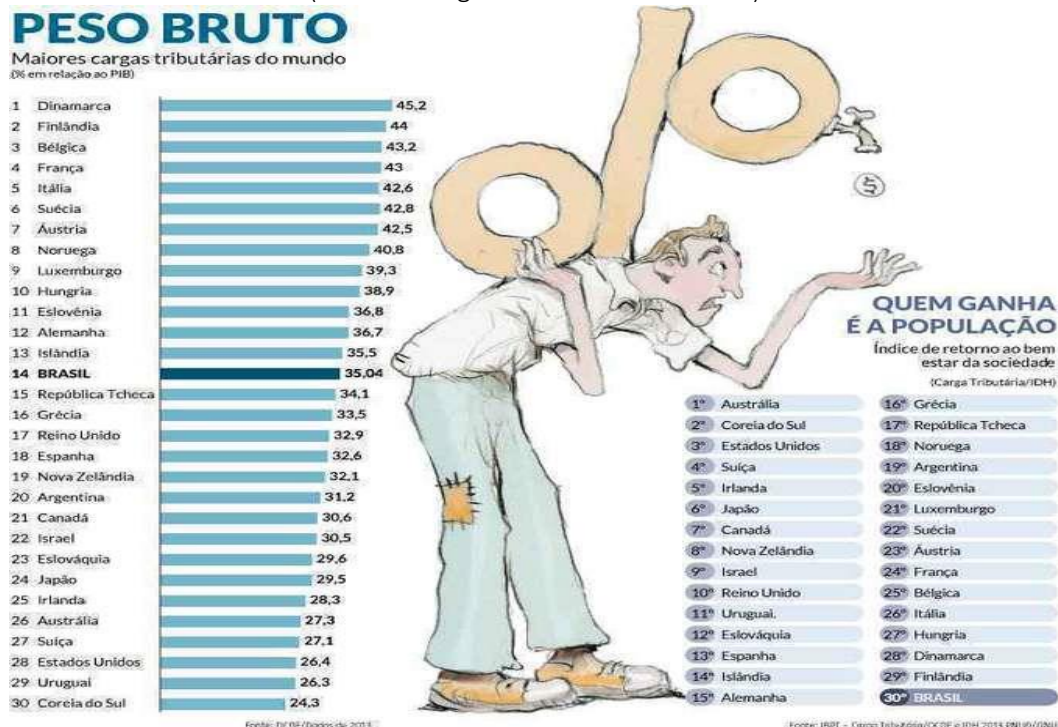
Com o aumento na arrecadação, ocorre um problema já bastante conhecido que é a corrupção com o dinheiro público. Hoje existem diversos órgãos que ajudam na fiscalização do uso da verba pública, como observadores sociais, tribunal de contas, ministério público entre outros. Todos devem ajudar a fiscalizar o dinheiro arrecadado, participando ativamente da política dos municípios, fiscalizando as licitações, comparecendo às sessões da câmara de vereadores, simples atitudes que ajudam no combate à corrupção e ao desperdício do dinheiro público. (SANJULIANO, 2012, p. 02)

A responsabilidade de exercer a cidadania, pagando os tributos, é de toda a população, e também dos proprietários de empresas que devem se conscientizarem, recolhendo todos os tributos devidos em suas empresas e declarando os seus ganhos corretamente. (FONSECA, 2017, p. 01)

Uma dica importante para as empresas é que realizem o planejamento tributário, pois irá recolher seus impostos de maneira lícita, e da maneira menos onerosa para sua lucratividade. Às vezes, por falta de conhecimento e de formação dos gestores, as empresas acabam sonegando ou recolhendo mais tributos do que realmente deveriam. Por não agir de forma lícita, o prejuízo acaba sendo ainda maior, pois as multas aplicadas são altas, além de prejudicar toda a sociedade que deveria receber mais benefícios pela arrecadação que não ocorreu. (SANJULIANO, 2012, p. 02)

Por isso, observa-se que não é fácil exercer a cidadania, mas não é algo impossível, se todos praticarem, pode se tornar algo saudável para toda sociedade. Como foi dito acima, a conscientização deve ser de todos e também dos empresários para com suas empresas, assim todos são beneficiados, e a sociedade sempre terá uma melhoria de vida, elevando os índices de qualidade do país. (FONSECA, 2017, p. 02)

Figura 1: Peso Bruto
(Maiores cargas tributárias do mundo)



Fonte: (FONSECA, 2017)

De acordo com a figura 1, o Brasil está no *hall* dos países no qual mais se recolhe tributos. Ainda que muito importante para o desenvolvimento do país, deve existir uma

reforma tributária urgente, pois as pessoas com condições financeiras menos favorecidas são os que mais pagam impostos. (FONSECA, 2017, p. 01)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tributos são importantes para a prestação dos serviços públicos, entretanto os brasileiros reconhecem que as altas taxas cobradas e a má distribuição dos tributos não são aplicadas em áreas que deviam ser prioritárias, como a educação e a saúde, afetando diretamente na vida da população brasileira e no desenvolvimento do país. Uma reforma tributária precisa ser feita para uma possível redução dos impostos, ocasionando não só a melhor aplicação de recursos, mas a redução dos preços de bens e serviços.

REFERÊNCIAS

- BIZARRO, Carolina da Rocha. **A importância dos impostos para o desenvolvimento do Brasil**. Um mundo visto por gestores, 2016. Disponível em: <https://ummundovistoporgestores.wordpress.com/2016/05/31/a-importancia-dos-impostos-para-o-desenvolvimento-do-brasil/> Acesso em: 03 abr. 2019.
- FERREIRA, Adriana Aparecida Pacheco. **O custo da sonegação**. SENAC, 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/TCC-Adriana-Aparecida-Pacheco-Ferreira.pdf> Acesso em: 05 abr. 2019.
- FONSECA, Marcelo da. **Imposto no Brasil é alto, mas o retorno em serviços é baixo**. Revista eletrônica “EM.com”, 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/04/03/internas_economia,859247/imposto-no-brasil-e-alto-mas-o-retorno-em-servicos-e-baixo.shtml Acesso em: 04 abr. 2019.
- SANJULIANO, Alan Tiago. **A Importância dos Tributos para a Sociedade**. Revista Eletrônica “GSG”, 2012. Disponível em: <https://gsgconsultoria.wordpress.com/2012/03/26/a-importancia-dos-tributos-para-a-sociedade/> Acesso em: 03 abr.2019.
- TOM, Carim. **Descubra o que é o Simples Nacional e suas vantagens para pequenos empresários**. Revista eletrônica “Conta azul”, 2019. Disponível em: <https://blog.contaazul.com/o-que-e-simples-nacional/> Acesso em: 03 abr.2019.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL NO PERÍODO DE 2003 - 2010

MURUCI, Kathleen de Almeida¹⁰³
PIMENTEL, Ana Carolina Zanardi¹⁰⁴
NUNES, Neuza Maria de Siqueira¹⁰⁵
BRASIL, Maria Margarete Salvate¹⁰⁶

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever a economia do Brasil no período de 2003 a 2010, mostrando a evolução econômica do país, que teve maior índice de desenvolvimento nas últimas décadas. O governo de Lula realizou mudanças e obteve avanços na economia brasileira, como por exemplo, o Produto Interno Bruto, com um crescimento anual de 0,4%.

Diminuição do desemprego, aumento da renda salarial, diminuição da pobreza e diminuição da inflação foram algumas das conquistas no período, sem mencionar o setor econômico empresarial, que também foi destaque. Os projetos de financiamento na educação brasileira foram excelentes, pois ajudaram no giro da economia, aumentando o número de cidadãos de classe média baixa que não tinham acesso e passaram a ter. O bom desenvolvimento da economia teve início em apenas alguns meses após a posse do novo governo.

Os dados e as análises revelam que houve melhoras na economia durante o período com as mudanças que foram feitas, mesmo com uma pequena crise no ano de 2009.

¹⁰³ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: katthmuruci@hotmail.com;

¹⁰⁴ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: carolzanardi20@gmail.com;

¹⁰⁵ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com

¹⁰⁶ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e artigos científicos que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Salatiel (2018), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva governou o Brasil por oito anos, de 2003 a 2010, obtendo avanços no crescimento na economia brasileira. Ao ser eleito, ele nomeou como Ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho e, para comando do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, que mantiveram as políticas do Plano Real e, assim, conseguindo a estabilidade econômica. O Produto Interno Bruto (PIB) do país obteve um crescimento anual de 4,0% em ambos os mandatos, o que é um índice alto, pois quando comparado ao período de 1981 a 2002, representa quase o dobro. O controle da inflação e a queda na taxa de desemprego foram alguns dos indicadores de que o país estava crescendo. O Brasil saltou do 8º para o 12º lugar no *ranking* de maiores economias mundiais.

Salatiel (2018) diz em um estudo divulgado no dia 11 de fevereiro de 2010, pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), que de junho de 2003 a julho de 2008 foi a maior fase de expansão para economia brasileira nas últimas décadas. A análise desse estudo contou com a participação de seis economistas, além do ex-presidente do Banco Central, destacando o bom desenvolvimento da economia alguns meses após a posse do ex-presidente, mais precisamente, seis meses, continuando por 61 meses. De acordo com o autor, a redistribuição de renda foi um destaque através de programas sociais, como o Bolsa Família e o aumento do salário mínimo, que aumentou de R\$ 200 para R\$ 510 entre os anos de 2002 a 2010, permitindo o crescimento de classes baixas.

De acordo com Curado (2011), o efeito das políticas adotadas pelo governo em relação à pobreza também foi muito significativo. A taxa da extrema pobreza reduziu para

7,28% em 2009. A queda da pobreza ocorreu por vários fatores, porém, a aplicação no mercado formal de trabalho e o crescimento econômico foram fatores extremamente importantes.

Para o autor, o setor econômico empresarial também foi destaque nesse governo, o consumo aumentou e, por sua vez, estimulou o investimento no comércio. Isso resultou em uma diminuição de 43% de brasileiros com renda inferior a R\$ 140 mensais. Na economia internacional, o Brasil reforçou os laços comerciais e políticos na Ásia, na América do Sul e na África.

Segundo os estudos de Bezerra (2019), no ano de 2008, começou uma crise na Europa e nos Estados Unidos da América, mas não afetou diretamente o Brasil. O governo precisou reduzir alguns impostos no PIB, os que incidiam sobre os eletrodomésticos, por exemplo.

Ainda de acordo com Bezerra (2019), os projetos direcionados à educação ajudaram a movimentar a economia, os quais podem ser citados: o Enem e o SISU (para universidades públicas), o PROUNI, os sistemas de cotas e a abertura de novas universidades. Os projetos desenvolvidos no período contribuíram para a economia brasileira e para o aumento do número de pessoas de classe média baixa a ter acesso aos estudos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Com base nos estudos de Biancarelli (2014), a política econômica no governo Lula foi direcionada para o controle de inflação e para a redução da dívida pública. A baixa taxa de crescimento no ano de 2003 foi compensada por controle gradual de outras variáveis macroeconômicas importantes. Nos anos seguintes, houve uma melhoria na situação econômica mundial, o que também influenciou no avanço da economia brasileira. Já em 2004, o PIB iniciou uma sequência positiva por cinco anos, e, durante todo esse período, o dinamismo da economia teve uma média muito maior que em duas décadas.

De acordo com o gráfico 1, a seguir, observa-se a evolução do crescimento econômico no período compreendido de 2003 a 2008.



Fonte: (ALCOFORADO, 2015)

Depois das oscilações do crescimento econômico, representadas no gráfico 1, houve uma crise no ano de 2009 com valor negativo de -0,33. A economia ficou no vermelho, mas, no ano seguinte, obteve um crescimento fora do esperado. O gráfico 1 mostra como a economia variou muito de ano para ano. De 2009 para 2010, a variação da economia está completamente no negativo, e, no ano seguinte, o crescimento foi representativo.

Campos (2018), o governo Lula não foi apenas de melhorias, a diminuição do dólar também é algo a ser citado. Em uma entrevista, o Ministro da Fazenda disse que o presidente Lula havia vedado ao Banco Central a venda de reservas. Logo após dois dias, a cotação do dólar subiu de R\$ 2,05 para R\$ 2,45. Após o acontecimento, o então presidente propôs ouvir os argumentos do ministro Henrique Meirelles e, assim, aceitou vender partidas reservas internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de 2003 a 2010 a economia brasileira no governo Lula obteve avanços significativos. O país se desenvolveu e houve melhorias nos indicadores econômicos. Embora em 2009 tenha ocorrido uma crise, esta não afetou tanto a economia brasileira. Os projetos desenvolvidos no período ajudaram a população de classe média baixa, tirando muitos da extrema pobreza e assim melhorando a qualidade de vida. É também considerável mencionar que o PIB brasileiro teve um aumento maior do que as duas décadas anteriores, o que foi extremamente importante para a economia brasileira.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Fernando. **O Brasil atual e suas perspectivas**. *Slide Share*, 2015. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/falcoforado/o-brasil-atual-e-suas-perspectivas> Acesso em: 10 mar. 2019.

BEZERRA, Juliana. **Economia no governo Lula**. Toda Matéria, 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/governo-lula/> Acesso em: 10 mar. 2019.

BIANCARELLI, André M. **A Era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda**. USP, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82400/85378> Acesso em: 06 mar. 2019.

BRASIL, Da Agência. **FGV: 'Era Lula' foi melhor fase da economia brasileira dos últimos 30 anos**. UOL, 2010. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2010/02/11/era-lula-foi-a-melhor-fase-da-economia-brasileira-dos-ultimos-30-anos-diz-fgv.htm> Acesso em: 06 mar. 2019

CAMPOS, Marcelo. **A Economia de Lula**. Vinte&Um, 2018. Disponível em: <https://medium.com/vinte-e-um/a-economia-de-lula-4d2a570c3449>. Acesso em: 20 mai. 2019.

RICARDO, Jonathan Guedes da Silva. **O giro da economia nos governos Lula, Dilma e Temer: da euforia ao rombo nas contas públicas no Palácio do Planalto**. Revista Estação Científica, 2018. Disponível em: <http://portal.estacio.br/media/3730423/o-giro-da-economia-nos-governos-lula-dilma-e-temer.pdf> Acesso em: 06 mar. 2019.

SALATIEL, José Renato. **Era Lula (2003-2010) - Governo foi marcado por melhorias sociais e escândalos políticos.** UOL, 2018. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/era-lula-2003-2010-governo-foi-marcado-por-melhorias-sociais-e-escandalos-politicos.htm?foto=27> Acesso em: 06 mar. 2019.

CITRICULTURA: A EXPORTAÇÃO DA LARANJA NO PERÍODO DE 2010-2015

MARÇAL, Lívia Castanheira¹⁰⁷
SILVA, Éllida de Souza Batista¹⁰⁸
NUNES, Neuza Maria de Siqueira¹⁰⁹
BRASIL, Maria Margarete Salvate¹¹⁰

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever a importância econômica da citricultura, essencialmente da laranja, para a produção nacional brasileira. A laranjeira é uma das árvores mais cultivadas e conhecidas do mundo. É nativa da Ásia, porém existem muitas controvérsias sobre sua origem. As pesquisas indicam que os cítricos teriam sido descobertos no leste asiático há 2000 A. C. com o nome científico de *citrus sinensis*.

O setor citrícola teve um crescimento expressivo, tornando-se desenvolvido e competitivo, expondo o Brasil como um dos maiores produtores mundiais de laranja desde os anos 80. Em alguns períodos seguintes, com significativa queda da produção na Flórida, nos EUA, teve como reflexos valores recordes nos preços do suco e da fruta, fazendo com que a citricultura brasileira crescesse em produtividade e em desempenho.

Com a evolução tecnológica e com investimentos na citricultura, o Brasil atualmente está como o líder mundial em produção de laranjas e como maior exportador de suco concentrado. O país produz mais de 50% da produção mundial de suco de laranja, sendo responsável por 85% das exportações mundiais do produto. Ou seja, de cada cinco copos de suco de laranja consumidos no mundo, três são produzidos nas fábricas

¹⁰⁷ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: liviacastanheira18@gmail.com;

¹⁰⁸ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: ellidadesouzabatista@outlook.com;

¹⁰⁹ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

¹¹⁰ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

brasileiras e, além disso, o suco de laranja é a bebida de frutas mais consumida no mundo, com 35% de participação entre os sucos.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a formação deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado

DESENVOLVIMENTO

A trajetória e a origem da laranja são pouca conhecida. Alguns estudos mostram que a laranja foi levada da Ásia para o norte da África e de lá para o sul da Europa, e da Europa introduzida no Brasil. As primeiras plantas cítricas foram introduzidas no Brasil pelos portugueses, que trouxeram as mudas da Espanha logo no início da colonização (NEVES; JANK; LOPES; TROMBIN, 2006, p.19). Para Alcantara (2017), a explicação é que:

Nessa época os portugueses trouxeram da Espanha as plantas cítricas, seu principal objetivo era o abastecimento de vitamina C. Sua adaptação foi fantástica até mesmo podia-se confundir com as plantas nativas, obteve-se assim uma variedade particular, conhecida internacionalmente: A laranja de umbigo ou laranja Baiana. Surgida por volta de 1800, em Salvador. A propagação desta laranja e de mudas enxertadas fez com que a citricultura tornasse ramo da agricultura brasileira (ALCANTARA, 2017a, p.19).

A produção de laranja era feita de maneira simples, em caráter familiar, em fazendas, em quintais para fins de consumo familiar. A produção tomou proporções maiores quando ocorreu a primeira exportação da fruta para a Argentina em 1910 (ALCANTRA, 2017b, p.19).

O Brasil produz metade do suco de laranja do mundo e a exportação representa uma receita anual de US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2,5 bilhões. Em 50 anos, considerando preços

de 2010, o setor citrícola representou para o Brasil uma receita de quase US\$ 60 bilhões (NEVES *et al.*, 2010, p.19). De acordo com Neves *et al.*:

Apesar de todo sucesso no Brasil e no mundo, a Citricultura atualmente enfrenta uma terrível praga, que ameaça toda a produção nacional e mundial. Esta praga seria o *Greening*, tendo sua descoberta na Ásia há mais de 100 anos aproximadamente, tendo sua identificação no Brasil no ano 2004, nas regiões Leste e Centro do Estado de São Paulo. Nos dias de hoje, está presente em todas as regiões citrícolas paulistas e também nos pomares de Minas Gerais e no estado do Paraná, além de países vizinhos como Argentina e Paraguai, na América do Sul, também podendo ser encontrada em quase todos os países da América Central e Caribe, além de México e Estados Unidos, na América do Norte (NEVES *et al.*, 2010 *apud* FUNDECITRUS, 2013, p. 21).

A incidência de *greening* atingiu 18,15% das laranjeiras do cinturão citrícola de São Paulo, do Triângulo e do Sudoeste Mineiro, o maior patamar alcançado desde a descoberta da doença no Brasil, em 2004. Isso significa 35,3 milhões de árvores doentes, 3 milhões a mais do que no ano passado, de acordo com os dados obtidos pelo Fundo de Defesa da Citricultura (ALCANTARA, 2017, p.22). O fungo é comum nos próprios laranjais. Na prática, ele é colocado em contato direto com o alvo, a base para o produto é o fungo. Uma vez no interior do inseto, o fungo segue seu processo liberando enzimas e metabólitos que matam o inseto. Sempre pensando em produzir de uma forma sustentável, procura-se combater o *psilídeo* que causa a *greening*. O produto causa poucos danos à natureza e nem mata insetos benéficos, além de ser eficaz no combate a outras pragas do setor (PEDREIRA, 2018, s.p).

RESULTADO E DISCUSSÃO

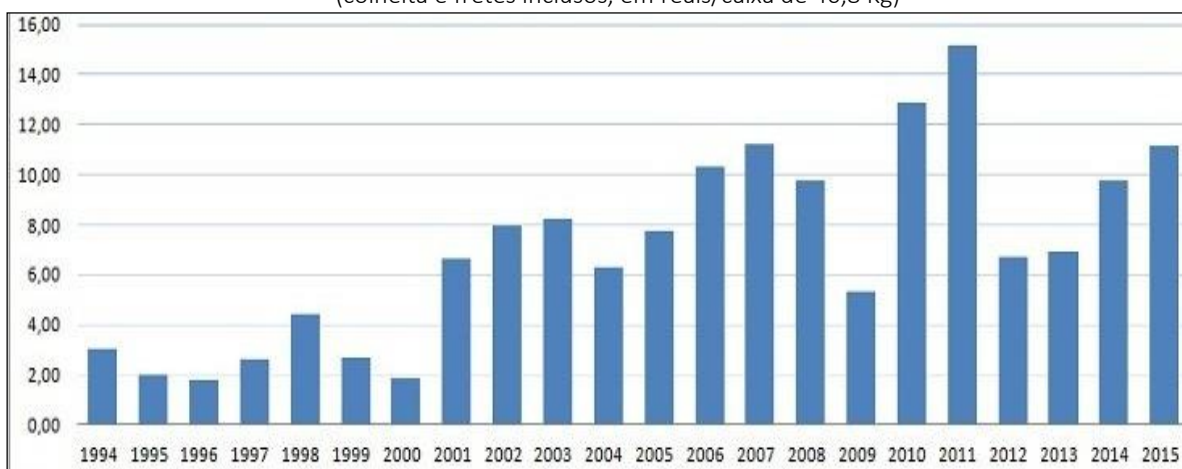
A produção da fruta é distribuída ao longo de todo território brasileiro. O estado de São Paulo é a região onde se encontra a maior produção entre os maiores produtores de laranja do Brasil, seguido dos estados da Bahia, de Sergipe, de Minas Gerais, do Paraná e por fim do Rio Grande do Sul. A existência da fruta no Brasil ocorreu a partir do período da colonização e, em 1930, ganhou grande valor comercial. A citricultura teve um grande

avanço no estado de São Paulo, contribuindo efetivamente e gerando bons resultados econômicos, como também, conseguindo ótimas condições no mercado internacional graças a uma produção média nacional de 553 caixas de sucos de laranja (SAVENHAGO, 2018, s. p.).

Com o passar dos anos a laranja sofreu alterações no consumo devido à oferta crescente de bebidas não alcoólicas, como a de sucos de outras frutas, néctares e refrescos que cresceram intensamente, prejudicando a demanda do suco de laranja. De 2003 a 2015, a queda foi de 19% de redução nos 40 principais mercados da bebida, que absorvem mais de 95% das exportações brasileiras. Na contramão desse processo quem olhou para dentro saiu ganhando. A dinâmica da oferta e da procura também mudou, havia mais laranja no mercado do que a capacidade de consumo. Aos poucos, isso foi se invertendo, hoje a demanda é maior. Para a safra de 2019 a produção está estimada em 273,4 milhões de caixas, quase a metade da maior safra do país, a de 1999/2000, que chegou a 510,4 milhões de caixas. Apesar de esse mercado estar crescendo, ele ainda é embrionário. O suco de laranja é um produto com valor agregado alto, e o preço na prateleira ainda acaba sendo um problema para o consumidor (SAVENHAGO, 2018, s. p.).

A evolução de preço da laranja, incluindo a colheita e o frete, nos anos de 1996 a 2015, está representada na figura 1, a seguir:

Figura 1: Evolução dos preços da laranja posta na indústria
(colheita e fretes inclusos, em reais/caixa de 40,8 Kg)



Fonte: (SAVENHAGO, 2018)

Observa-se que entre os anos de 1994 a 2015 houve diversas variações no preço da laranja colocada na indústria, porém, na maioria dos anos, houve aumento, em especial no ano de 2011. O menor preço do produto ocorreu entre os anos de 1995, 1996 e em 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor citrícola contribuiu para que o Brasil tornasse um dos maiores produtores mundiais de laranja, considerado como importante ramo na agricultura brasileira. Os investimentos em tecnologia na citricultura colocaram o Brasil não só como líder mundial em produção de laranjas, mas também, como maior exportador de suco concentrado. O Estado de São Paulo é um dos maiores produtores da fruta, embora tenha sofrido um grande baque com a doença que afeta consideravelmente a produção das laranjas, denominada de *greening*, e, para ser evitada a contaminação aos demais pomares após seu aparecimento, é fundamental que o produtor faça a retirada da árvore infectada.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, M. R. **A competitividade na produção de laranja:** uma análise comparativa de custos no brasil e estados unidos com ênfase na gestão e controle do Huanglongbing (HLB/Greening). Tese de Doutorado: Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, 2017a. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325718/1/Alcantara_MillaReisDe_D.pdf Acesso em: 20 mar. 2019.

ALCANTARA, M. R. **A competitividade na produção de laranja:** uma análise comparativa de custos no brasil e estados unidos com ênfase na gestão e controle do Huanglongbing (HLB/Greening). Tese de Doutorado: Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, 2017b. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325718/1/Alcantara_MillaReisDe_D.pdf Acesso em: 16 mar. 2019.

FUNDECITRUS. **Fundo de defesa da citricultura.** Os dez mandamentos do HLB. Revista Citricultor, 2015, n° 28, p. 13-17. Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325718/1/Alcantara_MillaReisDe_D.pdf Acesso em: 20 mar. 2019.

NEVES, M. F.; JANK, M. S.; LOPES, F. F.; TROMBIN, V. G. **Ações para aumentar a competitividade da cadeia de laranja no Brasil**. Artigo Técnico: Laranja. v.27, n.2, p.213-229, 2006. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325718/1/Alcantara_MillaReisDe_D.pdf Acesso em: 12 mar. 2019.

NEVES, M.F.; TROMBIN, V.G.; MILAN, P.; LOPES, F.F.; FRANCISCO, C.; KALAKI, R. O retrato da citricultura brasileira. **Markestrat**, (Ribeirão) Preto, SP, Brasil. Unicamp, 2010. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325718/1/Alcantara_MillaReisDe_D.pdf Acesso em: 16 mar. 2019.

SAVENHAGO, I. **Alta do consumo de suco de laranja no Brasil impulsiona pequenas empresas em (SP)**. G1.Globo, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/estacao-agro/noticia/2018/11/30/alta-do-consumo-de-suco-de-laranja-no-brasil-impulsiona-pequenas-empresas-em-sp.ghtml>. Acesso em: 16 mar. 2019.

OS POSSÍVEIS IMPACTOS DA TRAGÉDIA DE BRUMADINHO NA ECONOMIA EM 2019

QUIMER, Matheus Sena¹¹¹
LEPRE JÚNIOR, Carlos Roberto Jacomino¹¹²
NUNES, Neuza Maria de Siqueira¹¹³
BRASIL, Maria Margarete Salvate¹¹⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar informações e dados das possíveis consequências que a tragédia ocorrida por ocasião do rompimento em Brumadinho/MG ocasionará na economia, não só da própria cidade, mas também do Brasil e em algumas partes do mundo, como a China, a principal importadora de minério de ferro da Vale do Rio Doce. Tragédias como essa trazem consequências para os habitantes da região que dependiam da atividade econômica desenvolvida pela Vale, além de prejudicar indiretamente famílias, empresas e países que têm ligações com a mineradora.

Os resultados da negligência da Vale serão visto ao longo do tempo, pois estes vêm contabilizando prejuízos para a economia local e para a população do entorno da empresa para se sustentarem. A importância da atividade extrativista da empresa para a cidade de Brumadinho e para o Brasil deverá ser discutida em função dos riscos e do desastre ambiental causado pelo rompimento da barragem de resíduos do minério de ferro.

¹¹¹Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: matheusadizero11@hotmail.com;

¹¹² Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: crlepre@gmail.com;

¹¹³ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

¹¹⁴ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados na internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A área da mineração tem um relevante papel social e econômico para o Brasil, pois atualmente o setor representa 20% das exportações do país e 4,2% do PIB. Ademais, este empreendimento é responsável por 1 milhão de empregos diretos e indiretos ligados às inúmeras cadeias produtivas. O país produz mais de 80 substâncias minerais, destacando-se a produção de minério de ferro que mesmo sendo um reconhecido produtor mundial de muitos minérios, depende da importação de outros também importantes para a economia (IPEA, 2012, p. 09).

Segundo dados do Plano Nacional de Mineração (PNM) até no ano de 2030 os bens minerais representarão uma importante base na cadeia produtiva que auxilia no desenvolvimento do país, e sua exploração deve considerar os princípios da sustentabilidade ambiental, ou seja, satisfazendo as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras (IPEA, 2012, p. 25).

Na mineração, a quantidade de resíduos originada depende do processo que está sendo utilizado, da localização da jazida e da concentração da substância extraída. Existem dois tipos de resíduos sólidos na atividade de mineração, os estéreis e os rejeitos. Os estéreis não possuem valor econômico, são materiais escavados e ficam dispostos em pilhas. Já os rejeitos são resultados dos processos de beneficiamento das substâncias minerais, que objetivam aumentar a pureza e qualidade do produto final, padronizar o tamanho dos fragmentos e remover os minerais que não apresentam valor econômico (IPEA, 2012, p. 09).

Existem dois métodos de descarte dos rejeitos que são: disposição subaquática e disposição em superfície. O método de disposição em superfície é o mais utilizado no país e constitui em reservatórios criados por barragens ou diques que podem ser de solo natural ou montados com os próprios rejeitos. A maioria desses rejeitos é levada para a área de deposição com uma elevada quantidade de água (75% a 90%) através de tubulações. Essa água possui metais pesados, resíduos químicos e sais dissolvidos, podendo causar grandes impactos ambientais nas áreas onde estão localizadas (IPEA, 2012, p. 21).

A maior e mais famosa mineradora do país é a Vale S. A., que foi fundada em 1942 como empresa estatal e vendida em 1997 pelo governo por 3,4 bilhões de dólares. A empresa tem sede no Brasil e está presente em cinco continentes, sendo considerada uma das mais prestigiadas exportadoras no mercado mundial de minério de ferro de baixo teor de alumínio, tendo como seu principal comprador as usinas siderúrgicas da China. (SILVA, 2019, s. p.; VALE, 2014, s. p.).

No dia 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento de uma das barragens que utilizava o modelo de disposição de superfície, localizada em Brumadinho (MG), sob a responsabilidade da empresa Vale S.A. Aproximadamente 12 milhões m³ de rejeitos úmidos de minério de ferro vazaram, atingindo inicialmente as instalações da companhia, estendendo posteriormente até a cidade de Brumadinho e provocando uma enorme devastação, tanto humana quanto ambiental e econômica. O acidente em Brumadinho não deixou apenas um rastro de tragédias humanas e ambientais. Os efeitos deverão chegar também à economia do município de 40 mil habitantes, extremamente dependente dos *royalties* da mineração e dos empregos gerados pela mineradora (AMARAL, 2019, s.p.).

Diante da tragédia ocorrida, a empresa comunicou o desligamento de parte de suas atividades no estado e nas proximidades em que estaria em funcionamento o mesmo modelo da barragem de Brumadinho. Segundo as estatísticas da empresa divulgadas pela imprensa, essa paralisação seria responsável por deixar de produzir 40 milhões de toneladas do minério na localidade (CHIA, 2019, s. p.).

Posteriormente, a situação pode mudar, já que foi estabelecido que a paralização será por um período de aproximadamente três anos. Sendo assim, a opinião comum entre os especialistas é que por causa das despesas de conversão e de produção na localidade, o fechamento possa ser definitivo. Pela baixa qualidade do minério e pelo tempo de utilização das minas, apenas as atividades de manutenção e de segurança serão mantidas no local (DOMINGUES *et al.*, 2019, p. 01).

De acordo com a mineradora, a produção de minério será reduzida em 10% com o desligamento de barragens, que utilizavam a mesma tecnologia e sistema da que se rompeu, ocasionando o aumento de preço do produto próximo dos 11%. A tonelada aumentou de US\$ 73 para US\$ 81. Com a interrupção, no dia 06 de fevereiro, da unidade mineradora de Brucutu – a principal da empresa no estado de Minas Gerais - a mudança no valor poderá se aproximar ou chegar aos US\$ 90 em pouco tempo (DYNIEWICZ, 2019, s. p.).

Além da tragédia humana ocorrida, o acidente proporcionou uma importante crise econômica, atingindo não apenas moradores locais que dependiam da Vale, mas também de alguns países, como a China, que eram importantes importadores da empresa (LAPROTA, 2019, s. p.).

Os impactos na economia ocasionados pela tragédia na cidade de Brumadinho alteraram o preço mundial do produto, consequentemente na expectativa de desenvolvimento das indústrias do país com a redução no aumento do PIB em até 0,1% em 12 meses. Além disso, também se observou perdas significativas no garimpo do minério, onde empresas de consultorias apontam uma possível queda de 0,9% ainda este ano, uma vez que estava previsto um acréscimo de 7,8%, quando comparado ao ano anterior (ESTADÃO, 2019, s. p.).

De acordo com especialistas, após a tragédia que ocorreu também em Mariana no ano de 2015, haverá impacto negativo nas ações da Vale na bolsa de valores, pois a empresa além de ter que arcar com indenizações está sofrendo intensas críticas da opinião pública (ALBUQUERQUE, 2019, s. p.).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a tragédia ocorrida em Brumadinho, a empresa Vale deixará de produzir quase 90 milhões de toneladas de minério de ferro devido à paralisação das instalações e operações de tratamento do minério. Nos próximos cinco anos é estimado que a redução da receita possa chegar até aproximadamente 24 bilhões, se a produção não for realizada por outras unidades da mineradora (LING; MINETO, 2019, s. p.).

O acidente gerou prejuízos relacionados à área física da própria empresa, que foi inundada pela lama encobrendo refeitórios, escritórios e estruturas operacionais, atingindo também veículos e equipamentos. Inicialmente, foi estimado que os gastos relacionados às perdas possam corresponder ao valor aproximado de R\$ 1,5 bilhão. Somam-se a esses gastos, valores relacionados às multas relativas a crimes ambientais e bloqueios judiciais chegando ao valor de 12 bilhões de reais (LING; MINETO, 2019, s. p.).

De acordo com o presidente da Vale, Fábio Schavartsman, 10 barragens do mesmo modelo de Mariana e Brumadinho deverão ser desativadas e suas atividades serão temporariamente paralisadas nas regiões das mesmas. As paralisações terão impactos diretos na produção da empresa, que deixará de produzir em média, por ano, 40 milhões de toneladas. A paralisação das barragens afetará também, além da economia de Minas Gerais, a economia do estado do Espírito Santo, pois a maioria da produção do estado mineiro é escoada pelo Complexo do Tubarão, localizada em Vitória, capital capixaba (GAZETA ONLINE, 2019, s. p.).

De acordo com o especialista em ações, Eduardo Guimarães, o valor do minério de ferro é o quesito que mais influencia no movimento das ações da empresa e, como consequência, afeta diretamente o seu valor de mercado (FERREIRA, 2019, s. p.). Tal fato pode ser observado no gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1: Valor de Mercado da Vale desde 2014



Fonte: (FERREIRA, 2019)

Após a tragédia, o mercado financeiro reagiu de maneira negativa e, logo depois do ocorrido, as ações da Vale caíram 24%, representando um prejuízo em torno de R\$ 70 bilhões em valor de mercado. As ações da empresa também foram afetadas no exterior, caindo 16% na Bolsa de Nova York no período de negociações. Várias instituições financeiras e bancos também cancelaram suas recomendações para os ativos da mineradora (BRASIL ECONÔMICO, 2019, s. p.).

De acordo com Kattan (2019), é inevitável que os problemas econômicos enfrentados pela mineradora afetem a economia nacional e mundial, visto que a mesma realiza atividades em 14 estados, em nove terminais portuários e em aproximadamente 2 mil quilômetros de malha rodoviária. Isso é explicado pelo fato de logo que as notícias sobre o desastre na cidade mineira se espalhou pela imprensa, a reação praticamente imediata do mercado afetou negativamente a projeção para o crescimento econômico em 2019 e em 2020.

Antes do ocorrido, a projeção para a expansão do PIB para 2019 e 2020 era de 2,53% e 2,6%, respectivamente, após o rompimento da barragem caiu para o valor de 2,5% nos dois anos. Como também, a inflação calculada pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - não passará de 4% neste ano. Ademais, é preciso ressaltar

que muito além de um impacto negativo econômico, o que se observa é uma tragédia humana lastimável e irreparável (KATTAN, 2019, s.p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desastre que ocorreu na cidade de Brumadinho, em Minas Gerais, ocasionará problemas em diversos setores, tanto no que diz respeito à estrutura da cidade, como também aos impactos ambientais e econômicos, já que a população da região é extremamente dependente dos *royalties* da mineração e dos empregos gerados pela mineradora.

O problema não se limita apenas aos moradores e vizinhos de Brumadinho. Uma vez que a mineradora é a principal exportadora de minério de ferro do mundo, principalmente para a China, sentirá o peso do desastre, já que várias atividades da empresa serão fechadas para revisão, resultando em uma redução da exportação para o país, que terá de procurar outra empresa para suprir suas necessidades.

Diante desse cenário, o Brasil sofrerá com a desvalorização da mineradora Vale e com a perda dos negócios com a China, além dos gastos necessários com a reestruturação da cidade e de seus arredores, tanto de vilas como o próprio meio ambiente, visto que o acidente foi destrutivo em várias áreas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. **Tragédia em Brumadinho**: a Vale vai sobreviver a mais um desastre? Metrópoles, 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/tragedia-em-brumadinho-a-vale-vai-sobreviver-a-mais-um-desastre>> Acesso em: 23 fev. 2019.

AMARAL, L. **Tragédia em Brumadinho – Brumadinho teme por futuro econômico**. Notícias UOL, 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/07/com-futuro-da-vale-indefinido-em-brumadinho-moradores-temem-por-economia.htm>> Acesso em: 23 fev. 2019.

BRASIL ECONÔMICO. **Após Brumadinho, Vale perde quase R\$ 70 bilhões de valor de mercado**. IG Notícias, 2019. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/mercados/2019-01-28/acoes-da-vale-apos-brumadinho.html>> Acesso em: 17 mar. 2019.

CHIA, K. **Minério de ferro dispara após interrupção de oferta da Vale**. Notícias UOL, 2019. Disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/01/30/minerio-de-ferro-dispara-apos-interruptao-de-oferta-da-vale.htm>> Acesso em: 23 fev. 2019.

DOMINGUES, E. P.; MAGALHÃES, A. S.; CARDOSO, D. F.; SIMONATO, T. C.; NAHAS, M. **Efeitos econômicos da paralisação de parte da produção minerária em Minas Gerais**. Disponível em: <https://pesquisas.face.ufmg.br/nemea/wp-content/uploads/sites/20/2019/02/Nota-tecnica_MineracaoMG-1.pdf> Acesso em: 23 fev. 2019.

DYNIWICZ, L. **Efeito 'Vale' já afeta mercado de minério**. Notícias UOL – economia, 2019. Disponível em: <<https://www.atarde.uol.com.br/economia/noticias/2034047-efeito-vale-ja-afeta-mercado-de-minerio>> Acesso em: 23 fev. 2019.

GAZETA ONLINE. **Vale diz que vai extinguir barragens do modelo de Brumadinho**. Gazeta Online, 2019. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2019/01/vale-diz-que-vai-extinguir-barragens-do-modelo-de-brumadinho-1014165758.html>> Acesso em 17 mar. 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Diagnóstico dos Resíduos Sólidos da Atividade de Mineração de Substâncias Não Energéticas**. Brasília: Ipea, 2012.

KATTAN, M. **Impactos de Brumadinho na economia brasileira**. Disponível em: <<https://monitordigital.com.br/impactos-de-brumadinho-na-economia-brasileira>> Acesso em: 18 mar. 2019.

LAPROTA, T. **Desastre de Brumadinho terá efeito profundo na Vale, mas impacto econômico será limitado, diz Moody's**. G1.Globo, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/31/desastre-de-brumadinho-tera-efeito-profundo-na-vale-mas-impacto-economico-sera-limitado-diz-moodys.ghtml>> Acesso em: 17 mar. 2019.

LING, M.; MINETO, G. "Economia da prevenção e a barragem de Brumadinho". Gazeto do Povo, 2019. Disponível em:

<<https://www.gazetadopovo.com.br/opinio/artigos/economia-da-prevencao-e-a-barragem-de-brumadinho-6aqycoef9q2s5wih10uamyc6/>> Acesso em: 17 mar. 2019.

SILVA, E. F. **Impacto da crise (econômica) brasileira em Minas Gerais: o que fazer?**

Consultoria legislativa da Câmara dos Deputados, Brasília, 2017

Acesso em: 23 de fevereiro.2019

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2014**. Vale S. A., 2014. Disponível em:

<<http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-de-sustentabilidade-2014.pdf>> Acesso em 17 mar. 2019

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E O IMPACTO ECONÔMICO NOS COFRES PÚBLICOS

FONSECA, Michele Aparecida Coelho da¹¹⁵
NUNES, Neuza Maria de Siqueira¹¹⁶
BRASIL, Maria Margarete Salvate¹¹⁷

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo entender como ocorre a judicialização dos medicamentos no Brasil. Partindo do contexto de que no país o acesso aos medicamentos tem sido visto como parte do direito à saúde, por constituir um bem primordial para o cuidado, torna-se importante o uso para prevenir, para curar as doenças e consequentemente salvar vidas. No entanto, existe uma complexidade muito grande no que diz respeito à garantia da população ao acesso aos medicamentos, devido à situação econômica, política e social que norteia a sociedade brasileira. A capacidade de financiamento do sistema de saúde e o uso dos medicamentos realizados de forma racional e eficiente podem contribuir para a melhoria das condições de acesso aos medicamentos.

O Sistema Único de Saúde tem uma política de assistência farmacêutica que estabelece as diretrizes, no que diz respeito à gestão, com o intuito de fornecimento e de uso de maneira racional dos medicamentos, organizadas em três contextos: básico, estratégico e especializado.

¹¹⁵Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana de São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: michelecarvalho_28@hotmail.com;

¹¹⁶ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

¹¹⁷ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de *sites* selecionados da internet que discorriam sobre o tema aliada às discussões acadêmicas inerentes ao assunto abordado.

DESENVOLVIMENTO

A saúde é um direito fundamental, necessário para concretização da dignidade da pessoa humana, passando pelo crivo do mínimo existencial para garantir uma vida digna, sendo que por força do texto constitucional, incumbe ao Estado realizar a prestação positiva de fornecer a devida assistência à população, inclusive no fornecimento de medicamentos (LENZA, 2010).

O fornecimento de vários medicamentos, por força de decisões judiciais, dando aplicabilidade imediata ao estabelecido constitucionalmente, tomou um rumo alarmante, sendo assim, surgiu o fenômeno da judicialização da saúde, que é justamente a ocorrência de um grande número de ações sendo ajuizadas pleiteando, por via de regra, os medicamentos (LENZA, 2010).

É com nitidez que se visualiza a ampla gama jurídica das normas com relação à saúde no direito brasileiro, sendo certo que tais normas, teoricamente, deveriam ser suficientes para regular as situações vivenciadas pela Administração Pública, eis que o princípio da legalidade é latente no sentido de que a Administração Pública deve observar estritamente a lei, do que se pode concluir, que em tese, o direito à saúde era para ser um efeito concreto no âmbito social (MARINHO, 2013).

No entanto, essa não é realidade vivenciada no país, motivo pelo qual fora debruçada toda a discussão sobre a judicialização da saúde, pois o Judiciário assumiu um papel central, principalmente nas ações que envolvem o fornecimento específico de alguns medicamentos (MARTINS, 2008). Discussão importante a ser abordada é sobre os limites do Poder Judiciário ao definir o fornecimento de um medicamento ao passo que

os recursos que o Estado dispõe já são programados para outras despesas, sendo também limitados, será que tal prática fere a autonomia administrativa?

Essa é uma questão debatida perante o Supremo Tribunal Federal, o que sempre tem se posicionando, apesar de certas restrições, em favor da concretude do direito fundamental à saúde, sendo um direito subjetivo do cidadão, todavia, tal posicionamento fora mitigado com o decorrer da judicialização da saúde. (MARINHO, 2013)

O acesso aos medicamentos como garantia de direito à saúde previsto na Constituição tem gerado cada dia mais ações judiciais que pleiteiam o referido acesso, causando impactos significativos na estruturação, no financiamento e na organização do sistema de saúde. Começaram com ações que exigiam o fornecimento de medicamentos para o tratamento da Aids, estratégia bem-sucedida, que se estendeu, para as mais variadas doenças (SANT’ANA *et al.*, 2011, p.716).

A referida política não tem conseguido atender às necessidades da população no que diz respeito ao acesso aos medicamentos, devido a inúmeros fatores como: a falta de conhecimento com relação à maneira de se proceder à adesão aos medicamentos disponíveis, as dificuldades na oferta e a pressão para produzir medicamentos que não estão nas listas. Essas dificuldades têm feito com que a população acabe por recorrer ao Poder Judiciário para que através de medidas judiciais determine que as Administrações Públicas priorizem e concretize os direitos à saúde previstos na Constituição, sendo essa intervenção denominada judicialização (DAMASCENA, 2016).

A saúde compreende a capacidade física, mental, emocional e social que o indivíduo possui de interagir com o seu ambiente. Portanto, a ideia veiculada com relação à saúde vai muito além da pessoa apresentar um bom condicionamento físico, pois envolve também a condição de o indivíduo se encontrar bem nos planos físico, mental e emocional. O equilíbrio entre esses três contextos faz com que o indivíduo possa afirmar, sem sombra de dúvida, que tem uma saúde boa. No entanto, quando a pessoa está revoltada, frustrada, emocionalmente instável, mesmo em excelente condição física, pode ser considerada doente porque não está em perfeita harmonia com o seu ambiente.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), “Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença” (OMS, *apud* DEJOURS, 2006, p. 67). A saúde como completo bem-estar físico, psíquico e social determina, em última análise, o exercício da cidadania plena, em que todos tenham seus direitos respeitados e que o poder público reconheça, através de uma política social justa e democrática, o direito à vida com qualidade, independente de raça, de religião, de cor ou de preferência partidária. O respeito ao meio ambiente, também deve estar incluído como fator de cidadania e de qualidade de saúde prestada à população.

Promover a saúde é lidar com as condições socioeconômicas dos segmentos populacionais mais carentes. Nesse processo de lidar com a promoção da saúde é preciso levar em consideração as questões sociais às quais estão intrinsecamente ligadas às questões econômicas das populações mais pobres do país. Para Meira:

A saúde não é um fenômeno isolado para ser definido ou conceituado em seus próprios termos. Ela está profundamente relacionada com o contexto sociocultural. A percepção da saúde ou do seu oposto, a doença, ou seja, o reconhecimento da falta de saúde varia de acordo com os padrões culturais. (MEIRA, 2006, p. 46)

A promoção da saúde pode contribuir capacitando as comunidades, compartilhando saber técnico que, confrontado com o saber popular, possa criar condições para a tomada de consciência das situações de saúde das comunidades envolvidas e possibilitar a construção de estratégias de enfrentamento de seus problemas. A promoção da saúde se torna algo importante a ser pensado no âmbito da sociedade e previsto na Constituição Federal, como também no âmbito de qualquer política pública que venha a ser estabelecida para a sociedade (ANDRADE, 2001, p. 67).

Envolve a unificação de serviços preventivos e curativos, que devem ser vistos como uma continuidade, em lugar de abordagens independentes. Objetiva a assistência integral ao indivíduo, à família, à comunidade e à nação. Deve também zelar pela qualidade da vida em sociedade, voltando-se para a promoção da saúde através do

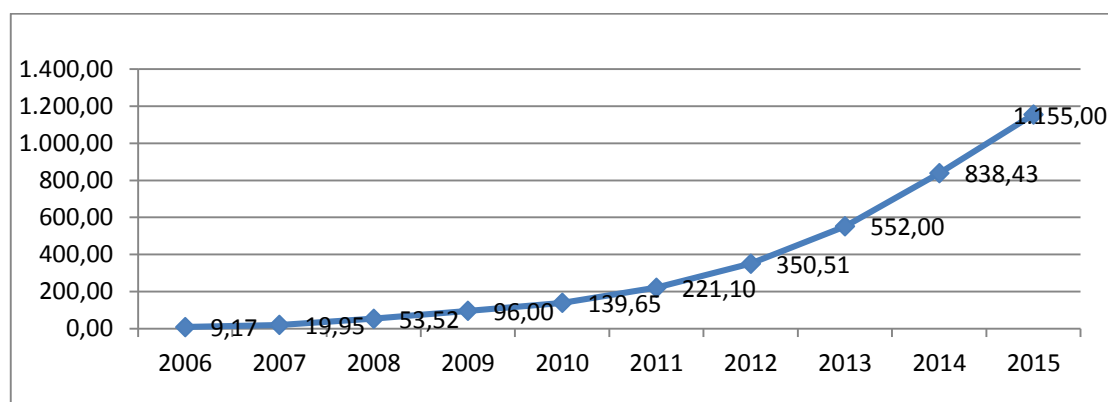
desenvolvimento de ações, que diretamente influenciem no modo coletivo de vida e de trabalho.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A judicialização dos medicamentos tem favorecido a sociedade com condições econômicas variadas, gerando uma certa contradição na sociedade. Não se pode afirmar ou negar com veemência que os custos com aquisição de medicamentos que são adquiridos por demanda judicial podem comprometer o orçamento do Sistema Único de Saúde. Não se sabe também se os medicamentos do SUS todos foram incluídos nas ações judiciais por falta de informações mais detalhadas no processo de gestão do próprio sistema. Por isso não está claro se a demanda judicial por medicamentos, fora dos componentes da assistência farmacêutica, resulta da não adesão dos prescritores às listas oficiais, de estratégias da indústria e/ou da desatualização das listas (SANT`ANNA, 2011, p. 720).

Contudo, o que tem se observado, na prática, através do excesso de judicialização, é uma indevida ingerência do Poder Judiciário na realização das políticas públicas de saúde sob o pretexto de garantir o direito à vida a um particular. Conforme cálculos elaborados pela Coordenação de Subsídios Jurídicos (CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU), a partir de dados da Coordenação de Compras por Demanda Judicial (CDJU/DLOG/SE/MS), os gastos públicos com valores globais com depósitos e fornecimento de medicamentos em razão de decisões judiciais teve um crescimento abrupto de cerca de R\$ 9,17 milhões em 2006 para mais de R\$ 01 bilhão em 2015. Importante salientar que neste valor incluem-se somente os valores pagos com o fornecimento de medicamentos estando excluídos os gastos com tratamentos e outros tipos de demandas, como fornecimento de leito de UTI ou tratamento no exterior (MAFFIA, 2017, p.06).

Gráfico 1: Valores globais com depósito e fornecimento (em milhões)



Fonte: Cálculos CODEJUR a partir de dados CDJU/MS

Diante das lacunas com relação à situação concreta da judicialização do acesso a medicamentos no país, é preciso analisar mais profundamente o tema, buscando identificar as finalizações no uso dos medicamentos que são alvos de demandas judiciais, também se torna premente verificar o grau de adesão às listas oficiais e a participação da indústria farmacêutica e das associações de portadores de doenças nesse processo (VIEIRA; ZUCCHI, 2007, p.215).

A expressão reserva do possível, no Brasil, é corriqueiramente utilizada pelos tribunais e pela literatura especializada, sendo dada uma releitura para o direito brasileiro, “pois a doutrina não costuma se referir à razoabilidade da pretensão, mas tão somente à disponibilidade ou não de recursos. Seria apenas a reserva do financeiramente possível” (FALSARELLA, 2013, p. 49).

A reversa do possível é utilizada para denegar a aplicabilidade dos direitos fundamentais em algumas situações, sob a justificativa de ausência de recursos financeiros capazes de gerir o custeio, a rigor, dos direitos sociais, como no caso da saúde. (MARINHO, 2013)

A relevante crítica aventada por Soares (2016) é no sentido de ser inoponível a reserva do possível para descumprir direitos fundamentais, eis que a falta de recursos é ocasionada justamente pela má gestão do administrador, que não soube realizar uma correta distribuição dos recursos. (SOARES, 2016)

Desnuda-se a discussão de que se poderia aplicar a reserva do possível em afronta ao mínimo existencial, sendo que um número relevante de doutrinadores entende que tal princípio não pode possuir o condão de denegrir a dignidade da pessoa humana, que é um fundamento da República Federativa do Brasil. (SOARES, 2016)

Gandini ao citar Andréas Krell é categórico ao afirmar que “(...) o princípio da reserva do possível consiste em uma falácia, decorrente de um Direito Constitucional comparado equivocado, na medida em que a situação social brasileira não pode ser comparada àquela dos países membros da União Europeia” (KRELL, 2002 *apud* GANDINI, 2008, s. p.).

A aplicação da reserva do possível encontra dificuldade no direito brasileiro, eis que alguns estudiosos, ainda, chegam a afirmar que tal teoria não encontra aporte para aplicação no direito brasileiro, sendo essa uma teoria alemã, razão pela qual o ordenamento jurídico brasileiro em nada contemplou sua aplicabilidade, não havendo previsão constitucional ou legal para tanto (GANDINI, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde é um direito previsto na Constituição Federal, e que ao procurar o Sistema Único de Saúde não consegue ter acesso a esse bem previsto legalmente. Não resta alternativa à população concretizar esse direito recorrendo às vias judiciais. Por isso, como o acesso aos medicamentos não atinge todos os usuários do SUS, ou mesmo os usuários precisam de algum tratamento ou medicamento que não consta da lista do SUS e, por falta de condições econômicas, acabam por recorrer ao poder judiciário para ter esse direito garantido.

Diante desse fato, é notório que o direito ao tratamento de saúde e ao fornecimento de medicamentos têm força constitucional e jurisprudencial, devendo ser cumprido, resguardando a vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. O. M. **SUS passo a passo: normas, gestão e financiamento**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DAMASCENA, R. **Judicialização do acesso a medicamentos no município de Vitória da Conquista – BA: análise dos itinerários dos usuários**. Vitória da Conquista – BA: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2016. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/20116/2/98.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DEJOURS, C. **Por um novo conceito de saúde**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, n. 54, v. 14, abr./mai./jun. 2006.

FALSARELLA, C. M. Reserva do possível como aquilo que é razoável se exigir do Estado. *In*: Nilton Carlos de Almeida Coutinho (Org.). **Advocacia e Direito Público: aspectos processuais, constitucionais, tributários e trabalhistas**. 1ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2013

GANDINI, J. A. D.; BARIONE, S. F.; SOUZA, A. E. de. A judicialização do direito à saúde: a obtenção de atendimento médico, medicamentos e insumos terapêuticos por via judicial – critérios e experiências. *In*: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 49, jan 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=4182&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 11 jun. 2019.

LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. 12 ed. rev. atual. Ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

MAFFIA, B. V. **Manifestação jurídica referencial sobre o medicamento spinraza® nusinersen**. Mato Grosso do Sul: COGEJUR/CONJURMS/CGU/AGU, 2017, p. 1-18. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/maio/30/000016-2017--Spinraza-Nusinersen.pdf?fbclid=IwAR0EskejGuQWgDg6d77ZvWPqFsoab9GulXauC3ha7KMzsG4OT8pqnufMjVc>. Acesso em: 11 jun. 2019.

MARINHO, T. de L. Direito à saúde e o Supremo Tribunal Federal: mudanças de posicionamento quanto ao fornecimento de medicamentos. *In*: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, a. 16, n. 118, nov 2013. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13813&revista_caderno=9>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MARTINS, F. B. **O Direito Fundamental à Saúde no Brasil sob a Perspectiva do Pensamento Constitucional Contemporâneo**. Dissertação de Mestrado. 2008.

Disponível em: <

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp077034.pdf>> Acesso em:

20 mai. 2019.

MEIRA, C. **Saúde da Comunidade**: Temas da Medicina Preventiva e Social. São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 2006.

SANT’ANA, J. M. B. *et al.* **Racionalidade terapêutica: elementos médico-sanitários nas demandas judiciais de medicamentos**. Revista Saúde Pública. São Paulo, v. 45, n.4, p. 714- 721, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n4/2517.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SOARES, E. J. de C. O direito fundamental à saúde: titularidade e judicialização.

In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n. 154, nov 2016. Disponível em:

<[http://www.ambito-](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18197&revista_caderno=9)

[juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18197&revista_caderno=9](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18197&revista_caderno=9)>. Acesso em: 11 jun. 2019.

VIEIRA, F. S.; ZUCCHI, P. **Distorções causadas pelas ações judiciais à política de medicamentos no Brasil**. Revista Saúde Pública. São Paulo, v. 41, n. 2, p. 214-222, 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 jun. 2019.

A CRISE DE 1929: OS VESTÍGIOS DA GRANDE DEPRESSÃO

FONTE BOA, Regiane Cardoso da Silva¹¹⁸
MOURA, Ana Lourdes Pereira¹¹⁹
NUNES, Neuza Maria de Siqueira¹²⁰
BRASIL, Maria Margarete Salvate¹²¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo relatar as consequências da crise econômica ocorrida depois da primeira guerra mundial, com a qual grandes potências mundiais entraram em conflitos. Até então, a economia norte-americana estava em pleno crescimento, com desenvolvimento acima da média, porém, a partir de 1929, os Estados Unidos começavam a vivenciar uma crise jamais vista, com parte da população sofrendo com o desemprego e até mesmo com a fome. A produção industrial americana começava a cair dando início ao que se tornou conhecida como “A Grande Depressão”. Nesse momento histórico, ocorreu o fechamento de grandes multinacionais, elevando a taxa de desemprego cujo efeito foi a recessão.

A crise americana persistiu até o início da segunda guerra mundial, considerado como o pior e mais longo período de diminuição da atividade econômica, da produção e do desemprego. Foi considerada como uma das maiores, pois afetou o mundo inteiro, incluindo o Brasil que na época exportava mais de 15 milhões de sacas de café. Mas, depois de quatro anos com o novo governo e com a adoção da medida *New Deal*, sinais de melhoras começaram a aparecer, tendo como medidas a fiscalização de ações financeiras e a realização de obras públicas, aumentando o emprego e fazendo com que

¹¹⁸Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: regianecardoso@gmail.com;

¹¹⁹Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)-Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: analouerdes.pereira.moura@gmail.com;

¹²⁰ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

¹²¹ Professora coorientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC)- Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

o país voltasse a crescer economicamente.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

É fato que a crise econômica nos Estados Unidos da América, ocorrida no início no ano de 1929, por conta da queda na bolsa de valores de Nova York e por ter sido considerada a maior crise na economia capitalista, abalou vários países e se estendeu por mais ou menos cinco anos. “**A Grande Depressão** foi uma grande crise econômica que persistiu até a **segunda guerra mundial**, sendo considerado como o pior e mais longo período de recessão” (JUNIOR, 2016, p. 02).

Para Choma (2008), com o fim da primeira guerra, em 1918, a Europa estava completamente destruída, com milhares de mortos e sem condições para a produção, passando a ter total dependência dos Estados Unidos até conseguir se reerguer, mais ou menos de 1920 a 1925. O ano de 1929 representou o início de tempos ruins para os Estados Unidos pela falta de ordem e de planejamento. Com grande produção e com os preços baixos veio a crise conhecida como a “Grande Depressão” ou como a “Quinta-feira negra” por conta da quebra da bolsa de valores.

A crise foi tão intensa que levou milhares de pessoas à total miséria, perdendo tudo que foi aplicado na bolsa de valores. Segundo Fernandes (2006), “a crise arrastou milhões de pessoas na chamada matança dos inocentes (a famosa quinta-feira negra de 24/10/29), em que as pessoas ingênuas perderam tudo o que possuíam, em poucas horas” (FERNANDES, 2006, p. 01).

De acordo com Choma (2008):

A Grande Depressão não teve efeitos catastróficos apenas para os trabalhadores norte-americanos. No pior período da depressão, entre 1932 e 1933, o desemprego chegou a níveis nunca vistos na história do capitalismo. Na Inglaterra, o índice chegava a 23%. Na Alemanha, a taxa de desemprego atingiu os espantosos 44%. (CHOMA, 2008, p. 01)

A eleição do presidente Franklin Roosevelt, em 1933, trouxe expectativas com a adoção de um conjunto de medidas conhecidas por *New Deal* (Novo Acordo), fazendo com que o governo intervisse na economia, criando oportunidades para as pessoas e trazendo esperanças. Como medida “o governo fez com que o Estado interviesse na economia, criando grandes obras de infraestruturas, salário-desemprego, assistência aos trabalhadores e concessão de empréstimos”. (CHOMA, 2008, p. 01)

O governo colocou em prática as políticas econômicas e conseguiu controlar os preços dos produtos, liberar créditos para os produtores acertarem suas dívidas e, assim, aumentar a produção e começar a exportar. O presidente Roosevelt investiu na construção de várias obras públicas como hospitais, escolas e pontes, gerando muitos empregos com salários mínimos, conseguindo fazer com que a economia do país voltasse a crescer. Assim, confirma Frohlich (2013), “seu principal desígnio era aumentar o poder de compra da população, aquecendo a economia. Para isso, era necessário elevar os índices de emprego” (FROHLICH, 2013, s. p.).

O acordo preconizava a teoria de Keynes:

Para entender o New Deal, é preciso ter em mente a ascensão do pensamento keynesiano na política americana. Criada por John Maynard Keynes, o keynesianismo é uma teoria econômica que se opõe ao liberalismo, porque, ao contrário desta, acredita que o Estado é indispensável no controle da economia de um país. Os defensores do liberalismo acreditam que a economia é autorregulável e deve ser comandada apenas pelos empresários inseridos no mercado (REDAÇÃO 2017, p. 01).

Após a **segunda guerra mundial**, os Estados Unidos cresciam economicamente devido ao aumento das exportações agrícolas e industriais. Para Júnior (2016), no

decorrer do tempo, houve aumento das taxas de emprego, do consumo e da produção, refletindo no bem-estar social e no potencial econômico do país.

Segundo o site Redação (2017),

Tanta prosperidade gerou avanços na tecnologia, como produção em larga escala de automóveis, melhorias nas telecomunicações e popularização do cinema. A efervescência cultural da época foi sentida em todo o mundo, o que tornou popular o termo *Roaring Twenties* (ou Loucos Anos 20) para se referir à década de 1920. Também foi nesse momento que surgiu o famoso *american way of life*, o estilo de vida pujante dos americanos e invejado por todo o mundo. (REDAÇÃO, 2017, p. 02)

O aumento no consumo ocasionou aumento da produção, mas em determinado momento não tinha mais mercado para uma produção tão grande, fazendo com que muitas indústrias começassem a falir por não terem mercado para suas produções.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A crise de 1929 aconteceu por conta dos próprios investidores e dos empresários, contribuindo para que a bolsa subisse ao ponto máximo, enriquecendo os investidores e os empresários. Muitas pessoas acreditaram e apostaram todos seus bens na bolsa de valores, vendendo até suas casas e outros bens para investir. “Antes da crise muitas empresas enriqueceram ao ponto de mostrar aos investidores que iria valer a pena a compra de ações daquela empresa, o que gerou muitos investimentos na bolsa”. Menciona Teles (2009, p.02).

Segundo Velasco (2014), a crise se abateu sobre o mercado com a quebra da bolsa.

Diante da quebra da bolsa e da queda dos valores das ações e da crise que se abateu sobre o mercado onde ninguém mais investia ou comprava os produtos encalhados em estoques, a indústria não precisa mais da mão de obra antes empregada para dar conta da demanda. Altos índices de desempregados, pessoas que antes viviam o estilo

capitalista Norte Americano não possuíam mais nem o que comer (VELASCO, 2014, p. 01).

Na concepção de Velasco (2014), “o presidente Roosevelt é eleito e implanta um plano chamado *New Deal*, que buscava restabelecer o mercado através da fiscalização do Estado aos empresários e à especulação na bolsa de valores” (VELASCO, 2014, p. 01). No governo de Roosevelt, em 1933, houve mudanças abrangendo as leis protetivas aos trabalhadores e aos desempregados para que tivessem oportunidades de inserção no mercado, contribuindo para a movimentação da economia e para a circulação do dinheiro no país.

Na visão de Prado (2009), o país voltou a crescer pouco depois.

Tal como a queda, a retomada do crescimento deu-se, para a maioria dos países, aproximadamente na mesma época. No entanto, o tamanho da redução da produção e a velocidade de recuperação econômica diferiu substancialmente entre os países. Por isso, houve significativa diferença entre os anos em que os países voltaram a registrar nível de atividade no patamar anterior à crise (PRADO, 2009, p. 09).

O *New Deal* trouxe esperança e novas expectativas de vida para as pessoas que estavam tentando um recomeço, passando a acreditar na interferência do Estado na economia. “Até a Segunda Guerra Mundial, a situação foi gradualmente se normalizando nos EUA. No entanto, somente com a nova guerra é que a economia se recuperou de vez, puxando novamente para cima a produção e as exportações” (REDAÇÃO, 2017, p. 02). O acordo gerou bons resultados, a economia voltou a girar, promovendo emprego e dinheiro para o mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise de 1929 teve quatro dimensões: a primeira foi a dependência da Europa com os Estados Unidos; a segunda, quando a Europa começou a se reconstituir; a

terceira, a quebra da bolsa de valores; e a quarta, a adoção do *New Deal* para a saída dos Estados Unidos da crise.

Ocorreram, assim, mudanças políticas, sociais, psicológicas e culturais, além da financeira, mas também, emocional, moral e espiritual. Na época, o Brasil também sofreu com a crise econômica, pois vivia no auge da produção do café e os Estados Unidos eram um de seus maiores importadores. No ano seguinte da crise, o presidente da época, Getúlio Vargas, ao ver os preços das sacas de café despencando, em um ato desesperançoso, mandou queimar todas as reservas de café que já estavam praticamente prontas para serem exportadas.

O *New Deal* (Novo Acordo) foi criado por Roosevelt para que o país tivesse um controle sério da economia, por parte do governo e do estado, para que um período como o da crise de 1929 não voltasse a acontecer.

REFERÊNCIAS

CHOMA, Jeferson. **A crise de 1929 e a Grande Depressão**. PSTU, 2008. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/a-crise-de-1929-e-a-grande-depressao/>>. Acesso em: 19 de março 2019.

FERNANDES, Aníbal de Almeida. **Crise de 1929 e a Revolução de 1930**. Historianet, 2006. Disponível em: <<https://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=872>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FROHLICH, Mateus. **Solução para a crise de 1929 (New Deal)**. Blogspot, 2013. Disponível em: <http://crise-de-1929-335.blogspot.com/2013/05/solucao-para-crise-de-1929-new-deal.html>. Acesso em: 19 mar. 2019.

JUNIOR, Marcos. **Crise de 1929. Resumo das Causas**. Terra educação, 2016. Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/crise-de-1929-resumo-das-causas/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

REDAÇÃO. **Relembre a Grande Depressão de 1929 com fotos exclusivas da época**. Redação, 2017. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/relembre-a-grande-depressao-de-1929-com-fotos-exclusivas-da-epoca/>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

PRADO, L.C. Delorme. **A Grande Depressão da década de 1929**.

IE/UFRJ, 2009. Disponível em:
<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1509.pdf>.
Acesso em: 29 mar. 2019.

TELES, Barbara. **A crise de 1929**. Ebah, 2019. Disponível em:
<<https://www.ebah.com.br/content/ABAAAANwwAI/a-crise-1929>.> Acesso em: 19 mar.
2019.

VELASCO, Valquíria. **Grande Depressão**. Info Escola, 2014. Disponível em:
<https://www.infoescola.com/historia/crise-de-1929-grande-depressao/>.> Acesso em: 19
mar. 2019.